

AS CUSTAS

DE QUEM?

A origem da riqueza e a construção da injustiça no colonialismo



OXFAM

Tabela de conteúdo

Agradecimentos	6
Lista de acrônimos	7
Resumo executivo: Um mundo de duas camadas	8
A oligarquia bilionária cresce cada vez mais...	9
Enquanto a classe trabalhadora luta para sobreviver	9
A maior parte da riqueza dos bilionários foi tomada, não conquistada	10
Colheres de prata: a ascensão da nova aristocracia	11
Apropriado: como o favoritismo faz fortunas	11
Homens do monopólio e seus bilhões	11
Colonialismo bilionário	11
Colonialismo histórico e a classe dominante	12
Os frutos da árvore venenosa: como o colonialismo histórico afeta a desigualdade atual	14
Um mundo profundamente desigual	14
Incorporando o racismo, o ódio e a divisão	15
Colonialismo e desigualdade de gênero	15
Motores econômicos de extração	15
Instituições globais: o Banco Mundial, o FMI e o Conselho de Segurança da ONU	15
Bancos, impostos e o sistema financeiro global	16
As corporações multinacionais e o colonialismo moderno	17
Descolonizando nossa economia e destronando os super-ricos	18
Capítulo 1: Herança colonial - pobreza injusta e riqueza indevida	19
A oligarquia bilionária cresce cada vez mais	20
Acabar com a pobreza pode levar um século	20
A desigualdade está aumentando em todos os lugares	20
Um legado colonial: a enorme lacuna entre o mundo rico e o restante do mundo	21
Um mundo radicalmente mais igualitário é o único caminho a seguir	23
Tomado, não conquistado	24
Colheres de prata: Uma nova era de riqueza herdada	24
Apropriado: Como o favoritismo faz fortunas	25
Os homens do monopólio e seus bilhões	25
Bilionários coloniais: Como os super-ricos são o reflexo das divisões coloniais	26
Capítulo 2: A riqueza dos super-ricos e o passado colonial	30
Relações coloniais desiguais e monopólios extrativistas	31
A riqueza colonial enriqueceu os europeus super-ricos, enquanto o restante permaneceu na pobreza	32
As novas e antigas formas de escravidão	33
O genocídio, os estados colonizadores e a desigualdade	35
As muitas maneiras pelas quais os povos colonizados resistiram	36
Elites colaborativas e um legado de desigualdade	36

Capítulo 3: Frutos da árvore venenosa - o impacto contínuo do colonialismo	37
As sombras coloniais: racismo, sexismo e um mundo dividido	38
Uma herança tóxica de desigualdade no século XXI	40
Vidas desiguais	41
Educação desigual	41
Violações contínuas dos direitos dos trabalhadores	41
O acesso desigual à terra e a outros recursos naturais	42
Regimes territoriais	43
Um legado de danos ambientais e mudanças climáticas	44
Capítulo 4: Os pilares da exploração colonial	46
As instituições nacionais com uma forte marca colonial	47
As fronteiras artificiais da colônia	47
Os sistemas e instituições dos governos nacionais herdados no Sul Global	47
O poder desigual nas instituições que governam nosso mundo	50
Desigualdade nos direitos de voz e agência	50
As oportunidades e possibilidades desiguais de engajamento	50
O colonialismo contínuo sobre o conhecimento	51
Um sistema econômico extrativista	51
Um sistema de tributação desigual	51
Momento de mudança	52
Regimes globais de comércio e investimento contra o Sul Global	52
O Norte Global controla o setor financeiro que está cada vez mais dominante	52
Dívida e poder de financiamento	53
A crescente privatização impulsiona desigualdade	54
A exploração das estruturas corporativas	54
A influência corporativa na política e na governança	55
O Colonialismo Digital	55
Motores de extração: As diversas maneiras pelas quais a riqueza é direcionada dos trabalhadores do Sul Global para os ricos do Norte Global	55
Uma nova história é possível	58
Capítulo 5: Agindo juntos para desconstruir a aristocracia dos ultra-ricos e descolonizar nossa economia	59
1. Precisamos reduzir radicalmente a desigualdade e acabar com a nova aristocracia.	60
2. Mudar radicalmente a governança global para promover a soberania dos povos do Sul Global.	61
3. Acabar com o racismo, pedir desculpas e reparar aos danos causados pelo colonialismo.	64
Um futuro mais igualitário é possível	66
Referências	67

Usuários interativos: Clique em qualquer lugar na tabela de conteúdo (páginas 2 e 3) para ir para a página desejada. Para retornar à tabela de conteúdo, clique no título superior.

‘Muitas vezes nos dizem que “o colonialismo está morto”. Não vamos nos deixar enganar ou mesmo nos acalmar com isso. Eu te digo que o colonialismo ainda não está morto. Como podemos dizer que está morto, enquanto grandes áreas da Ásia e da África não estiverem livres? E peço que não pensem no colonialismo apenas na forma clássica que nós, da Indonésia, e nossos irmãos em diferentes partes da Ásia e da África, conhecemos. O colonialismo também tem sua roupagem moderna, na forma de controle econômico, controle intelectual, controle físico real por uma comunidade pequena, mas estranha, dentro de uma nação. É um inimigo habilidoso e determinado, e aparece sob muitas formas. Ele não desiste de seu saque facilmente. Onde, quando e como quer que apareça, o colonialismo é algo maligno e deve ser erradicado da Terra.’

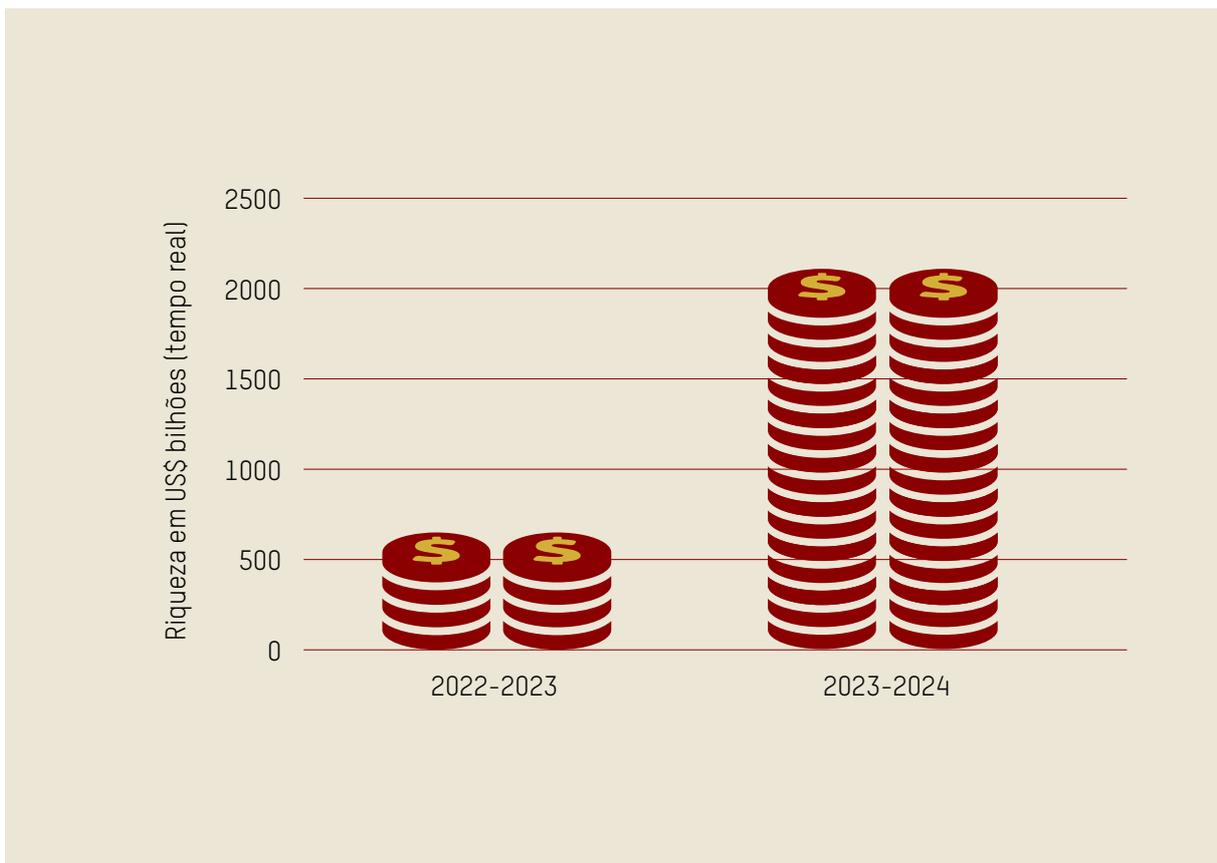
Presidente Sukarno da Indonésia, discurso na Conferência de Bandung

Nota acima: Em abril de 1955, representantes de vinte e nove governos de nações asiáticas e africanas reuniram-se em Bandung, na Indonésia, para discutir a paz e o papel do Terceiro Mundo na Guerra Fria, o desenvolvimento econômico e a descolonização. A Conferência de Bandung e sua resolução final lançaram as bases do movimento não alinhado durante a Guerra Fria.

A riqueza dos bilionários aumentou três vezes mais rápido em 2024 do que em 2023. Agora, se espera que haja cinco trilionários em uma década. Enquanto isso, as crises econômicas, climáticas e de conflito mostram que o número de pessoas que vivem na pobreza praticamente não mudou desde 1990. A maior parte da riqueza dos bilionários é tomada, não conquistada - 60% vem de herança, favoritismo e corrupção ou poder de monopólio. Nosso mundo extremamente desigual tem uma longa história de dominação colonial que beneficiou amplamente as pessoas mais ricas. Os mais pobres, as pessoas racializadas, as mulheres e os grupos marginalizados foram e continuam

sendo sistematicamente explorados a um custo humano enorme. O mundo de hoje continua colonial em muitos aspectos. O cidadão belga tem 180 vezes mais poder de voto no Banco Mundial¹ do que o cidadão etíope. Esse sistema continua a extrair riqueza do Sul Global para o 1% super-rico do Norte Global a uma taxa de US\$ 30 milhões por hora. Isso precisa ser revertido. As reparações devem ser feitas àqueles que foram brutalmente escravizados e colonizados. Nosso sistema econômico colonial moderno deve se tornar radicalmente mais igualitário para acabar com a pobreza. O custo deve ser arcado pelas pessoas mais ricas, que são as que mais se beneficiam.

FIGURA 1: A RIQUEZA DOS BILIONÁRIOS AUMENTOU TRÊS VEZES MAIS RÁPIDO EM 2024 DO QUE EM 2023



Fonte: Forbes

Agradecimentos

© Oxfam International Janeiro de 2025

Autores principais: Anjela Taneja, Anthony Kamande, Chandreyi Guharay Gomez, Dana Abed, Max Lawson e Neelanjana Mukhia.

Gerente de comissionamento: Anjela Taneja.

Gerente de publicação: Harry Bignell

A Oxfam agradece a ajuda de Alex Maitland, Ally Davies, Anna Marriott, Amina Hersi, Annie Thériault, Audra Williams, Barbara Scottu, Carlos Brown Solá, Carolina Gonçalves, Charlotte Becker, Christian Hallum, Deepak Xavier, Didier Jacobs, Ed Pomfret, Emma Seery, Grazielle Custódio, Hernan Saenz, Inigo Macias Aymar, Irit Tamir, Jane Garton, Jonas Giefeldt, Joss Saunders, Julien Desiderio, Lucy Cowie, Mustafa Talpur, Nabil Abdo, Nabil Ahmed, Rod Goodbun, Salvatore Nocerino, Seán McTernan, Susana Ruiz e Victoria Harnett.

Esta publicação é protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de defesa, campanha, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. O detentor dos direitos autorais solicita que todo esse uso seja registrado junto a ele para avaliação de impacto

Objetivos. Para cópia em qualquer outra circunstância, ou para reutilização em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, a permissão deve ser obtida e uma taxa pode ser cobrada.

As informações contidas nesta publicação estão corretas no momento de sua publicação. Publicado pela Oxfam International sob o DOI: 10.21201/2024.000050

A Oxfam é grata aos autores dos documentos de referência que encomendou sobre os mesmos temas: Nabil Abdo, Grazielle Custódio, Anjela Taneja, Anthony Kamande, Neelanjana Mukhia, Dorra Chaouachi, Dana Abed, Fiana Arbab, Chandreyi Guharay Gomez, Pubudini Wickramaratne (Oxfam) e Kayum Ahmed (consultor independente).

Projetado por Nigel Willmott com suporte de visualização de dados de Julie Brunet.

Vários especialistas e organizações ajudaram generosamente na elaboração deste relatório. Agradecemos a Bhumika Muchhala (Third World Network); Emilia Reyes (Equidad de Género); Maël Lavenaire (International Inequalities Institute, LSE); Ndongo Samba Sylla, (Região da África, International Development Economics Associates); Christoph Lakner, Nishant Yonzan e Daniel Gerszon Mahler (Banco Mundial); e Gaston Nievas (World Inequality Lab).

Imagens

Design da capa: Julie Brunet da Datacitrion.

Página 8: Mandaluyong, Manila, com vista para Makati. Foto: Johnnie Miller/unequalscenes.com

Página 19: A Harewood House, localizada em Leeds, West Yorkshire, Inglaterra, foi construída entre 1759 e 1771 para Edwin Lascells, com dinheiro obtido por meio do comércio transatlântico de escravos. Foto: Miro Stefanovic/Dreamstime.com

Página 30: Uma plantação de cana-de-açúcar na Jamaica, onde os trabalhadores estão cortando a cana-de-açúcar. Foto: Bildagenturonline/Universal Images Group via Getty Images)

Página 37: Em Madri, na Espanha, manifestantes marcham contra a celebração do Dia de Colombo como feriado nacional. Foto: Isabel Infantes/Europa Press via Associated Press/Alamy Stock

Página 45: O logotipo do Fundo Monetário Internacional em Washington, Estados Unidos. Foto: Thomas Trutschel/Photothek via Getty Images

Página 59: Uma marcha contra a escravidão e o colonialismo em Amsterdã, Holanda, em 2023. Foto: Ana Fernandez/SOPA Images/Sipa USA/Alamy Stock.

Lista de acrônimos

CARICOM: Comunidade e Mercado Comum do Caribe

CFA: Colônias francesas da África

CIA: Agência Central de Inteligência

CPI: Índice de Preços ao Consumidor

DDPA: Declaração e Programa de Ação de Durban

RDC: República Democrática do Congo

FfD4: Financiamento para o desenvolvimento

ICERD: Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CIJ: Corte Internacional de Justiça

IFC: Corporação Financeira Internacional (parte do Banco Mundial)

OIT: Organização Internacional do Trabalho

FMI: Fundo Monetário Internacional

NAM: Movimento dos Não-Alinhados

NIEO: Nova Ordem Econômica Internacional

NIH: Institutos Nacionais de Saúde (nos EUA)

OECD: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PwC: Price Waterhouse Coopers

SDRs: Direitos Especiais de Saque

SSA: África Subsaariana

TB: Tuberculose

UNDRIP: Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

UNFCCC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

UNGA: Assembleia Geral das Nações Unidas

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

WBG: Grupo do Banco Mundial

OMS: Organização Mundial da Saúde

WROs: Organizações de Direitos da Mulher

OMC: Organização Mundial do Comércio



Resumo executivo: Um mundo de duas camadas. Nunca foi um tempo tão bom para ser um bilionário. Suas fortunas dispararam para níveis jamais vistos, enquanto as pessoas que vivem na pobreza em todo o mundo continuam a enfrentar várias crises.

A oligarquia bilionária cresce cada vez mais...

A riqueza dos bilionários aumentou acentuadamente em 2024, com o ritmo de aumento três vezes mais rápido do que em 2023. Trilhões estão sendo doados como herança, criando uma nova oligarquia aristocrática que tem imenso poder em nossa política e em nossa economia.

QUADRO 1: UM MUNDO DE DUAS CLASSES: OS FATOS

- Em 2024, a riqueza total dos bilionários aumentou em US\$ 2 trilhões, com a criação de 204 novos bilionários. Isso representa uma média de quase quatro novos bilionários por semana.²
- A riqueza total dos bilionários cresceu três vezes mais rápido em 2024 do que em 2023.³
- Cada bilionário teve sua fortuna aumentada em média US\$ 2 milhões por dia. Para os 10 bilionários mais ricos, suas fortunas cresceram em média US\$ 100 milhões por dia.⁴
- No ano passado, a Oxfam previu um trilionário em uma década. Se as tendências atuais continuarem, haverá agora cinco trilionários em uma década.⁵ Enquanto isso, de acordo com o Banco Mundial, o número de pessoas que vivem na pobreza praticamente não mudou desde 1990.⁶
- 60% provêm de herança, favoritismo e corrupção ou poder de monopólio.⁷ Em 2023, pela primeira vez, mais bilionários foram criados por herança do que por empreendedorismo.⁸
- Em 2023, o 1% mais rico do Norte Global recebeu US\$ 263 bilhões do Sul Global por meio do sistema financeiro - mais de US\$ 30 milhões por hora.⁹
- Dos US\$ 64,82 trilhões extraídos da Índia pelo Reino Unido durante um século de colonialismo, US\$ 33,8 trilhões foram para os 10% mais ricos; isso seria suficiente para cobrir Londres com notas de 50 libras quase quatro vezes.¹⁰

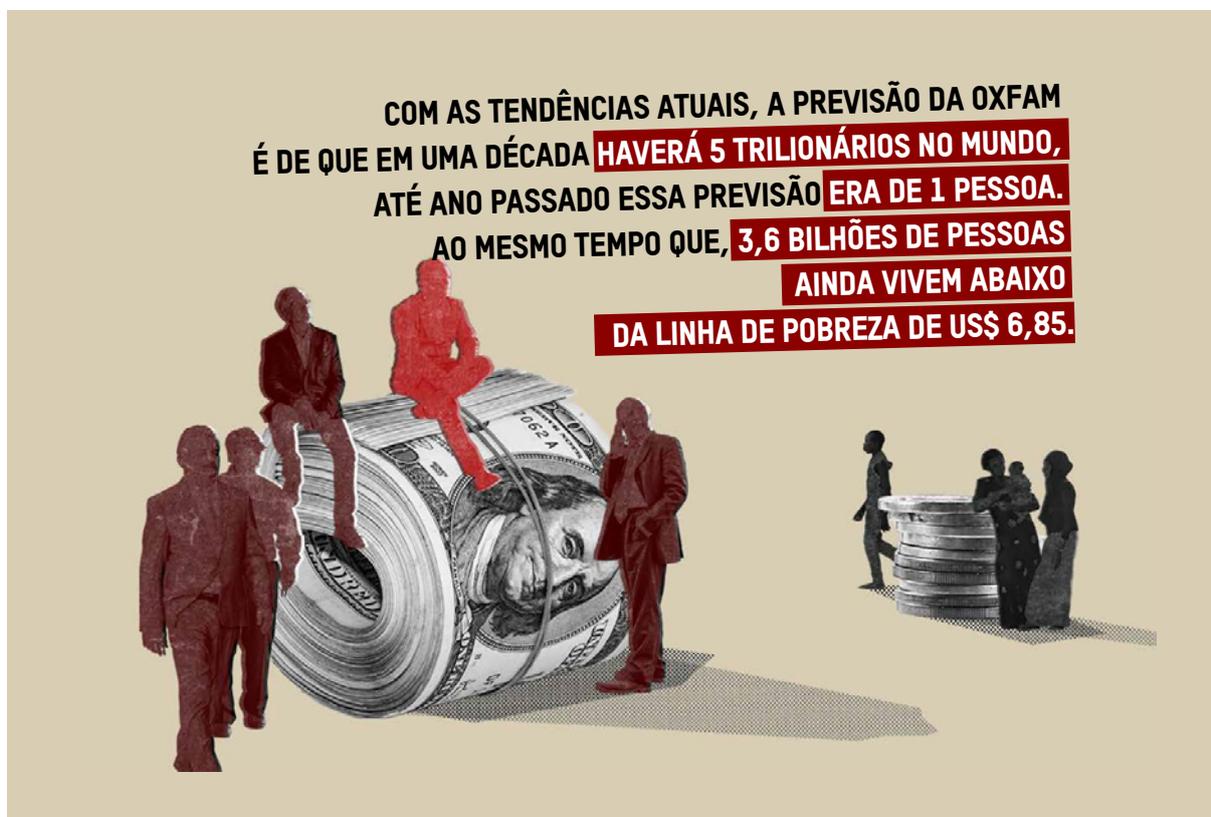
Enquanto a classe trabalhadora luta para sobreviver

As pessoas que vivem na pobreza em todo o mundo continuam enfrentando várias crises. As consequências da pandemia ainda estão conosco na forma de dívidas impagáveis, salários mais baixos e preços de alimentos muito mais altos, tornando a vida cotidiana uma luta pela sobrevivência para bilhões de pessoas.¹¹

Os conflitos também estão aumentando, o que gera mais pobreza, fome e desigualdade.¹² O enorme impacto humano da crise climática cresce a cada ano com mortes causadas pelo calor excessivo, condições climáticas extremas e fome.¹³ A eleição de Donald Trump como presidente dos EUA em novembro de 2024 deu um enorme impulso adicional às fortunas dos bilionários, enquanto suas políticas são preparadas para fomentar ainda mais a desigualdade.¹⁴ Em seu relatório mais recente sobre pobreza, o Banco Mundial calcula que, se as taxas de crescimento atuais continuarem e a desigualdade não diminuir, será necessário mais de um século para acabar com a pobreza.¹⁵ Por outro lado, o relatório mostra que, se reduzirmos a desigualdade, a pobreza poderá ser eliminada três vezes mais rápido.¹⁶

Embora as taxas gerais de pobreza tenham caído em todo o mundo, o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial de US\$ 6,85 (PPP) hoje é o mesmo que em 1990: quase 3,6 bilhões de pessoas.¹⁷ Atualmente, isso representa 44% da humanidade. Enquanto isso, em uma simetria perversa, o 1% mais rico possui uma proporção quase idêntica - 45% de toda a riqueza.¹⁸ Uma em cada dez mulheres no mundo vive na pobreza extrema (abaixo de US\$ 2,15 por dia PPC);¹⁹ 24,3 milhões de mulheres a mais do que homens vivem na pobreza extrema.²⁰

Pesquisas do Banco Mundial também mostram que apenas 8% da humanidade vive em países com baixa desigualdade.²¹ As conclusões da Oxfam e da Development Finance International no *The Commitment to Reducing Inequality Index 2024* revelam tendências negativas na grande maioria dos países desde 2022. Quatro em cada cinco países reduziram a parcela de seus orçamentos destinada à educação, à saúde e/ou à proteção



social e à tributação progressiva; e nove em cada dez regrediram em termos de direitos trabalhistas e salários mínimos.²² Sem ações políticas urgentes para reverter essa tendência preocupante, é quase certo que a desigualdade econômica continuará a aumentar em 90% dos países.²³

Os países estão enfrentando a falência e sendo prejudicados pela dívida; eles não têm dinheiro para financiar a luta contra a desigualdade. Em média, os países de baixa e média renda gastam 48% de seus orçamentos com o pagamento de dívidas, geralmente com credores privados ricos de Nova York e Londres.²⁴ Isso é muito mais do que seus gastos com educação e saúde juntos.

As mulheres racializadas que vivem na pobreza, especialmente as do Sul Global, continuam a subsidiar a economia global. Todos os dias, as mulheres contribuem com cerca de 12,5 bilhões de horas de trabalho de cuidado não remunerado, acrescentando pelo menos US\$ 10,8 trilhões em valor à economia global; a contribuição econômica de seu trabalho de cuidado é três vezes o valor financeiro da indústria global de tecnologia.²⁵

Esse nível extremamente alto de desigualdade está causando sofrimento em todo o mundo e prejudicando qualquer tentativa de acabar com a pobreza.

A maior parte da riqueza dos bilionários foi tomada, não conquistada

A ideia de que a riqueza extrema é uma recompensa pelo talento extremo é difundida e fortemente reforçada em nossa mídia e cultura popular.²⁶

Mas essa percepção não está enraizada na realidade. Este relatório mostra que a riqueza extrema da classe bilionária de hoje é, em grande parte, não merecida. Ele destaca duas áreas principais da riqueza não conquistada:

1. O surgimento de uma nova oligarquia na qual a herança, o favoritismo e o poder de monopólio geram riqueza extrema. Sem controle, estamos prestes a ver a maior transferência da maior riqueza geracional da história da humanidade - dificilmente conquistada, dificilmente tributada.

2. O acerto de contas com o colonialismo não apenas como uma história de extração brutal de riqueza, mas também como uma força poderosa que impulsiona níveis extremos de desigualdade atualmente. As transferências de riqueza não são apenas para os ultra-ricos, mas desproporcionalmente para os ultra-ricos do Norte Global. Nossa era é a era do colonialismo bilionário. Ours is the age of billionaire colonialism.

QUADRO 2: TRÊS FATOS SOBRE OS DEZ HOMENS MAIS RICOS DO MUNDO

1. A riqueza de cada um dos dez homens mais ricos do mundo cresceu, em média, quase US\$ 100 milhões por dia em 2024.
2. Se você fosse um dos primeiros seres humanos, há 315.000 anos atrás, guardando US\$ 1.000 por dia, ainda assim não conseguiria ter a mesma quantidade de dinheiro que um dos dez bilionários mais ricos.
3. Se qualquer um dos 10 bilionários mais ricos perdesse 99% de sua riqueza, ele ainda seria bilionário.

Em conjunto, os níveis atuais de extrema concentração de riqueza não se baseiam em mérito. Eles são tomadores, e não conquistadores.

Colheres de prata: a ascensão da nova aristocracia

Em 2023 - pela primeira vez - mais novos bilionários ficaram ricos por herança do que por empreendedorismo.²⁷ Todos os bilionários do mundo com menos de 30 anos herdaram sua riqueza.²⁸ Nas próximas três décadas, mais de 1.000 dos bilionários de hoje vão transferir mais de US\$ 5,2 trilhões para seus herdeiros.²⁹ A Oxfam calcula que 36% da riqueza dos bilionários é derivada de herança.³⁰

Pior ainda, essa transferência não será tributada em sua maior parte. A análise da Oxfam mostra que dois terços dos países não tributam a herança para descendentes diretos.³¹ Metade dos bilionários do mundo vive em países que não tributam a herança do dinheiro que darão aos seus filhos quando morrerem.³² A América Latina é a região com o maior volume de riqueza herdada do mundo, mas apenas nove países da região tributam heranças, doações e patrimônios.³³

Isso está criando rapidamente uma nova aristocracia em que a riqueza extrema é transmitida entre gerações.

Apropriado: como o favoritismo faz fortunas

Grande parte da riqueza dos ultra-ricos não tem a ver com o que você sabe, mas com quem você conhece: quem você pressiona, quem você entretém, cuja campanha você financia ou que pessoa você suborna. De forma geral, grande parte da riqueza extrema é o produto de conexões de favoritismo entre os mais ricos e os governos.³⁴

Há uma ligação clara entre as áreas da economia que são propensas a esse tipo de favoritismo e concentrações de riqueza.³⁵ Basicamente, há mais bilionários e pessoas ultra-ricas nas partes mais desonestas, corruptas e apropriadas da economia global, e isso não é uma coincidência.

A Oxfam calcula que 6% da riqueza dos bilionários do mundo provém de fontes de favoritismo.³⁶

Homens do monopólio e seus bilhões

À medida que os monopólios aumentam seu domínio sobre os setores, os bilionários estão tendo sua riqueza crescendo para níveis sem precedentes.³⁷ O poder do monopólio está aumentando a riqueza extrema e a desigualdade em todo o mundo.³⁸ As corporações monopolistas podem controlar os mercados, definir as regras e os termos de troca com outras empresas e trabalhadores e estabelecer preços mais altos sem perder negócios.³⁹ Essas estratégias aumentam a riqueza de seus proprietários bilionários, que são alguns dos homens mais ricos do planeta:

- **Jeff Bezos** (patrimônio líquido: US\$ 219,4 bilhões)⁴⁰ construiu o “império” da Amazon. A Amazon é responsável por 70% ou mais das compras on-line na Alemanha, França, Reino Unido e Espanha.⁴¹
- **Aliko Dangote** (patrimônio líquido: US\$ 11 bilhões)⁴² é a pessoa mais rica da África e detém um “quase monopólio” do cimento na Nigéria e poder de mercado em todo o continente africano.⁴³

Calculamos que 18% da riqueza dos bilionários do mundo provém do poder de monopólio.⁴⁴

Colonialismo bilionário

Só é possível entender completamente a origem da atual crise de desigualdade, se compreendermos a longa sombra do passado colonial e como ela continua a impactar nosso presente.



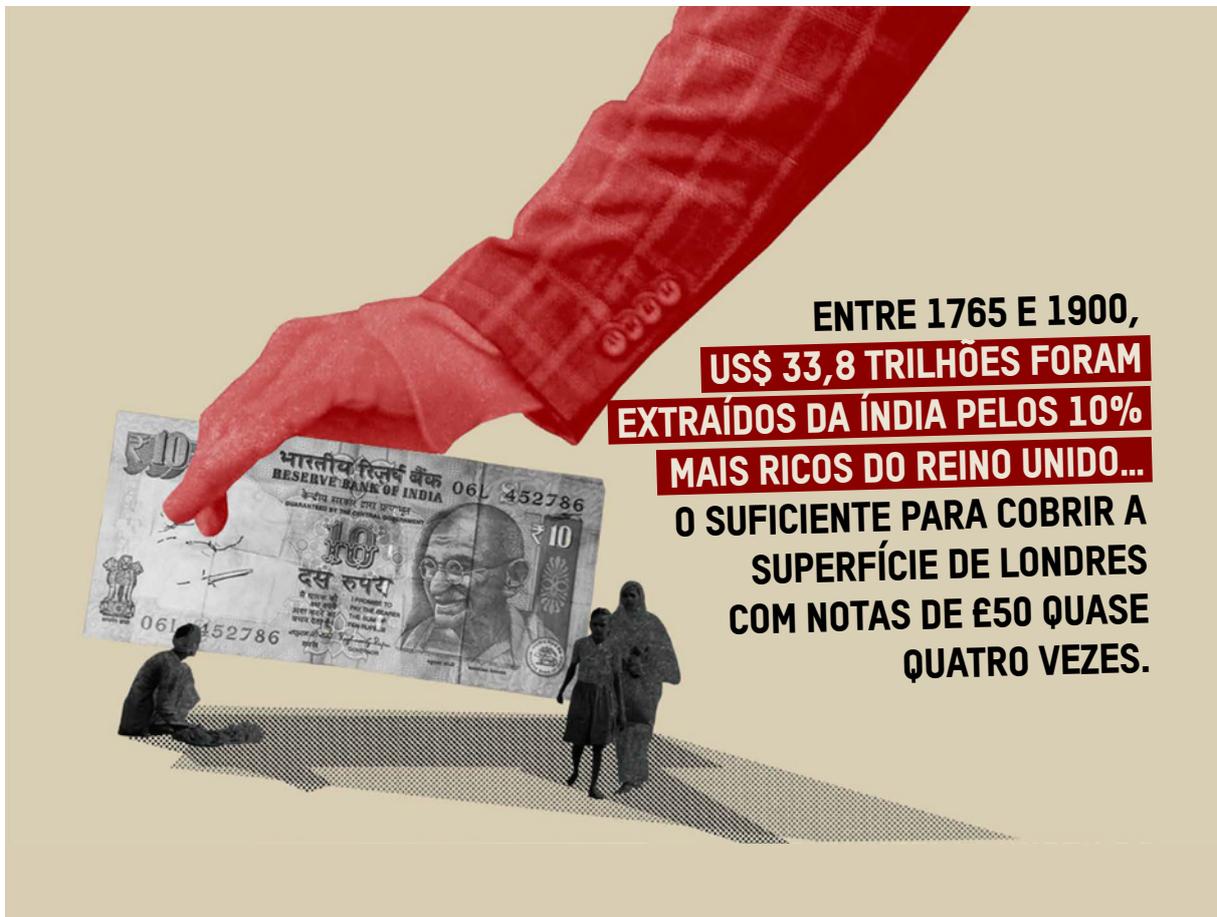
A origem não merecida de grande parte da riqueza extrema dos ultra-ricos é, sem dúvida, resultado do colonialismo e de seus impactos. Hoje, a maioria dos bilionários (68%, que detêm 77% da riqueza total dos bilionários) ainda vive nos países ricos do Norte Global,⁴⁵ apesar desses países abrigarem apenas um quinto da população global - um fato que é difícil de explicar sem a compreensão do impacto contínuo do colonialismo.

O colonialismo é um fenômeno *histórico e moderno*. O colonialismo histórico é o período de ocupação e dominação formal pelos países ricos que, em grande parte, chegou ao fim com as lutas de libertação nacional travadas nas décadas após a Segunda Guerra Mundial. *O colonialismo moderno (também conhecido como neocolonialismo)* é o nome que usamos para abranger as formas mais informais pelas quais os países ricos do Norte Global continuam a exercer poder e controle sobre os países do Sul Global, perpetuando os impactos do colonialismo formal e as práticas e ideias por trás dele. Hoje, quase sessenta anos após o

fim do período colonial, nossa economia global ainda está fortemente estruturada de forma a que a riqueza se direcione do Sul Global para o Norte Global e, mais especificamente, dos cidadãos do Sul Global para as pessoas mais ricas do Norte Global.

Colonialismo histórico e a classe dominante

Desde o início, as elites ricas foram as que mais incentivaram e se beneficiaram do colonialismo. Vários reis e rainhas da Inglaterra apoiaram e lucraram com a escravidão.⁴⁶ O rei Leopoldo da Bélgica tinha o Congo como sua colônia pessoal, presidindo uma crueldade terrível que causou 10 milhões de mortes, enquanto acumulava uma riqueza pessoal de US\$ 1,1 bilhão.⁴⁷ No Reino Unido, muitas casas senhoriais - as mansões aristocráticas que se tornaram famosas por Jane Austen e *Downton Abbey* - foram construídas, se beneficiaram ou estão ligadas a história da escravidão e do colonialismo. Em um relatório, o National Trust, que cuida de mais de 200 casas senhoriais, calculou que um terço dessas casas tinha alguma ligação com o comércio de escravizados.⁴⁸



**ENTRE 1765 E 1900,
US\$ 33,8 TRILHÕES FORAM
EXTRAÍDOS DA ÍNDIA PELOS 10%
MAIS RICOS DO REINO UNIDO...
O SUFICIENTE PARA COBRIR A
SUPERFÍCIE DE LONDRES
COM NOTAS DE £50 QUASE
QUATRO VEZES.**

O período do colonialismo histórico também foi um período de extrema desigualdade nas nações mais ricas. No Reino Unido, em 1900, o 1% mais rico tinha o dobro da renda da metade mais pobre da população.⁴⁹ Em 1842, em Manchester, no Reino Unido, a idade média de morte dos trabalhadores era de 17 anos.⁵⁰ Homens, mulheres e crianças trabalhavam até a morte para alimentar a rápida expansão industrial e aumentar a fortuna dos proprietários dessa nova economia.

O colonialismo e as ideias que o sustentaram permitiram que a exploração da maioria da classe trabalhadora fosse levada a um nível ainda mais extremo. Dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo sofreram porque as ideias de racismo e supremacia branca deram justificativa e licença moral para níveis sistemáticos e sem precedentes de brutalidade, exploração e, às vezes, extermínio.

As colônias que envolveram a imigração em larga escala de colonos, como Canadá, EUA, Austrália, Argélia, África do Sul e Quênia, foram muitas vezes o local de alguns dos atos coloniais mais terríveis, pois os colonos procuraram eliminar as populações indígenas existentes e tomar suas terras. Esses foram crimes terríveis, imensos em sua violência e escala, que continuam a causar impacto em nosso mundo moderno. Eles foram os precursores do genocídio da Segunda Guerra Mundial na Europa.⁵¹

Essa exploração de pessoas em todo o mundo levou a uma explosão de riqueza para as pessoas ricas nos países ricos e contribuiu para uma profunda desigualdade no Sul Global, muitas vezes favorecendo uma pequena elite às custas de muitos.

A Oxfam calcula que, entre 1765 e 1900, os 10% mais ricos do Reino Unido extraíram riquezas somente da Índia no valor de US\$ 33,8 trilhões em dinheiro de hoje. Isso seria suficiente para cobrir a superfície de Londres com notas de £50 quase quatro vezes.⁵²

Após a abolição da escravidão e sua independência da França, o Haiti foi forçado a pedir 150 milhões de francos emprestados à França (o equivalente a US\$ 21 bilhões atualmente) para reembolsar os proprietários de escravos, sendo que 80% desse valor foi pago aos escravizadores mais ricos.⁵³ Isso catalisou um ciclo de dívidas e desastres que continua até os dias de hoje.

No Reino Unido, um número significativo das pessoas mais ricas da atualidade pode relacionar a riqueza de sua família à escravidão e ao colonialismo, especificamente à indenização paga aos escravizadores ricos quando a escravidão foi abolida.⁵⁴

As estimativas dos danos e da restituição devidos pelo comércio transatlântico de escravos, incluindo os períodos de escravização e pós-escravização, variam enormemente, principalmente devido às enormes complexidades dos cálculos, às diferentes suposições adotadas e à ampla diversidade de pontos de vista sobre o assunto. Alguns exemplos dos danos calculados por vários grupos de estudiosos incluem US\$ 100 trilhões e US\$ 131 trilhões (estimados pelo Brattle Group sobre o comércio transatlântico de escravos e incluindo os períodos de escravização e pós-escravização),⁵⁵ US\$ 33 trilhões para as nações do Caribe (pela CARICOM),⁵⁶ e US\$ 20,3 trilhões para os descendentes de negros americanos escravizados vivos hoje (por pesquisadores da Universidade de Connecticut).⁵⁷

Os frutos da árvore venenosa: como o colonialismo histórico afeta a desigualdade atual

O mundo desigual de hoje está fortemente marcado com a marca da brutal história colonial. As heranças da desigualdade e o saque desenfreado, pioneiras durante a época do colonialismo histórico, continuam a moldar a vida moderna.

Isso criou um mundo profundamente desigual. Um mundo marcado pela divisão baseada no racismo. Um mundo que continua a extrair sistematicamente a riqueza do Sul Global para beneficiar principalmente as pessoas mais ricas do Norte Global.

Um mundo profundamente desigual

A profunda desigualdade entre os mais ricos e o restante da sociedade, tanto entre as nações ricas e o Sul Global quanto dentro dos países do Sul Global, é a herança do colonialismo.

A diferença entre o mundo rico e o restante do mundo é incrivelmente grande. Em 1820, o mais distante que os dados vão, a renda dos 10% mais ricos do mundo era 18 vezes maior do que a dos 50% mais pobres; em 2020, era 38 vezes maior.⁵⁸

Essa desigualdade econômica se reflete em muitos outros indicadores de progresso e bem-estar. Talvez o impacto mais significativo seja na expectativa de vida; na África, a expectativa de vida média é de cerca de 61,7 anos, em comparação com 77 anos na Europa.⁵⁹

Também em nível nacional, o colonialismo impôs níveis muito altos de desigualdade aos países do Sul Global. Atualmente, todos os países, com exceção de um, que o Banco Mundial define como tendo alta desigualdade estão no Sul Global.⁶⁰ O 1% mais rico da África, Ásia e Oriente Médio recebe 20% de toda a renda, quase o dobro da parcela do 1% mais rico da Europa.⁶¹

O sistema educacional de hoje muitas vezes traz as marcas e sustenta o legado colonial da desigualdade por meio do domínio do conhecimento e dos idiomas ocidentais e das disparidades globais em pesquisa e financiamento.^{62,63} A influência desproporcional de algumas instituições educacionais no Norte Global moldou a formação de políticas no Sul Global. Em 2017, 39% dos chefes de estado em todo o mundo foram educados em universidades do Reino Unido, dos EUA ou da França.⁶⁴

A independência não foi sinônimo de igualdade em muitos países recém-independentes. Muitas vezes, os governantes coloniais eram simplesmente trocados por elites nacionais que tendiam a manter os sistemas econômicos e políticos desiguais existentes que os enriqueciam. Para muitos países, o legado colonial, principalmente de fronteiras impostas e Estados fracos, por sua vez, alimentou conflitos, guerras e fragilidade persistente.⁶⁵

Incorporando o racismo, o ódio e a divisão

As ideias venenosas de uma hierarquia de raças sustentaram o período colonial. Geralmente, se baseando em falsidades pseudocientíficas que propunham a natureza sub-humana de algumas pessoas;⁶⁶ e foram usadas para justificar e legitimar níveis adicionais de exploração⁶⁷ de grupos negros e indígenas, bem como genocídio e extermínio.

Esse legado racista profundamente prejudicial e divisivo continua a moldar as sociedades e o mundo de hoje.⁶⁸ Os impactos podem ser vistos na Austrália, onde um terço dos povos das Primeiras Nações está entre os 20% mais pobres da população; os povos das Primeiras Nações ganham, em média, 72% do que os australianos que não são das Primeiras Nações.⁶⁹ Na África do Sul, os sul-africanos brancos ainda ganham três vezes mais do que os profissionais negros, quase 30 anos após o fim do apartheid.⁷⁰ Isso ficou fortemente evidente no descaso do Norte Global com o Sul Global durante a pandemia, colocando os lucros farmacêuticos muito à frente de salvar vidas nos países mais pobres, uma medida que custou milhões de vidas.⁷¹

Várias divisões foram expandidas e exploradas, concretizadas e agravadas durante o período colonial, incluindo casta, religião, gênero, sexualidade, idioma e geografia. Essas divisões foram usadas para maximizar as possibilidades de explorar e minar qualquer oposição unificada. A adoção de políticas coloniais que deliberadamente favoreceram algumas comunidades em detrimento de outras foi associada a um risco maior de guerra civil de cunho étnico.⁷²

Colonialismo e desigualdade de gênero

O colonialismo e a desigualdade de gênero estão intimamente ligados. As mulheres perderam poder e autonomia econômica com a chegada das culturas comerciais coloniais e foram excluídas do mercado global que lucrava com as corporações coloniais, enquanto as contribuições das mulheres eram tratadas como trabalho não remunerado.^{73,74} Ao mesmo tempo, as leis que eram comuns durante o período colonial eram muitas vezes transcritas pelos colonizadores com base no testemunho masculino e reforçavam as noções europeias de papéis de gênero.⁷⁵ Em alguns casos, a liderança política existente das mulheres também foi

desconsiderada pelas autoridades coloniais, que recorreram exclusivamente aos homens quando estabeleceram cargos políticos locais.⁷⁶ Da mesma forma, o colonialismo impôs divisões rígidas de gênero e oposição a qualquer forma de homossexualidade nas sociedades colonizadas, de acordo com as normas sociais dos países coloniais.⁷⁷ Os países que foram colonizados pela Grã-Bretanha têm hoje maior probabilidade de ter leis que criminalizam a conduta homossexual.⁷⁸

Em conjunto, essas estratégias de segregação separaram as sociedades, deixando um legado global de divisão que permanece dolorosamente claro até hoje.

Motores econômicos de extração

As instituições globais, os mercados financeiros e as corporações multinacionais, todos fundamentados pelo colonialismo e pelo domínio dos países ricos, continuam a facilitar essa transferência sul-norte de trilhões de dólares todos os anos.

Instituições globais: o Banco Mundial, o FMI e o Conselho de Segurança da ONU

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram criados há 80 anos, perto do fim do período colonial, e sua governança desigual mudou pouco desde então. Os países do G7 ainda detêm 41% dos votos no FMI e no Banco Mundial, apesar de terem menos de 10% da população mundial.⁷⁹ Um cidadão belga tem cerca de 180 vezes mais poder de voto, respectivamente, no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (um dos braços de financiamento do WBG) do que um etíope.⁸⁰ Os líderes do Banco Mundial e do FMI ainda são decididos pelos EUA e pela Europa, respectivamente.⁸¹ Da mesma forma, os países europeus e outras nações do Norte Global detêm 47% do total de assentos no Conselho de Segurança da ONU (UNSC), apesar de representarem apenas 17% da população global.⁸²

Isso é importante porque, o FMI e o Banco Mundial continuam sendo extremamente influentes na formação do sistema econômico global e, em particular, nas políticas econômicas dos países de baixa e média renda. Incentivam constantemente a implementação de cortes em despesas essenciais,

como o financiamento de professores e enfermeiros. Assim, durante a pandemia da COVID-19, estima-se que o conselho do FMI, para cortar os gastos do governo no hemisfério sul, tenha eliminado quase US\$ 10 bilhões dos orçamentos salariais do setor público em apenas 15 países - o equivalente a cortar mais de 3 milhões de empregos essenciais, como professores, enfermeiros e médicos, apesar da crescente necessidade desses profissionais durante esse período.⁸³

O FMI exige que os países que recebem empréstimos priorizem o pagamento das dívidas aos credores acima de tudo e implementem políticas que incluam privatização, liberalização do comércio e redução dos déficits governamentais para obter novos empréstimos. Essas políticas prejudicam o acesso à uma educação de qualidade e acessível⁸⁴ e à assistência médica, além de afetar negativamente os indicadores sociais da saúde, como renda e

disponibilidade de alimentos.⁸⁵ Entre 1970 e 2023, os governos do Sul Global pagaram US\$ 3,3 trilhões em juros aos credores do Norte Global.⁸⁶ Ainda hoje, no entanto, a Oxfam calcula que, para cada US\$ 1 que o FMI incentivou um conjunto de países pobres a gastar em bens públicos, incentivou o corte quatro vezes mais por meio de medidas de controle.⁸⁷

Bancos, impostos e o sistema financeiro global

As moedas fortes das nações ricas dão a esses países, e aos proprietários de ativos financeiros neles, uma enorme vantagem. Por exemplo, no primeiro trimestre de 2024, os bancos centrais de todo o mundo detinham cerca de 58,9% de suas reservas alocadas em dólares americanos.⁸⁸ Isso lhes permite tomar empréstimos a um custo muito baixo, e esse capital é então direcionado para investimentos mais lucrativos no Sul Global. Esse desequilíbrio, por si só, leva a um pagamento de quase US\$ 1 trilhão de



dólares por ano do Sul Global para o Norte Global, dos quais US\$ 30 milhões por hora estão sendo pagos ao 1% mais rico dos países ricos.⁸⁹

Atualmente, os países do Norte Global, especialmente os EUA e o Reino Unido, continuam a abrigar os mercados e as instituições financeiras mais poderosas do mundo. Eles também são a sede das agências de classificação de crédito Moody's, Standard & Poor's e Fitch; essas agências moldam as percepções globais de estabilidade e risco financeiro, afetando o custo dos empréstimos para os países, inclusive os do Sul Global.

A OCDE, um clube de nações ricas, continua a dominar a política tributária global. Mais de 70% de todo o abuso fiscal das empresas é dirigido pelos próprios países da OCDE, privando os países do Sul Global de grandes quantidades de receita fiscal.⁹⁰ A Tax Justice Network observa que a maioria dos paraísos fiscais são países ricos ou suas dependências.⁹¹

As corporações multinacionais e o colonialismo moderno

A corporação multinacional moderna é uma criação do colonialismo. Ela foi criada por empresas como a Companhia das Índias Orientais, que se tornou uma lei em si mesma e foi responsável por muitos crimes coloniais.⁹² Atualmente, as corporações multinacionais, muitas vezes ocupando posições de monopólio ou quase monopólio, continuam a explorar os trabalhadores do Sul Global, especialmente as mulheres, em nome de acionistas ricos localizados principalmente no Norte Global.

As cadeias de suprimentos globais e os setores de processamento de exportação representam sistemas coloniais modernos de extração de riqueza sul-norte. Os trabalhadores dessas cadeias de suprimentos frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, falta de direitos de negociação coletiva e proteção social mínima. Os salários no Sul Global são



Os salários no Sul Global são entre 87% e 95% mais baixos do que os salários no Norte Global para trabalhos de igual qualificação.
Foto: Buddhika Weerasinghe/Bloomberg/Gettyimages

entre 87% e 95% mais baixos do que os salários no Norte Global para trabalhos de igual qualificação.⁹³ As grandes corporações multinacionais dominam as cadeias de suprimentos globais, se beneficiando da mão de obra barata e da extração contínua de recursos do Sul Global; capturam a grande maioria dos lucros e perpetuam a dependência, a exploração e o controle por meios econômicos. Em 2022, um estudo procurou quantificar o benefício dessa troca desigual para o Norte Global entre 1995 e 2015, descobrindo que US\$ 242 trilhões (em dólares de 2010) foram extraídos pelo Norte Global dessa forma.⁹⁴

Descolonizando nossa economia e destronando os super-ricos

A luta contra o colonialismo moderno atinge um marco crítico em 2025. São 70 anos desde a Conferência de Bandung, em que os países do Sul Global buscaram criar uma Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO).⁹⁵ O tema da União Africana para 2025 é “Justiça para os africanos e pessoas de ascendência africana por meio de reparações”.⁹⁶ Nesse ano, haverá a Quarta Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) e a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.⁹⁷ Elas oferecem oportunidades de fazer reformas institucionais que podem garantir um futuro mais igualitário.

Para contribuir para uma mudança sistêmica significativa, os governos devem:

- **Reduzir radicalmente a desigualdade, estabelecendo metas globais e nacionais para isso.** Acabar com a riqueza extrema. Se comprometer com uma meta global de desigualdade que reduza drasticamente a desigualdade entre o Norte Global e o Sul Global; como exemplo, a renda dos 10% mais ricos não deve ser maior do que a dos 40% mais pobres em todo o mundo. Estabelecer metas semelhantes com prazo determinado para reduzir a desigualdade econômica nacional, visando que a renda total dos 10% mais ricos não seja maior do que a renda total dos 40% mais pobres, conhecida como Palma de I.⁹⁸
- **Reparar as feridas do colonialismo.** Os ex-governos coloniais devem reconhecer e se desculpar formalmente por toda a gama de crimes cometidos durante o colonialismo e garantir que esses crimes entrem na memória pública. As reparações às vítimas devem ser feitas para garantir a restituição,

proporcionar satisfação, compensar os danos sofridos, garantir a reabilitação e evitar futuros abusos. O custo das reparações deve ser arcado pelos mais ricos, que foram os que mais se beneficiaram com o colonialismo.

- **Acabar com os sistemas de colonialismo moderno.** O FMI, o Banco Mundial, a ONU e outras instituições globais devem mudar completamente sua governança para acabar com o domínio formal e informal do Norte Global e com os interesses de suas elites e corporações ricas. O domínio das nações e corporações ricas sobre os mercados financeiros e as regras comerciais deve ser encerrado. Em seu lugar, é necessário um novo sistema que promova a soberania econômica dos governos do Sul Global e permita o acesso a salários e práticas trabalhistas justas para todos os trabalhadores. Políticas e acordos de livre comércio desiguais devem ser revogados.⁹⁹
- **Tributar os mais ricos para acabar com a riqueza extrema.** A política tributária global deve se enquadrar em uma nova convenção tributária da ONU e facilitar o pagamento de impostos mais altos pelas pessoas e empresas mais ricas para reduzir radicalmente a desigualdade e acabar com a riqueza extrema.
- **Promover a cooperação e a solidariedade Sul-Sul.** Os governos do Sul Global devem formar alianças e acordos regionais que priorizem trocas equitativas e mutuamente benéficas, promovam a independência econômica e reduzam a dependência de antigas potências coloniais ou das economias do Norte Global. Coletivamente, devem exigir reformas nas instituições internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, e promover o desenvolvimento coletivo por meio do compartilhamento de conhecimento, tecnologia e recursos para apoiar o desenvolvimento sustentável e resistir aos sistemas globais exploradores. Ao mesmo tempo, os governos devem fortalecer os serviços públicos e implementar reformas agrárias para garantir o acesso à terra.
- **Acabar com o colonialismo formal em curso em todas as suas formas.** Os territórios não autônomos remanescentes devem ser apoiados para garantir seus direitos à igualdade de e à autodeterminação, de acordo com o Artigo 1(2) da Carta das Nações Unidas e a Declaração das Nações Unidas sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais.¹⁰⁰



Capítulo 1: Herança colonial.
Em 2023, mais pessoas se tornaram bilionárias por herança do que por empreendedorismo. Ao mesmo tempo, será necessário mais de um século para acabar com a pobreza nas taxas atuais.

A oligarquia bilionária cresce cada vez mais

A riqueza dos bilionários aumentou significativamente em 2024, com velocidade de crescimento três vezes maior do que em 2023. Trilhões estão sendo doados em forma de herança, criando uma nova oligarquia aristocrática que tem imenso poder em nossa política e em nossa economia.

QUADRO 3: UM MUNDO DE DUAS CLASSES: OS FATOS

- Em 2024, a riqueza total dos bilionários aumentou em US\$ 2 trilhões, com a criação de 204 novos bilionários. Isso representa uma média de quase quatro novos bilionários por semana.¹⁰¹
- A riqueza dos bilionários cresceu três vezes mais rápido em 2024 do que em 2023.¹⁰²
- Cada bilionário teve sua fortuna aumentada uma média de US\$ 2 milhões por dia. Para os 10 bilionários mais ricos, suas fortunas cresceram em média US\$ 100 milhões por dia.¹⁰³
- Em 2024, a Oxfam previu um trilionário em uma década, agora projetamos cinco trilionários em uma década.¹⁰⁴ Meanwhile, the number of people living in poverty has barely changed since 1990.¹⁰⁵
- 60% da riqueza dos bilionários provém de herança, favoritismo e corrupção ou poder de monopólio.¹⁰⁶ Em 2023, foi a primeira vez que mais bilionários foram criados por herança do que por empreendedorismo.¹⁰⁷
- Em 2023, o 1% mais rico do Norte Global recebeu US\$ 263 bilhões do Sul Global por meio do sistema financeiro - mais de US\$ 30 milhões por hora.^{108, 109}
- Dos US\$ 64,82 trilhões extraídos da Índia pelo Reino Unido ao longo de um século de colonialismo, US\$ 33,8 trilhões foram para os 10% mais ricos. Isso seria suficiente para cobrir Londres inteira com notas de £50 quase quatro vezes.¹¹⁰

Acabar com a pobreza pode levar um século

Os dados mais recentes do Banco Mundial revelam que o ritmo de redução da pobreza global diminuiu muito.¹¹¹ As pessoas que vivem na pobreza continuam

enfrentando várias crises por todo o mundo. As consequências da pandemia ainda estão conosco na forma de dívidas impagáveis, salários mais baixos e preços de alimentos muito mais altos. Os conflitos também estão aumentando, e o impacto das mudanças climáticas cresce a cada ano.¹¹²

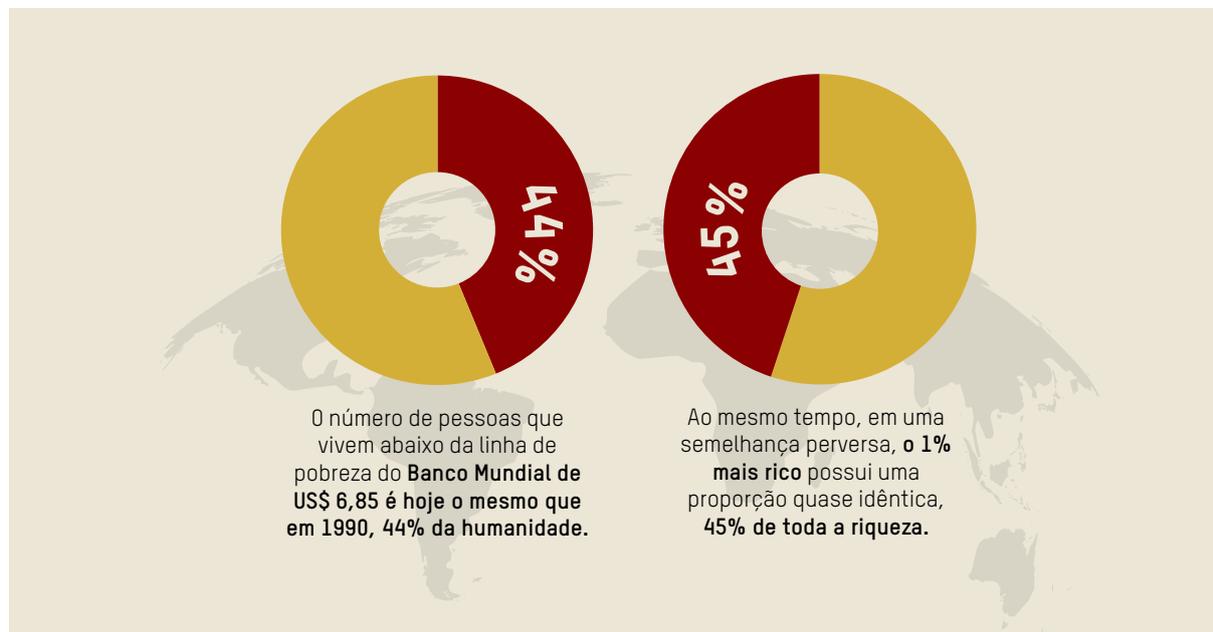
Se as taxas de crescimento atuais continuarem e a desigualdade não diminuir, será necessário mais de um século para acabar com a pobreza, de acordo com o relatório mais recente sobre a pobreza do Banco Mundial.¹¹³ Por outro lado, o relatório também mostra que, se reduzíssemos a desigualdade, a pobreza extrema poderia ser eliminada três vezes mais rápido.¹¹⁴ Está mais do que claro que o combate contra o crescimento e persistência da desigualdade é extremamente fundamental para a luta pelo fim da pobreza e do sofrimento.

Apesar de a proporção da humanidade que vive na pobreza ter diminuído, o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial de US\$ 6,85 é hoje o mesmo que em 1990, quase 3,6 bilhões de pessoas.¹¹⁵ Atualmente, isso representa 44% da humanidade. Ao mesmo tempo, em uma semelhança perversa, o 1% mais rico possui uma proporção quase idêntica - 45% - de toda a riqueza.¹¹⁶ Uma em cada dez mulheres no mundo vive em extrema pobreza (menos de US\$ 2,15 por dia);¹¹⁷ isso representa 24,3 milhões de mulheres a mais do que homens vivendo em extrema pobreza.¹¹⁸ A pobreza não se refere apenas à renda; ela possui várias dimensões e inclui o acesso à saúde, educação e água potável.¹¹⁹ Para muitas pessoas, a pobreza também significa fome. Atualmente, 733 milhões de pessoas passam fome em todo o mundo - cerca de 152 milhões de pessoas a mais do que em 2019.¹²⁰

A desigualdade está aumentando em todos os lugares

Uma pesquisa do Banco Mundial mostrou que apenas 8% da população global vive em países que têm baixos níveis de desigualdade.¹²¹ Com exceção de um país, todos os outros países que possuem os níveis mais altos de desigualdade, estão no Sul Global.¹²² O 1% das pessoas mais ricas da África, Ásia e Oriente Médio recebem 20% de toda a renda; isso é quase o dobro comparado ao que o 1% das pessoas mais ricas da Europa recebem.¹²³

FIGURA 2: UM MUNDO DE DUAS METADES



Fonte: Banco Mundial e UBS

Embora os números sejam assustadores, a realidade é certamente muito pior. Os dados nacionais sobre desigualdade, especialmente no Sul Global, estão muito desatualizados. Para mais de 100 países, a última medida formal de desigualdade é de antes de 2020, não refletindo o impacto e as consequências da pandemia da COVID-19 como a crise global de custo de vida e o aumento das medidas de austeridade.¹²⁴

Usando os dados orçamentários mais recentes sobre a situação dos trabalhadores, níveis de tributação e gastos públicos de 161 países, a Oxfam e a Development Finance International apresentam um quadro mais atualizado no *Índice de Compromisso com a Redução da Desigualdade 2024*.¹²⁵ O índice revela tendências negativas na grande maioria dos países desde 2022. Quatro em cada cinco países reduziram a fatia de seus orçamentos destinada à educação, saúde e/ou proteção social; quatro em cada cinco países reduziram a tributação progressiva; e nove em cada dez países retrocederam em direitos trabalhistas e salários mínimos. Nove em cada dez países retrocederam em uma ou mais áreas; sem ações de políticas emergenciais para reverter essa tendência preocupante, é quase certo que a desigualdade econômica continuará aumentando em 90% dos países.

Não são apenas as pessoas que estão ficando mais pobres. Muitos desses países estão enfrentando a

falência e sendo prejudicados por dívidas; não têm dinheiro para combater a desigualdade. Os países de baixa e média renda gastam aproximadamente 48% de seus orçamentos com o pagamento de dívidas, geralmente com credores privados e ricos de Nova York e Londres.¹²⁶ Isso é muito maior do que seus gastos com educação e saúde juntos.

As desigualdades também continuam em termos raciais e de gênero. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em 2019, para cada dólar americano que os homens ganharam em rendimentos do trabalho, as mulheres ganharam apenas 51 centavos.¹²⁷ Em 2024, nos EUA, a riqueza coletiva das famílias brancas era de US\$ 129,88 trilhões, enquanto a riqueza das famílias negras e hispânicas era de US\$ 5,24 e US\$ 3,56 trilhões, respectivamente; embora as famílias brancas representassem 58,4% da população, elas detinham 84% da riqueza.¹²⁸ No Reino Unido, os homens têm sua riqueza total, em média, £92.762 a mais do que as mulheres; 35% de diferença.¹²⁹

Um legado colonial: a enorme lacuna entre o mundo rico e o restante do mundo

A diferença entre o mundo rico e o restante é extremamente alta. Essa diferença explodiu durante a época colonial. No início do colonialismo, no século XVI, havia pequenas diferenças econômicas entre o Norte e o Sul Global.¹³⁰ Essas diferenças aumentaram drasticamente a partir desse período.¹³¹



Em 1820, o mais distante que os dados vão, a renda dos 10% mais ricos do mundo era 18 vezes maior do que a dos 50% mais pobres; em 1980, era 53 vezes maior e, em 2020, havia diminuído em relação ao seu pico, mas era 38 vezes maior.¹³² A redução nas últimas décadas se deve, em grande parte, ao rápido desenvolvimento da China, que aumentou a renda de centenas de milhões de pessoas.¹³³

O mais preocupante é que, desde 2020 e a pandemia da COVID-19, essa diferença voltou a crescer acentuadamente, agora lentamente está começando a diminuir novamente. Os impactos desiguais da mudança climática, a desigualdade da vacina contra a COVID-19 e as várias crises econômicas que afetam mais os países de baixa renda aumentam a probabilidade de que a diferença entre o Norte Global e o Sul Global aumente novamente, a menos que algumas medidas sejam tomadas.¹³⁴

A constante desigualdade econômica tem um custo humano muito alto. Talvez o impacto mais grave seja o fato de que, nos países mais pobres, as pessoas

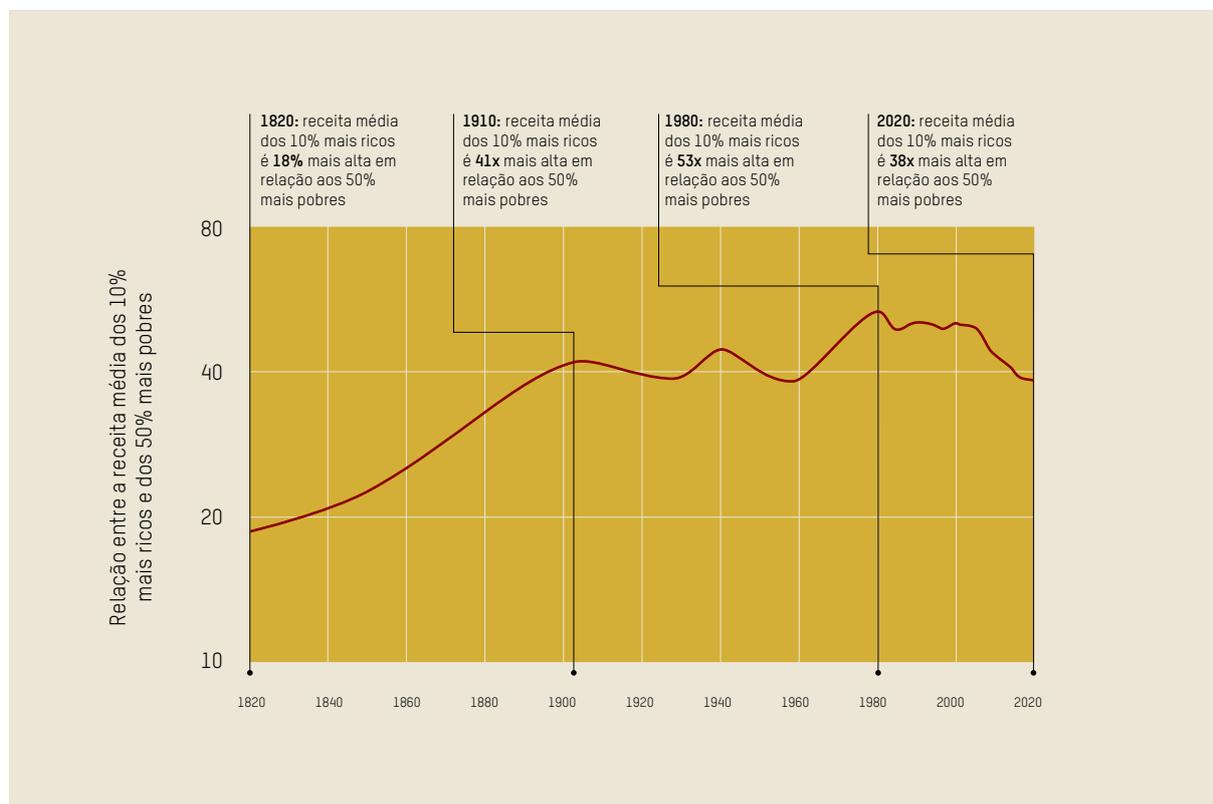
têm a expectativa de morrer uma década antes das pessoas do Norte Global em média.¹³⁵ Na África, a expectativa de vida média é de cerca de 61,7 anos, em comparação com 77 anos na Europa.¹³⁶

QUADRO 4: TRÊS FATOS SOBRE OS DEZ HOMENS MAIS RICOS DO MUNDO

1. A riqueza de cada um dos dez homens mais ricos do mundo cresceu, em média, quase US\$ 100 milhões por dia em 2024.¹³⁷
2. Se você fosse um dos primeiros seres humanos, há 315.000 anos atrás, guardando US\$ 1.000 por dia, ainda assim não conseguiria ter a mesma quantidade de dinheiro que um dos dez bilionários mais ricos.¹³⁸
3. Se qualquer um dos 10 bilionários mais ricos perdesse 99% de sua riqueza, ele ainda seria bilionário.¹³⁹

FIGURA 3: DESIGUALDADE GLOBAL CRESCENTE

Como a desigualdade global cresceu acentuadamente durante o colonialismo e continua muito alta hoje em dia.



Fonte: Base de Dados sobre Desigualdade Mundial, [aqui](#).

Um mundo radicalmente mais igualitário é o único caminho a seguir

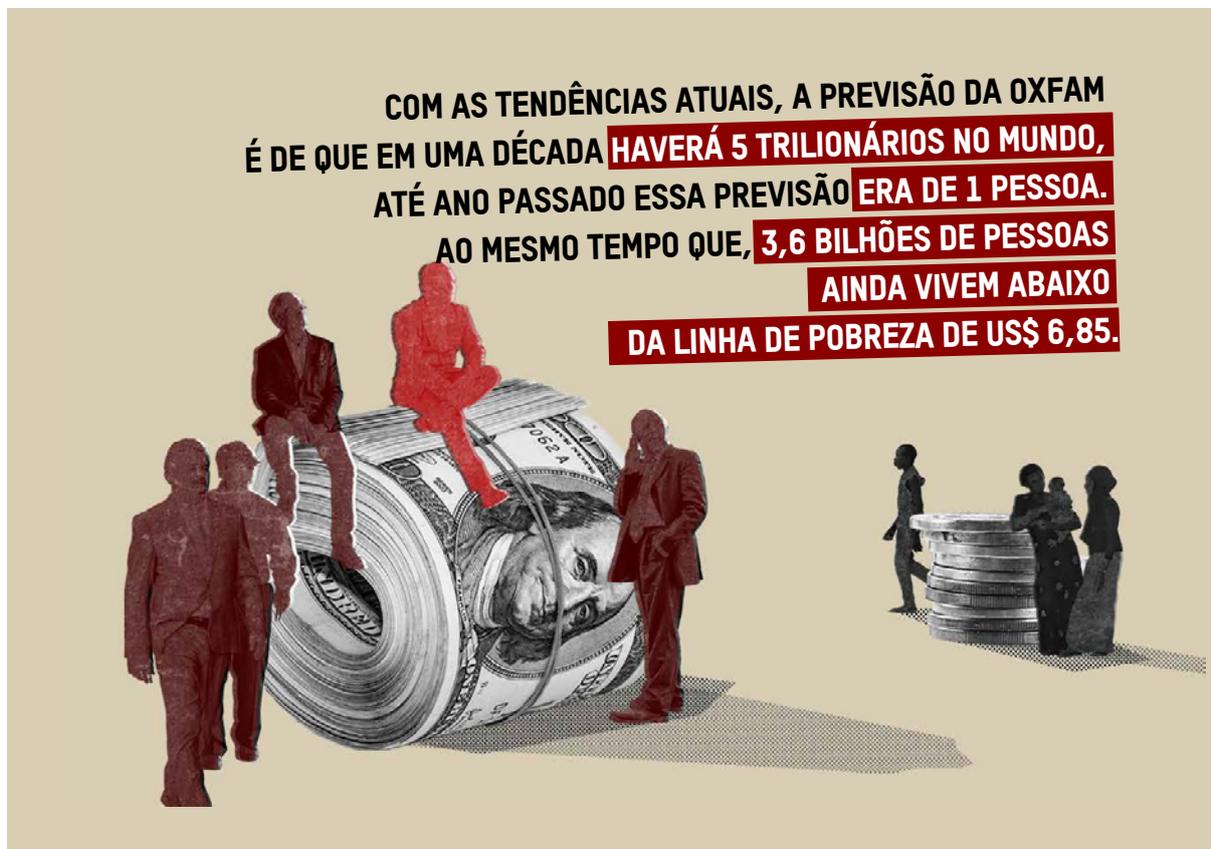
Um mundo radicalmente mais igualitário é a chave para acabar com a pobreza, garantir uma vida boa para todas as pessoas do mundo e proteger e preservar nosso planeta.

A desigualdade importa porque os 50% mais pobres recebem 8 centavos em cada dólar americano de renda global, enquanto o 1% mais rico recebe 20 centavos, ou seja, mais do que o dobro.¹⁴⁰ Reduzindo a desigualdade de renda, a pobreza seria eliminada radicalmente numa velocidade muito mais rápida. O Banco Mundial calcula que, se a desigualdade diminuísse em apenas 2% ao ano, seriam necessários 20 anos, em vez de 60, para acabar com a extrema pobreza.¹⁴¹

Mais igualdade também é a única maneira de vencer a crise climática de forma sustentável. Para manter o equilíbrio ecológico de nosso planeta,

precisamos viver dentro de seus limites, utilizando cuidadosamente a energia global e os recursos materiais para garantir um futuro melhor para todos; de forma prática, nosso precioso planeta pode lidar com uma quantidade limitada de crescimento à base do carbono. Ao aumentar a igualdade mais rapidamente, é possível dedicar parte do espaço restante para crescimento no aumento da renda das pessoas de todas as classes, e não simplesmente alimentar o consumo do 1% mais rico do mundo, que é responsável pela mesma quantidade de emissões dos 66% mais pobres.¹⁴²

Por outro lado, se mantivermos os níveis de desigualdade iguais aos que temos hoje, sem aumentar a redistribuição, elevar todos a um nível de prosperidade (que o Banco Mundial define como US\$ 25 por dia (PPP)¹⁴³, exigiria que a economia global crescesse muitas vezes mais do que cresce hoje. Isso exigiria a emissão de níveis de dióxido de carbono que levariam ao fim do planeta Terra.



Os países que são economicamente mais igualitários se saem melhor em uma grande variedade de indicadores sociais importantes.¹⁴⁴ Uma maior igualdade também está associada a níveis mais baixos de corrupção¹⁴⁵ e instituições mais fortes.¹⁴⁶ Países mais igualitários tendem a ter menor desigualdade de gênero; a desigualdade de gênero está fortemente associada à desigualdade de renda.¹⁴⁷ Também apresentam níveis mais altos de confiança,¹⁴⁸ níveis mais baixos de criminalidade,¹⁴⁹ e são menos autoritários.¹⁵⁰ Os direitos e as liberdades são mais respeitados,¹⁵¹ inclusive a liberdade de imprensa.¹⁵² Países mais igualitários são muito menos polarizados politicamente.¹⁵³ Isso é muito significativo agora, já que em 2024 houve um número histórico de eleições em um contexto de crescente polarização em todo o mundo. A eleição de Donald Trump como presidente dos EUA em novembro deu um impulso extra às fortunas dos bilionários, ao mesmo tempo que suas políticas - como as gigantescas isenções fiscais para os ultra-ricos e as corporações - devem contribuir ainda mais para a desigualdade.¹⁵⁴

Tomado, não conquistado

A ideia de que os super-ricos são ricos principalmente por causa de seus próprios esforços pessoais, energias e empreendedorismo é uma ficção. Por meio de uma nova análise, mostramos que 60% da riqueza dos bilionários provém de herança, favoritismo¹⁵⁵ ou obtenção de benefícios vindos através do poder de monopólio.¹⁵⁶ Como este relatório explica, a riqueza desses bilionários muitas vezes também tem a marca do colonialismo.

Colheres de prata: Uma nova era de riqueza herdada

36% da riqueza dos bilionários é herdada.¹⁵⁷ Os valores herdados estão em um nível recorde¹⁵⁸ e devem aumentar ainda mais. Essa transmissão intergeracional de riqueza extrema está criando uma nova aristocracia, sustentando e perpetuando um sistema global extremamente injusto.

Em 2024, pela primeira vez desde que o *UBS Global Wealth Report* was published, foi publicado, os novos

bilionários criados durante o ano acumularam mais riqueza por herança do que por empreendedorismo.¹⁵⁹ Todos os bilionários do mundo com menos de 30 anos herdaram sua riqueza.¹⁶⁰ Na verdade, na primeira onda do que foi apelidado de “a Grande Transferência de Riqueza”,¹⁶¹ é esperado que mais de 1.000 pessoas ricas passem mais de US\$ 5,2 trilhões para seus herdeiros nas próximas duas ou três décadas.¹⁶²

Essa transferência, em grande parte, não será tributada; a análise da Oxfam mostra que dois terços dos países não tributam a herança para descendentes diretos, e metade dos bilionários do mundo vive em países que não tributam a herança do dinheiro que darão a seus filhos quando morrerem.¹⁶³ A América Latina é a região com o maior volume de riqueza herdada, mas apenas nove países da região tributam heranças, doações e patrimônios.¹⁶⁴

Apropriado: Como o favoritismo faz fortunas

Muitos bilionários são ricos por causa do favoritismo e do uso do poder do Estado para proteger e expandir sua riqueza. Embora parte do favoritismo seja ilegal e, constitua corrupção, grande parte opera dentro dos limites legais, geralmente porque as leis são moldadas para permitir isso. O favoritismo existe quando as elites ricas usam sua influência pessoal para utilizar o poder do Estado para seu próprio ganho privado. Funcionários do governo e empresários conspiram para manipular as regras e se beneficiarem mutuamente às custas dos consumidores, contribuintes e outras empresas.

Formas mais suaves de favoritismo incluem lobby, financiamento de campanhas políticas e criação de regras de funcionamento entre o setor privado e o serviço público. O favoritismo também envolve a politização do serviço público e da mídia, e o financiamento privado de pesquisas e da mídia para influenciar a agenda política. Os laços familiares e de amizade entre as elites fortalecem ainda mais sua influência.¹⁶⁵ Calculamos que 6% da riqueza dos bilionários do mundo provém de relações de favoritismo.¹⁶⁶

Os homens do monopólio e seus bilhões

À medida que os monopólios aumentam seu controle sobre os setores, os bilionários estão vendo sua riqueza aumentar para níveis sem precedentes.¹⁶⁷ O poder dos monopólios está aumentando a riqueza extrema e a desigualdade em todo o mundo.¹⁶⁸ A renda combinada das cinco maiores corporações do mundo é maior do que a renda dos dois bilhões de pessoas mais pobres juntas - um quarto da população mundial.¹⁶⁹ As empresas monopolistas podem controlar os mercados, definir as regras e os termos de troca com outras empresas e trabalhadores e estabelecer preços mais altos sem perder negócios.¹⁷⁰ Essas estratégias aumentam a riqueza de seus proprietários bilionários.

Órgãos como o FMI concordam que o poder monopolista está crescendo e contribuindo para a desigualdade.¹⁷¹ Os monopólios promovem uma transferência em toda a economia dos trabalhadores para os proprietários do capital,¹⁷² forçam a redução dos salários e sufocam a concorrência, a inovação e o acesso equitativo. Ao fazer isso, os monopólios reforçam um sistema econômico global que beneficia uma pequena elite às custas de muitos, principalmente no Sul Global, especialmente mulheres e pessoas de cor, que predominam nos empregos mal remunerados e mal protegidos.¹⁷³

Calculamos que 18% da riqueza dos bilionários do mundo provém do poder de monopólio.¹⁷⁴ Isso inclui alguns dos homens mais ricos do mundo:

- **Jeff Bezos** (patrimônio líquido: US\$ 219,4 bilhões)¹⁷⁵ é o cofundador do “império” corporativo Amazon, que responde por 70% ou mais das compras on-line na Alemanha, França, Reino Unido e Espanha.^{176, 177}
- **Aliko Dangote** (patrimônio líquido: US\$ 11 bilhões) é a pessoa mais rica da África e detém quase o monopólio do cimento na Nigéria e o poder de mercado em todo o continente africano.^{178, 179}

Bilionários coloniais: Como os super-ricos são o reflexo das divisões coloniais

Apesar do crescimento do número de bilionários no Sul Global, a grande maioria dos bilionários e da riqueza dos bilionários ainda está nos países ricos

do Norte Global. A maioria dos bilionários (68%, que detêm 77% da riqueza total dos bilionários) vive nos países historicamente ricos do Norte Global,¹⁸⁰ apesar de esses países abrigarem apenas um quinto da população global.

QUADRO 5: A DEFINIÇÃO DE COLONIALISMO

Colonialismo. A Oxfam define colonialismo como o processo de controle físico, econômico e/ou político, geralmente por meio de violência, de um país sobre outro território por meio de assentamento, dominação econômica ou governo político. Sobretudo a história do colonialismo europeu das Américas, da Austrália e de partes da África e da Ásia-Pacífico, que começou no século XVI, e dos japoneses na Ásia, mas o colonialismo norte-norte e sul-sul também existiu.

Além dessa definição, distinguimos três outras definições distintas.

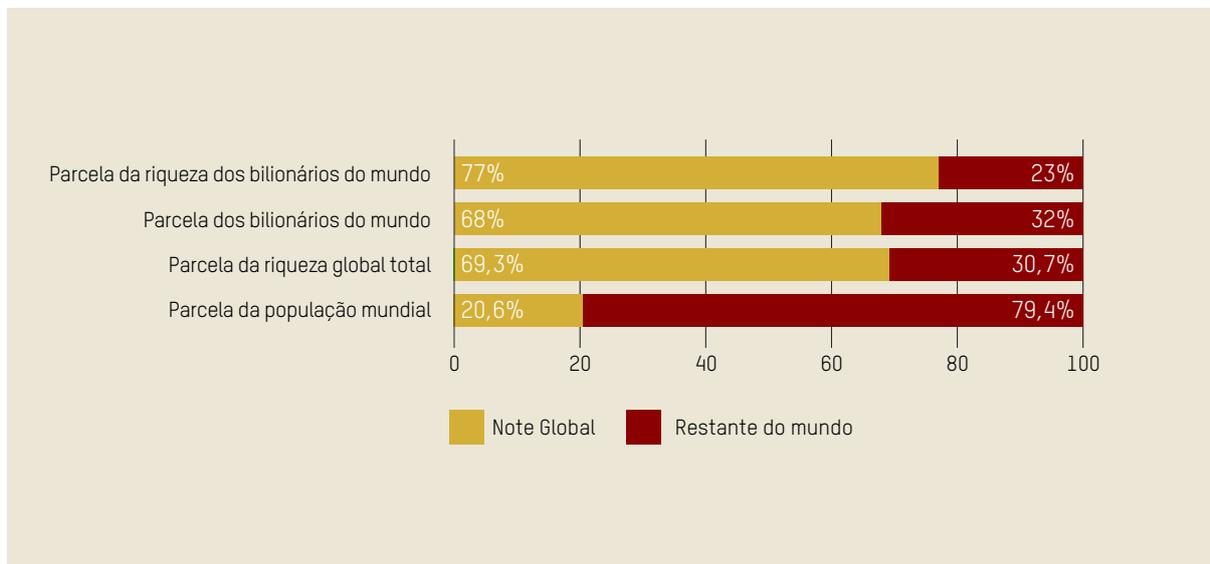
Colonialismo formal e informal. *O colonialismo formal* abrange a ocupação e o domínio permanente de territórios por potências coloniais que continuam nos dias de hoje. O colonialismo informal refere-se a uma forma de dominação em que uma nação poderosa exerce controle sobre outro país sem governá-lo diretamente ou estabelecer um governo colonial formal, sendo a influência exercida por meio de mecanismos econômicos, políticos, culturais ou militares que mantêm relações de poder desiguais.

Colonialismo histórico e moderno. *O colonialismo histórico* abrange o período de ocupação e dominação formal, principalmente pelas potências europeias, que em grande parte (mas não totalmente) chegou ao fim com as guerras de libertação nacional na década após a Segunda Guerra Mundial. *O colonialismo moderno* (também conhecido como *neocolonialismo*) é o nome que usamos para descrever as formas mais informais pelas quais os países ricos do Norte Global continuam a exercer poder e controle sobre os países do Sul Global, perpetuando os impactos do colonialismo formal e as práticas e ideias por trás dele.

Colonialismo de colonos e não colonos. Outra distinção importante é *entre o colonialismo de colonos e o de não colonos*: o colonialismo de colonos, por exemplo, como o encontrado no Canadá, nos EUA, na Argélia ou na Austrália, envolve a imigração em larga escala de colonos para as colônias, com o objetivo de efetivamente liquidar, subjugar e substituir as populações indígenas existentes, criando novas sociedades. O colonialismo sem colonos, por exemplo, em países como Nigéria ou Gana, envolveu o domínio de um pequeno grupo de agentes externos, que não se estabeleceram permanentemente em um país e estavam interessados principalmente na exploração da colônia. Por outro lado, os colonos, devido à sua residência permanente na colônia, tinham interesses que iam além da mera exploração. Isso exigia uma disputa, muitas vezes violenta, por espaço e recursos, principalmente terras.

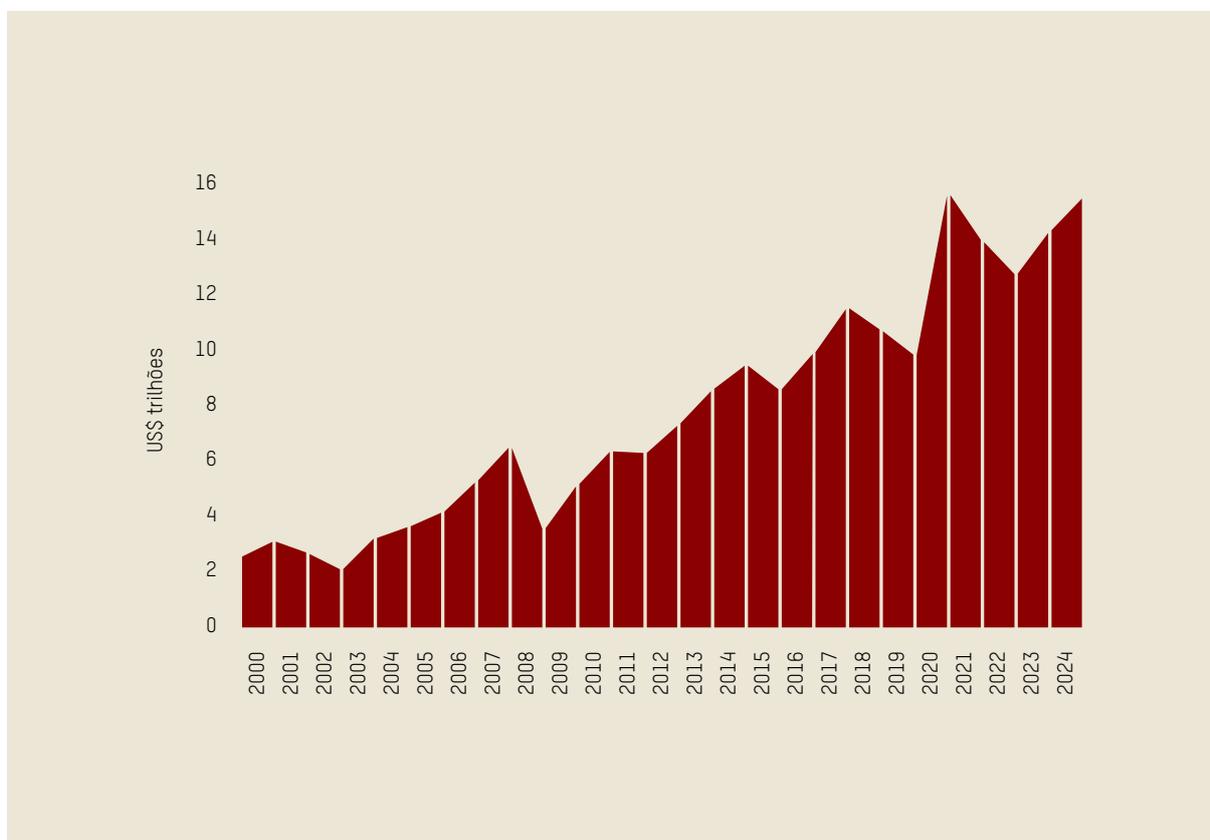
FIGURA 4: PESSOAS RICAS NO NORTE GLOBAL AINDA DOMINAM O MUNDO

Parcela da riqueza total e da riqueza dos bilionários concentrada no Norte Global



Fonte: UBS

FIGURA 5: CRESCIMENTO DA RIQUEZA DOS BILIONÁRIOS ENTRE 1997-2024 EM TRILHÕES DE DÓLARES (EM TEMPO REAL)



Fonte: Forbes

Embora o Norte Global continue a abrigar a maioria dos bilionários, durante a última década, o número de pessoas extremamente ricas no Sul Global cresceu. Mas essa tendência não deve ser vista como um progresso. Ela se deve, em parte, a outro legado do colonialismo - o fato de que os países do Sul Global, anteriormente colonizados, são quase todos altamente desiguais.¹⁸¹ Para centenas de milhões de trabalhadores no Sul Global, isso significa que os rendimentos de seu trabalho beneficiam, em grande parte, um de dois grupos: os ricos do Norte ou os super-ricos do Sul.

A enorme concentração de riqueza atual está ligada aos sistemas coloniais históricos e modernos de exploração do trabalho e da riqueza das pessoas que vivem no Sul Global. Essa exploração contínua é o foco principal deste documento.

Durante o período do colonialismo histórico, muitos países do Norte Global se beneficiaram do colonialismo e do império. Conforme explorado no Capítulo 2, os principais beneficiários foram as

pessoas mais ricas dos países do Norte Global, que, por sua vez, eram altamente desiguais do ponto de vista econômico. Em 1820, estima-se que 73% da população da Europa Ocidental vivia em extrema pobreza; essa predominância de extrema pobreza é maior do que a do sul e sudeste da Ásia na época (69%).¹⁸² No Reino Unido, em 1900, o 1% mais rico tinha o dobro da renda de todos os 50% mais pobres.¹⁸³ Em 1842, em Manchester, Reino Unido, muitas vezes chamada de a primeira cidade industrial do mundo, a idade média de morte dos trabalhadores era de 17 anos; 20 anos para os comerciantes; e 38 anos para os profissionais liberais.¹⁸⁴ No início do século XX, cerca de 30% dos residentes das cidades de Londres e York viviam na pobreza.¹⁸⁵

De acordo com Utsa Patnaik e Prabha Patnaik, entre 1765 e 1900, US\$ 64,82 trilhões foram retirados da Índia para o Reino Unido; com base na distribuição média de renda durante esse período, US\$ 33,8 trilhões foram para os 10% mais ricos do Reino Unido na época, o que seria suficiente para cobrir Londres



com notas de 50 libras quase quatro vezes.¹⁸⁶ Além dos mais ricos, os principais beneficiários do colonialismo foram a nova classe média emergente.¹⁸⁷ Depois dos 10% mais ricos, que receberam 52% dessa renda, a nova classe média recebeu mais 32% da renda.¹⁸⁸

O entendimento das tendências históricas da apropriação de riqueza por gênero é limitado pela ausência de dados e dificultado pelo fato de que os registros históricos geralmente dão crédito aos homens pelo trabalho, independentemente de quem o realizou. A participação feminina no mercado de trabalho, os salários e a riqueza variaram durante o período colonial em todo o Norte Global, mas existem evidências claras de diferenças salariais entre os gêneros.¹⁸⁹ Quando existem evidências, elas mostram, em grande parte, o predomínio dos homens na propriedade de bens, principalmente porque as estruturas legais muitas vezes proibiam as mulheres de atuar diretamente na economia, a não ser como viúvas, especialmente com filhos menores de idade.

O crescimento das empresas comerciais e do comércio colonial deu a algumas mulheres a oportunidade de aumentar sua riqueza investindo nas grandes empresas comerciais ou herdando fortunas feitas pelas elites nas colônias.¹⁹⁰

Nos dias de hoje, os sistemas coloniais que permitem esse nível de exploração continuam a beneficiar os super-ricos dos países ricos; a Oxfam, usando dados do World Inequality Lab, calcula que o sistema financeiro global colonial dos dias de hoje transfere sozinho US\$ 30 milhões por hora do Sul Global para o 1% mais rico das nações ricas.¹⁹¹ Essa transferência contínua de riqueza sul-norte é discutida nos Capítulos 3 e 4.

Os próximos três capítulos exploram a relação entre o colonialismo e a extrema desigualdade de riqueza de forma muito mais detalhada, tanto em uma perspectiva histórica quanto moderna. O Capítulo 2 analisa o colonialismo histórico, o Capítulo 3 examina o impacto do colonialismo nos dias atuais e o Capítulo 4 analisa alguns dos mecanismos pelos quais o colonialismo histórico e contemporâneo exerceu seu impacto. O Capítulo 5 apresenta recomendações para lidar com o impacto do colonialismo.



Capítulo 2: A riqueza dos super ricos e o passado colonial. A desigualdade está enraizada em uma história colonial de exploração capitalista, submetendo centenas de milhares de pessoas à violência, assassinatos e genocídios.

A extrema desigualdade está profundamente enraizada na história colonial de extração e abuso de riqueza. As potências colonizadoras europeias infligiram exploração em massa, violência, racismo e dominação às pessoas do Sul Global. As divisões nas sociedades, incluindo gênero, status tribal, religião e casta, foram aproveitadas e intensificadas pelas potências coloniais para impulsionar ainda mais a exploração, conforme discutido em mais detalhes no Capítulo 3.

O resultado é uma desigualdade alta e persistente entre o Norte Global e o Sul Global e entre pessoas ricas e pessoas que vivem na pobreza dentro dos países. Os colonialistas desapropriaram brutalmente as comunidades de suas terras e submeteram centenas de milhares de pessoas à violência, assassinatos e ao extermínio.¹⁹² Nas Américas, a colonialismo europeia, impulsionada por doenças e violência, exterminou 90% dos povos indígenas, reduzindo a população global em 10%.¹⁹³ Na Ilha de Banda, na Indonésia, o exército da Companhia Holandesa das Índias Orientais massacrou quase toda a população da Ilha de Banda,¹⁹⁴ permitindo que a companhia se tornasse um gigante comercial, controlando e monopolizando o comércio vital de especiarias.¹⁹⁵ Isso foi apoiado, possibilitado e facilitado pelos governos do Norte Global por meio de seu poder militar e econômico.

Muitos africanos foram forçados a trabalhar em plantações de colonos brancos e multinacionais que cultivavam produtos comerciais, como tabaco e borracha.¹⁹⁶ O colonialismo histórico não apenas explorou recursos e povos colonizados, mas também provocou a insensibilidade dos colonizadores - que frequentemente usavam violência brutal com o objetivo de expandir e manter impérios.¹⁹⁷ Estabeleceu uma nova ordem social e econômica que subjugou os povos indígenas; impôs novos conhecimentos e sistemas culturais que privilegiam os colonizadores; e criou uma economia projetada para beneficiar os países do Norte Global.¹⁹⁸

Este capítulo mostrará como o colonialismo transferiu uma enorme riqueza do trabalho de milhões de pessoas no Sul Global para uma pequena minoria branca e rica. Ele também ajudou a acelerar o desenvolvimento industrial no Norte Global. Enquanto isso, desindustrializou e empobreceu muitos países do Sul Global, deixando um legado permanente de extrema desigualdade.

Relações coloniais desiguais e monopólios extrativistas

A era colonial viu o surgimento de um sistema de comércio global projetado por capitalistas europeus, que moldou profundamente as relações econômicas internacionais. Esse sistema não apenas dominou as redes de comércio global, mas também impediu ativamente o desenvolvimento industrial nas colônias e explorou seus recursos.

QUADRO 6: ESTUDO DE CASO - POLÍTICAS PROTECIONISTAS BRITÂNICAS CONTRA A ÍNDIA

Em 1750, o subcontinente indiano era responsável por aproximadamente 25% da produção industrial global. Entretanto, em 1900, esse número havia caído drasticamente para apenas 2%.¹⁹⁹ Essa redução significativa pode ser atribuída à implementação, pela Grã-Bretanha, de políticas protecionistas rigorosas contra os têxteis asiáticos,²⁰⁰ o que minou sistematicamente o potencial de crescimento industrial da Índia. US\$ 64,82 trilhões foram drenados da Índia pela Grã-Bretanha ao longo de 200 anos.²⁰¹

Por outro lado, foi preciso um conflito global para aliviar temporariamente essa supressão industrial. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18), a interrupção dos padrões de comércio colonial estimulou o crescimento industrial nas colônias. As regiões com reduções significativas nas importações britânicas durante a guerra demonstraram maior crescimento do emprego industrial - um modelo que ainda é visto atualmente.²⁰²

O colonialismo era geralmente liderado por multinacionais privadas, que muitas vezes recebiam monopólios e obtinham enormes lucros com a expansão no exterior. O conceito de corporações multinacionais privadas, financiadas por acionistas ricos, foi um produto da era colonial.²⁰³ Muitas corporações coloniais empregavam seus próprios exércitos para esmagar rebeliões de forma implacável.

O exército da Companhia das Índias Orientais na Índia totalizava 260.000 soldados; era o dobro do tamanho do exército britânico em tempos de paz.²⁰⁴ Eles se envolveram na desapropriação de terras, violência e processos de fusão e aquisição, impulsionando a globalização e contribuindo para a criação do primeiro sistema financeiro global do mundo.²⁰⁵ Os mercados financeiros, especialmente em Londres, facilitaram esses gigantes coloniais.

Mais de 81.000 toneladas de prata foram extraídas durante a conquista espanhola das Américas, deixando um rastro de morte.²⁰⁶ O estoque mundial de metais preciosos foi duplicado ou até triplicado pela prata das Américas.²⁰⁷ Isso proporcionou uma importante fonte de receita; no século XVI, uma parte significativa do orçamento espanhol foi financiada pelos fluxos de ouro do “Novo Mundo”.²⁰⁸ Estima-se que essa injeção contínua de metais preciosos americanos (especialmente prata e ouro) tenha sido responsável por quase três quartos da lacuna econômica que havia se desenvolvido até então entre a Europa e as economias asiáticas, como a China e a Índia.²⁰⁹ Na África, a Grã-Bretanha e a França importaram US\$ 2,4 trilhões em commodities africanas entre 1825 e 1947, a preços de 2023.²¹⁰ A maior parte desse valor teria sido adquirida pelos países coloniais que controlavam essas colônias africanas na época, política e economicamente. Naquela época, os 10% mais ricos da França e da Grã-Bretanha obtiveram, em média, cerca de metade da renda nacional, o que significa que os mais ricos foram os principais beneficiários.²¹¹

Essa remoção sistemática de recursos e riquezas das colônias beneficiou as potências imperiais. Por exemplo, até US\$ 5,1 trilhões (em termos atuais) foram extraídos da Indonésia durante o domínio holandês (1878-1941).²¹² Na verdade, estima-se que a House of Orange holandesa lucrou US\$ 600 milhões com as colônias (1675-1770).²¹³ O rei Leopoldo II da Bélgica se apropriou de US\$ 1,1 bilhão como sua riqueza pessoal do Congo²¹⁴ em uma época em que 10 milhões de congoleses morreram como resultado das políticas introduzidas durante seu governo.²¹⁵ A extração colonial também foi estimulada por homens como Cecil Rhodes - imperialista, empresário, político e supremacista branco - que foi fundamental na aquisição de mais de um milhão de quilômetros quadrados no sul da África para o Império Britânico.²¹⁶

A riqueza colonial enriqueceu os europeus super-ricos, enquanto o restante permaneceu na pobreza

Os principais beneficiados pela extração colonial foram a classe dominante dos países colonizadores. Isso construiu as bases de muitas fortunas, algumas das quais foram passadas de geração em geração. Por exemplo, a família Oppenheimer, que já foi acionista majoritária da De Beers, a gigante dos diamantes, está entre as pessoas mais ricas do planeta. O bilionário sul-africano Nick Oppenheimer foi a terceira geração da família a dirigir a empresa. A família Oppenheimer liderou a De Beers por oito décadas até 2011, quando vendeu sua parte da empresa para o grupo de mineração Anglo American.²¹⁷ Mesmo no início do século XXI, a De Beers controlava o fornecimento global de diamantes. Ela detinha um controle semelhante a um monopólio no mercado global de diamantes, enriquecendo seus acionistas ricos por meio da extração injusta de recursos que continuou durante e após o período do colonialismo histórico.²¹⁸

A ascensão do colonialismo e do capitalismo foi associada a um declínio global dos salários, ao aumento da miséria e a um aumento da mortalidade prematura. Os movimentos sociais progressistas e as políticas públicas introduzidas em meados do século XX contribuíram para libertar as pessoas da privação, mas os salários ainda não se recuperaram em partes do sul da Ásia, da África subsaariana e da América Latina.²¹⁹ Assim, a renda ganense no século XVII era igual à de muitos trabalhadores europeus, caiu 81% entre as décadas de 1720 e 1860, no auge do comércio de escravos, e só finalmente ultrapassou os níveis de 1660 na década de 1950, durante as reformas de Kwame Nkrumah; desde então, caiu novamente durante as reformas estruturais das décadas de 1980 e 1990.²²⁰

Essa exploração coincidiu com um crescimento dramático da diferença entre ricos e pobres nos países europeus. Na Grã-Bretanha, em 1820, a parcela da renda de uma pessoa do 1% mais rico era 75 vezes maior do que a de uma pessoa dos 50% mais pobres.²²¹ Em 1900, no auge do império britânico, a diferença era 107 vezes maior. Na França, entre 1820 e 1920, os 10% mais ricos da população francesa possuíam mais de 80% da riqueza francesa.²²²

As novas e antigas formas de escravidão

Uma parte central do colonialismo foram os níveis de escravidão em escala de produção, um dos períodos mais brutais da história humana. O comércio transatlântico de escravos deslocou à força milhões de africanos e povos indígenas. Durante o comércio colonial de escravos, 11,9 milhões de africanos foram transportados pelo Atlântico.²²³ É estimado que 1,5 a 2,1 milhões de pessoas foram forçadas à escravidão no Oceano Índico Ocidental durante o comércio colonial de escravos.²²⁴

Desde a chegada de Colombo em 1492 até o final do século XIX, 2,5 a 5 milhões de povos indígenas foram forçados à escravidão nas Américas.²²⁵ As mulheres escravizadas enfrentaram uma violência sexual terrível, inclusive como forma dos colonizadores afirmarem o domínio e desmoralizarem e subjugarem a resistência anticolonial.²²⁶ Na América Latina, uma proporção de quatro a 17 mulheres africanas para cada homem africano contribuiu para o grupo de descendentes do comércio transatlântico de escravos.²²⁷ É estimado que 40% do crescimento econômico holandês na década de 1770 pode ser atribuído à escravidão e ao comércio de escravos.²²⁸ Isso, por sua vez, beneficiou amplamente os mais ricos e até mesmo a realeza. Vários reis e rainhas da Inglaterra apoiaram e lucraram com a escravidão.²²⁹ Grandes fortunas foram feitas, e seu legado continua vivo na riqueza de algumas das pessoas mais ricas de hoje.

Nos EUA, um país construído com base na escravidão e no extermínio dos povos indígenas, um estudo sobre os membros do Congresso - que são obrigados a divulgar informações financeiras individualizadas - descobriu que aqueles cujos ancestrais possuíam 16 ou mais escravos são muito mais ricos do que os legisladores sem vínculos históricos com a propriedade de escravos, mesmo quando controlando outros aspectos demográficos e socioeconômicos. Descobriu-se que os membros cujos ancestrais escravizaram pelo menos 16 indivíduos têm uma riqueza média de US\$ 5,6 milhões, o que está bem acima do limite para os 5% mais ricos dos EUA.²³⁰

Várias das grandes empresas atuais se beneficiaram direta ou indiretamente da escravidão. Muitos dos maiores bancos, como o Barclays, o HSBC e o Lloyds²³¹ e as principais empresas de contabilidade, como a Deloitte e a Price Waterhouse Coopers (PwC), se beneficiaram da riqueza gerada pela escravidão.²³² JP Morgan Chase,²³³ NatWest,²³⁴ ABN AMRO Bank,²³⁵ todos tiveram benefícios financeiros indiretos com a escravidão. Pelo menos dois bancos centrais, o Bank of England²³⁶ e o De Nederlandsche Bank,²³⁷ pediram desculpas por seus respectivos vínculos históricos com a escravidão.

No Reino Unido, muitas casas nobres, as mansões aristocráticas que se tornaram famosas por *Jane Austen* e *Downton Abbey*, foram construídas, se beneficiaram ou se relacionaram com os despojos da escravidão e do colonialismo. Em um relatório, o National Trust, que cuida de mais de 200 casas nobres, calculou que um terço delas tinha alguma ligação com o comércio de escravos.²³⁸ Em 1833, o governo britânico fez um empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas para compensar os proprietários de escravos, o que representou 40% da renda anual do Tesouro²³⁹ ou seja, 3,1 bilhões de libras esterlinas em valores atuais.²⁴⁰ Esse empréstimo só foi quitado em 2015. Isso foi uma transferência enorme de riqueza dos contribuintes do Reino Unido para os ricos proprietários de escravos, enquanto as pessoas escravizadas e seus descendentes não receberam nada.²⁴¹ No Reino Unido, um número significativo das pessoas mais ricas da atualidade pode relacionar a riqueza de suas famílias à escravidão e ao colonialismo, especificamente à indenização paga aos ricos escravizadores quando a escravidão foi abolida.²⁴²

No Haiti, a França exigiu 150 milhões de francos (o equivalente a mais de US\$ 21 bilhões atualmente) após a bem-sucedida revolta de escravos do Haiti, paralisando a economia do país por gerações.²⁴³ Atualmente, o país é o mais pobre do Hemisfério Ocidental e mais da metade de sua população vive abaixo da linha de pobreza nacional.²⁴⁴ No Suriname e nas Antilhas, o governo holandês pagou aos ricos escravagistas cerca de 12 milhões de florins, cerca de 10% do orçamento do governo holandês.²⁴⁵

Esse pagamento também beneficiou os mais ricos. Na França e na Grã-Bretanha, os 10% mais ricos dos escravagistas controlavam cerca de 60 a 80% das pessoas escravizadas (e recebiam cerca de 60 a 80% da indenização total); o 1% mais rico recebia de 20 a 30% da indenização.²⁴⁶ Na Holanda, a indenização concedida também se baseava no número de pessoas escravizadas que possuíam;²⁴⁷ na verdade, há evidências de que os proprietários de escravos fizeram lobby para adiar a abolição até que condições favoráveis pudessem ser acordadas no Parlamento.²⁴⁸

O fim do comércio de escravizados resultou em novas formas de exploração, incluindo a exportação de trabalhadores contratados da Ásia para substituir os africanos escravizados nas plantações de açúcar no Caribe.²⁴⁹ Entre as décadas de 1830 e 1920, 3,7 milhões de indianos, chineses, africanos, japoneses, melanésios e outros povos foram transportados para trabalhar em plantações e minas coloniais e para estabelecer infraestrutura como trabalhadores contratados.²⁵⁰

QUADRO 7: A NECESSIDADE DE JUSTIÇA DE REPARAÇÃO

A ideia de reparações - a exigência de reconhecimento e reparação de injustiças ou desigualdades passadas ou atuais - está recebendo cada vez mais atenção. As reparações são propostas para uma série de questões, incluindo escravidão, colonialismo, impactos climáticos, crimes de guerra e fluxos financeiros ilícitos do Sul Global para o Norte Global, entre outros. Na esteira do movimento Black Lives Matter,²⁵¹ vários líderes e instituições europeias, como bancos, universidades e museus, documentaram suas conexões com a escravidão e pediram desculpas pelos danos causados. No entanto, embora a reparação dos danos causados pela escravidão e pelo colonialismo deva começar com um pedido de desculpas completo, pedir desculpas por si só não é suficiente. As reparações têm sido exigidas por instituições multilaterais, incluindo a CARICOM,²⁵² a União Africana e, até mesmo, pela ONU; nas nações colonizadas, as demandas por reparações têm sido feitas pelos povos originários.²⁵³

Um valor financeiro tem sido frequentemente atribuído ao dano causado. As estimativas das reparações devidas variam de acordo com as diferentes premissas adotadas. Algumas estimativas dos danos causados pelo comércio transatlântico de escravos incluem US\$ 100 trilhões e US\$ 131 trilhões (estimados pelo Brattle Group, que trata do comércio transatlântico de escravos e inclui os períodos de escravidão e pós-escravidão);²⁵⁴ US\$ 33 trilhões para as nações do Caribe (pela CARICOM);²⁵⁵ e US\$ 20,3 trilhões para os descendentes de negros americanos escravizados vivos hoje (por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Connecticut).²⁵⁶

O custo das reparações deve ser arcado principalmente pelas pessoas mais ricas, pois foram elas que mais se beneficiaram com o colonialismo. Entretanto, o fornecimento de indenização financeira pelos países responsáveis é apenas um meio de lidar com os legados permanentes da escravidão e do colonialismo.²⁵⁷ A abordagem da ONU para reparações inclui cinco componentes: restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição.²⁵⁸ Da mesma forma, o “Plano de Dez Pontos para a Justiça Reparatória” da CARICOM inclui o pedido de desculpas formais completas; repatriação; programas de desenvolvimento dos povos indígenas; instituições culturais; abordagem da crise de saúde pública; erradicação do analfabetismo; um programa de conhecimento africano; reabilitação psicológica; transferência tecnológica; e cancelamento da dívida.²⁵⁹

Muitos dos aspectos operacionais da implementação de reparações exigem mais discussões e há dúvidas sobre a possibilidade de reparações verdadeiras em um sistema baseado na supremacia branca.²⁶⁰ No entanto, é hora de se comprometer com a necessidade de justiça de reparação e começar a desvendar as complexidades necessárias para que isso aconteça.

O genocídio, os estados colonizadores e a desigualdade

Milhares de povos indígenas enfrentaram massacres, genocídios e violência quando os colonizadores afirmaram sua “superioridade racial” e dominação. Dezenas de milhões de pessoas morreram de novas doenças trazidas pelos colonizadores,²⁶¹ em pandemias que acompanharam a expansão dos impérios.²⁶² Na Austrália e na Nova Zelândia, milhares de pessoas das Primeiras Nações e do povo maori foram massacradas defendendo suas terras.²⁶³ O povo San, no sul da África, sofreu genocídio sob o domínio holandês²⁶⁴ e depois novamente sob o domínio colonial britânico.²⁶⁵

O colonialismo europeu, que se estendeu dos séculos XVI ao XX, remodelou profundamente o cenário global e deixou marcas inegáveis nas sociedades, nas economias e nas pessoas do mundo todo, que continuam a influenciar as desigualdades globais e as estruturas sociais atuais. Ao mesmo tempo, os colonizadores europeus desapropriaram à força as comunidades locais de suas terras e extraíram delas o trabalho forçado. As comunidades indígenas resistiram, mas foram dominadas.

Ao mesmo tempo, o colonialismo, a pressão populacional e as oportunidades econômicas limitadas na Europa em meio à industrialização levaram à migração em massa para as colônias. De fato, o direito de viajar para territórios estrangeiros foi um pilar fundamental da expansão colonial.²⁶⁶ Estima-se que, entre os séculos XVI e XX, aproximadamente 63 milhões de europeus foram para o “Novo Mundo” como parte das administrações coloniais, seja para se estabelecer ou para serem encarcerados por cometerem um crime.²⁶⁷ No início, a Austrália era uma colônia penal para onde a Grã-Bretanha enviava seus condenados como punição; muitas dessas pessoas eram os britânicos mais pobres, banidos por pequenos crimes que hoje seriam considerados insignificantes.

Os colonos se beneficiaram da educação, da saúde e de outras infraestruturas básicas financiadas por impostos cobrados dos povos indígenas. Isso levou à concentração de riqueza, terra e capital nas mãos das elites brancas,²⁶⁸ e restringiu o acesso dos povos indígenas à educação, a empregos e a recursos. Um terço das terras férteis das terras altas do Quênia era

controlado por colonos brancos, que representavam 0,25% da população em 1934.²⁶⁹

O impacto sobre os povos indígenas é contínuo. Assim, na Austrália e na Nova Zelândia, os povos das Primeiras Nações continuam a enfrentar a discriminação racial, o que leva à desigualdade econômica de acordo com as características raciais.²⁷⁰ Na Austrália, mais de um terço do povo das Primeiras Nações (35%) está no quinto mais pobre da distribuição de renda e ganha 72% do que os australianos não pertencentes às Primeiras Nações ganham em média.²⁷¹ Na Nova Zelândia, as diferenças salariais entre as etnias europeia-maori e europeia-pacífica são de 14,6% e 18,8%, respectivamente.²⁷²

No entanto, estima-se que os níveis mais altos de desigualdade são encontrados em colônias onde o número de colonos europeus era alto, mas eles continuavam sendo uma minoria da população; os países onde os europeus se tornaram a maioria não sofreram uma desigualdade tão extrema. Eles também estavam entre os primeiros a implementar políticas progressistas, como o sufrágio universal, mas muitas vezes apenas para os descendentes de europeus, com os povos indígenas e outras minorias sendo excluídos e perseguidos com frequência.²⁷³

A colonialismo tem uma história específica de gênero que incluiu, em muitos casos, violência,²⁷⁴ violência baseada em gênero e coerção reprodutiva,²⁷⁵ direitos de propriedade restritos²⁷⁶ incluindo o não reconhecimento dos direitos das mulheres à terra,²⁷⁷ e a desvalorização sistemática do trabalho de cuidado,²⁷⁸ entre outros. A intersecção de raça, gênero e classe sob o regime colonialista amplificou as desigualdades, com as mulheres indígenas e afrodescendentes enfrentando condições únicas de desvantagem econômica.

O legado dos colonizadores permaneceu, em muitos casos, após a independência. Na Namíbia, a minoria branca possuía mais da metade das terras agrícolas no momento da independência em 1990, enquanto a maioria negra, que representava mais de 90% da população, possuía 40%.²⁷⁹ Na Malásia, em 1957, os britânicos e outros europeus possuíam 62% do capital acionário em empresas limitadas e controlavam 73% das plantações e 75% da mineração.²⁸⁰ Na África do Sul e na Namíbia, que têm uma população significativa, mas não majoritária, de descendentes

de europeus, os 10% mais ricos detêm uma parcela desproporcional da renda.

Países como a Argélia e a Tunísia, de onde os colonos saíram após a independência, têm níveis mais baixos de desigualdade de renda do que outros países africanos e latino-americanos com populações significativas de descendentes de europeus.²⁸¹ Os sul-africanos brancos ainda ganham três vezes mais do que os negros, quase 30 anos após o fim do apartheid,²⁸² e 55% dos sul-africanos negros adultos vivem em favelas e assentamentos informais.²⁸³ O Capítulo 3 mostra como o racismo e o colonialismo trabalham em conjunto para impactar negativamente os grupos negros e indígenas.

As muitas maneiras pelas quais os povos colonizados resistiram

Os povos colonizados não foram vítimas passivas – eles demonstraram uma resiliência notável diante da dominação estrangeira.²⁸⁴ Suas respostas à colonialismo variaram desde a resistência armada explícita²⁸⁵ até as formas sutis de revitalização e preservação cultural.²⁸⁶ Muitos se engajaram na resistência econômica, aproveitando os recursos e as redes locais para se opor às piores formas de extração.²⁸⁷ Outros buscaram canais diplomáticos, negociando cuidadosamente com as potências coloniais para proteger seus interesses.²⁸⁸

As autoridades do colonialismo investiram na construção de sistemas educacionais que permitiram que algumas pessoas colonizadas participassem da organização do governo. Muitos desses grupos recém-educados passaram a liderar os movimentos que acabariam por desafiar os próprios fundamentos do governo colonial. Essa resistência deixou um saldo negativo; uma análise sugere que as ex-colônias com um histórico de resistência ao colonialismo têm hoje um PIB per capita pelo menos 50 a 65% menor em comparação com as ex-colônias que foram colonizadas sem resistência significativa.²⁸⁹

Elites colaborativas e um legado de desigualdade

No entanto, nem todos optaram por resistir. Em vez disso, muitos indivíduos e grupos optaram por colaborar com os colonizadores. Alguns enriqueceram ao obter acesso aos mercados coloniais ou ao se tornarem indispensáveis aos comerciantes coloniais.²⁹⁰ O comércio global ofereceu às minorias a chance de ascender socialmente como intermediários ou como atores por direito próprio, fazendo uso da infraestrutura estabelecida pelos governos imperiais; na verdade, o século XIX viu o surgimento de uma classe média distinta tanto na Europa quanto nas colônias.²⁹¹ Ao mesmo tempo, muitos líderes tradicionais, proprietários de terras e governantes locais viram suas posições de poder mantidas pelos colonizadores, o que, por sua vez, enfraqueceu os incentivos para que prestassem contas aos cidadãos.²⁹² Muitas vezes, a independência terminou com o poder sendo entregue a uma pequena classe de elites locais que se beneficiaram do sistema vigente. Na Índia, por exemplo, em 1875, os que ganhavam mais eram principalmente oficiais europeus do exército e da administração, mas em 1940 eram principalmente comerciantes, banqueiros e industriais.²⁹³

A riqueza e o poder político continuaram a se concentrar entre as pessoas mais ricas em muitos países do Sul Global após a independência, com a pobreza extrema e a imensa riqueza separadas por cercas elétricas, campos de golfe e outras barreiras. A desigualdade que esses países vivenciam hoje é, em grande parte, de origem colonial.

Este capítulo demonstrou como a extração imperial levou ao acúmulo de uma riqueza impressionante nas mãos dos mais ricos. O Capítulo 3 mostrará o imenso custo disso para as ex-colônias e seus povos.



Capítulo 3: Frutos da árvore venenosa – o impacto contínuo do colonialismo. A herança do colonialismo pode ser vista no racismo e na divisão que permanecem explorando nosso mundo extremamente desigual e frágil.

O período colonial deixou um forte e tóxico legado de injustiça e desigualdade sobre o qual nosso mundo moderno foi construído. Neste capítulo, analisamos essa herança no contexto do mundo extremamente desigual em que ainda vivemos. Também explora o racismo e outras ideologias discriminatórias que foram desenvolvidas e estimuladas durante o colonialismo e que continuam a fragmentar nosso fragilizado mundo.

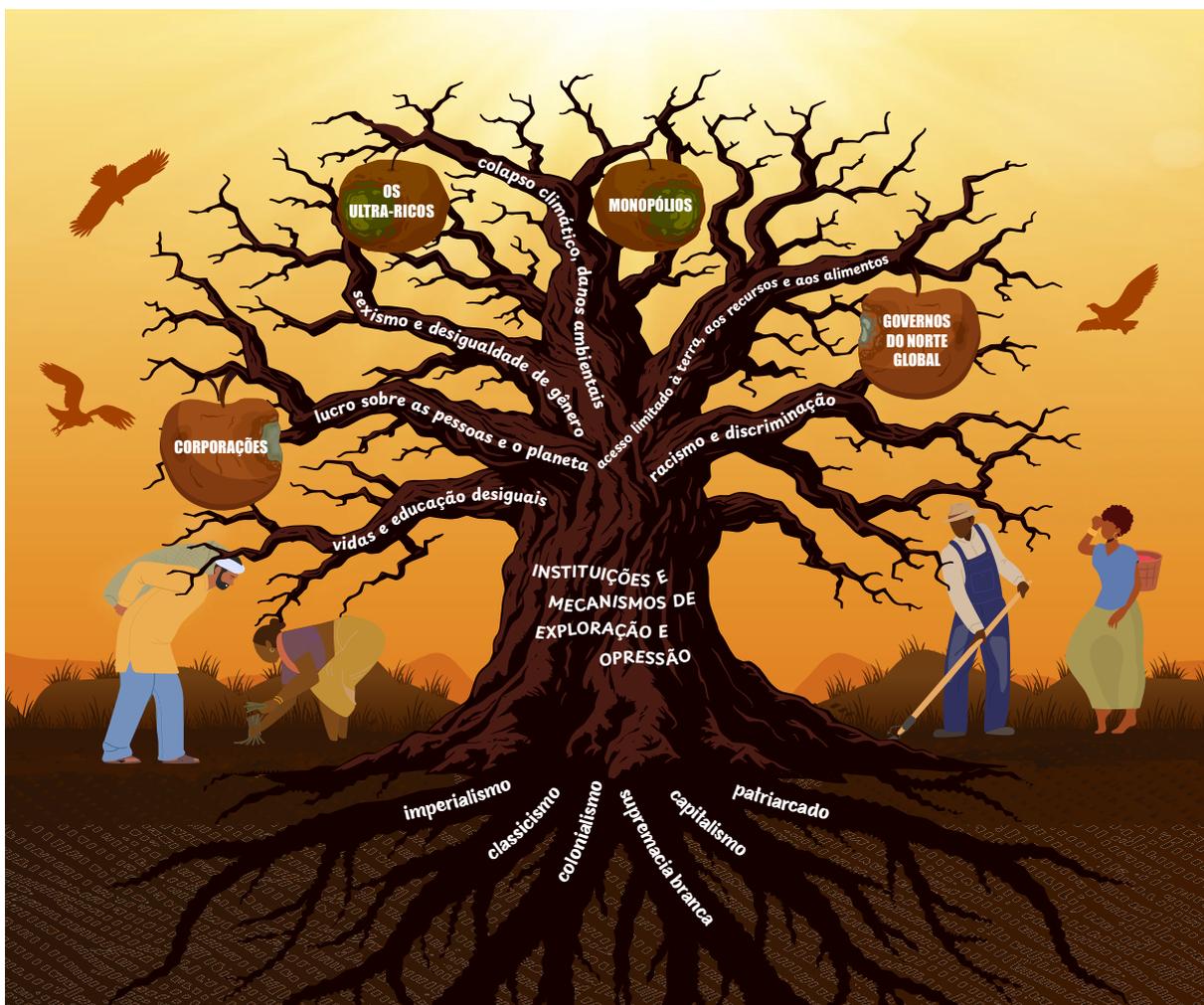
A queda dos impérios coloniais não eliminou as estruturas impostas pelo colonialismo; em vez disso, o fruto dessa árvore venenosa continua a espalhar sua influência tóxica, enriquecendo sistematicamente o Norte Global às custas do Sul Global e aprofundando as desigualdades dentro e

entre regiões e países. As hierarquias de classe e privilégio foram reforçadas por ideologias, incluindo a supremacia branca e o patriarcado, que perpetuam esse ciclo de exploração. Isso privilegia as elites e os detentores do poder, deixando que as comunidades marginalizadas, principalmente as mulheres, os grupos negros e indígenas, os indivíduos com diversidade de gênero e outras minorias, sofram o impacto da repressão social, da extração de recursos e da degradação ambiental.

As sombras coloniais: racismo, sexismo e um mundo dividido

O colonialismo não somente incorporou um sistema de exploração econômica; também reconfigurou

FIGURA 6: FRUTOS DA ÁRVORE VENENOSA - O IMPACTO CONTÍNUO DO COLONIALISMO



fundamentalmente as estruturas sociais, estabelecendo divisões como raça, gênero e classe para reforçar os sistemas de exploração e opressão. O ponto central do colonialismo foi a construção e a aplicação violenta de uma hierarquia global enraizada na supremacia branca e no patriarcado. Ao impor categorias de raça e de gênero rígidas e estreitamente definidas, as potências coloniais criaram um sistema nocivo que colocava os negros, os indígenas e outros grupos negros e indígenas, - especialmente as mulheres e as pessoas com diversidade de gênero - na base da pirâmide.²⁹⁴ Seus corpos, trabalho e terras foram transformados em instrumentos de lucro para uma elite branca e europeia, justificando essa divisão por meio de hierarquias raciais pseudocientíficas²⁹⁵ e ideologias misóginas que eliminaram a agência, a identidade e a autonomia das pessoas colonizadas.

A maioria das nações colonizadoras incluiu explicitamente uma missão “civilizatória” para legitimar a inter-relação desigual entre as sociedades coloniais e o Estado colonial.²⁹⁶ A educação era frequentemente usada como uma ferramenta de controle para transmitir valores e sistemas de pensamento europeus. Um exemplo extremo foi a separação forçada de gerações de crianças indígenas de seus pais na Austrália e no Canadá.²⁹⁷ A ideologia do colonizador era frequentemente imposta à força aos povos colonizados. Eles foram submetidos à violência, à exploração e à opressão sistêmica. Com o passar do tempo, muitos povos colonizados internalizaram o idioma, a cultura e a visão de mundo do colonizador, principalmente diante dos esforços para apagar as identidades da população nativa. Atualmente, um terço da população mundial fala em seu idioma materno a língua original, apesar das evidências que evidenciam a importância do uso da língua materna na educação infantil e básica.^{298, 299} Menos de 20% das crianças na África francófona são ensinadas em seu idioma materno ao final do ensino fundamental.³⁰⁰ Segundo as estimativas, quase metade dos cerca de 7.000 idiomas falados e sinalizados do mundo está atualmente em perigo de extinção.³⁰¹ Os idiomas entram em risco de extinção quando seus falantes deixam de usá-los ou não os transmitem para a próxima geração; promover seu uso na infância é particularmente importante para garantir a sobrevivência das culturas e identidades tradicionais.³⁰² No entanto, na Índia, por exemplo, apenas 0,14% das línguas maternas indianas

são usadas como meio de instrução e 0,35% são ensinadas em suas escolas.³⁰³

As pessoas colonizadas e a população de colonizadores brancos nas colônias eram governadas por leis distintas e desiguais que discriminavam com base na raça.³⁰⁴ O racismo foi então usado para legitimar e justificar níveis de exploração dos trabalhadores que eram ainda mais extremos do que a exploração dos trabalhadores nos países europeus. Esse sistema de exploração baseada na raça, por sua vez, estabeleceu um caminho para que maiores lucros fluíssem do Sul Global para os proprietários de riquezas no Norte Global, enriquecendo uns poucos privilegiados e, ao mesmo tempo, criando uma profunda desigualdade.

O racismo continua também a sustentar o sistema econômico global, continuando a justificar implicitamente o nível adicional de exploração de mão de obra e recursos de grupos marcados pela raça com o objetivo de gerar uma enorme riqueza para essa elite predominantemente branca.³⁰⁵ Embora as formas explícitas de exploração racista, como a escravidão, tenham sido abolidas, o legado do racismo estrutural persiste em todo o mundo. Isso se manifesta em várias formas de discriminação contra grupos negros e indígenas, e pode ser visto nos indicadores de educação, emprego (incluindo novas formas de escravidão), serviços sociais, finanças e saúde.³⁰⁶ Por exemplo, a mortalidade materna de mulheres negras é atualmente quase quatro vezes maior do que a de mulheres brancas no Reino Unido.³⁰⁷

Esse legado de racismo e de uma hierarquia implícita de raça ainda é difundido atualmente.³⁰⁸ Os protestos Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) em todo o mundo em 2020 destacaram a necessidade de ação para abordar a injustiça racial no policiamento.

Os setores de desenvolvimento e ajuda não estão imunes ao legado predominante de racismo,³⁰⁹ às conexões históricas com o colonialismo³¹⁰ e ao complexo do “salvador branco”.³¹¹ No Reino Unido, em uma pesquisa recente sobre as experiências de pessoas de cor no desenvolvimento, 89% dos entrevistados sentiram que sua organização não estava comprometida com a diversidade e a inclusão.³¹² Ao mesmo tempo, as intervenções de doadores “filantrocapitalistas” super-ricos³¹³ foram criticadas por reproduzirem a arquitetura social colonial e reforçarem as desigualdades existentes,

em vez de buscarem mudanças verdadeiramente transformadoras.³¹⁴ Apesar das evidências de racismo, mais de um em cada cinco países em todo o mundo não proíbe explicitamente a discriminação racial no emprego; embora 107 dos 193 países proibam a discriminação racial e/ou étnica, eles não exigem explicitamente que os empregadores tomem medidas preventivas contra a discriminação.³¹⁵

Várias outras divisões foram desenvolvidas e utilizadas, concretizadas e agravadas durante o período colonial da história, incluindo casta, religião, gênero, sexualidade, idioma e geografia. Na Índia, durante o período colonial britânico, o sistema de castas foi formalizado por meio de medidas legais e administrativas, o que reforçou suas rígidas delimitações.³¹⁶ Na África, o colonialismo viu a formalização e a conglomeração de algumas etnias em entidades administrativas.³¹⁷ O colonialismo também impôs ou privilegiou o cristianismo; reprimiu ou marginalizou as religiões tradicionais;³¹⁸ e institucionalizou as divisões entre as comunidades religiosas,³¹⁹ agravando as divisões religiosas existentes. Grupos com identidades diferentes foram colocados uns contra os outros, enfraquecendo a oposição e gerando mais lucros. Essas estratégias de separação criaram divisões que permanecem terrivelmente definidas até hoje. A adoção de políticas coloniais discriminatórias de divisão comunitária que beneficiaram algumas comunidades em detrimento de outras foi associada a um risco maior de início de guerra civil étnica, especialmente logo após a independência.³²⁰

Uma divisão fundamental elaborada pelo colonialismo foi a desigualdade de gênero. As rígidas divisões de gênero do Norte Global foram levadas para o Sul Global, muitas vezes destruindo e alterando as culturas e estruturas sociais dos povos que foram colonizados.³²¹ Assim como no Norte Global, as divisões de gênero foram usadas para justificar uma maior exploração. As funções econômicas e o valor das mulheres não foram reconhecidos e foram destruídos pelas autoridades coloniais. Por exemplo, com a chegada das culturas comerciais, as mulheres perderam o poder e a autonomia econômica e foram excluídas do mercado global; isso beneficiou os homens e o comércio internacional, sendo as contribuições das mulheres consideradas como trabalho não remunerado.^{322, 323} Em Camarões, o governo colonial britânico empoderou as mulheres economicamente em relação ao acesso a empregos

e salários em dinheiro, mas também as deixou altamente vulneráveis à violência doméstica.³²⁴ Ao mesmo tempo, as leis convencionais estabelecidas durante o período colonial eram frequentemente transcritas pelos colonizadores com base no testemunho masculino e reforçavam as noções europeias de papéis de gênero.³²⁵ Em alguns casos, a liderança política já existente de mulheres também foi desconsiderada pelas autoridades coloniais, que recorreram exclusivamente aos homens quando estabeleceram cargos políticos locais.³²⁶

Da mesma forma, o colonialismo impôs divisões rígidas de gênero e oposição a qualquer forma de homossexualidade nas sociedades colonizadas, de acordo com a prática dos países coloniais. Algumas comunidades indígenas, por exemplo, reconheciam papéis de gênero que iam além dos binários homem-mulher ou homossexual-heterossexual e permitiam que indivíduos de gêneros diferentes ocupassem papéis sociais e cerimoniais respeitados, o que foi deixado de lado pelo colonialismo.³²⁷ No século XXI, os países que foram colonizados pela Grã-Bretanha têm maior probabilidade de ter leis regressivas que criminalizam a conduta homossexual.³²⁸

Gênero e raça se cruzam com classe para agravar a desigualdade nas antigas colônias. As mulheres pertencentes a grupos raciais que vivem na pobreza, especialmente as do Sul Global, continuam a financiar a economia global. Essas mulheres carregam desproporcionalmente a responsabilidade do trabalho de cuidado não remunerado - trabalho que é essencial para sustentar a vida e a economia, mas que é sistematicamente ignorado em termos "produtivos" no capitalismo global. Todos os dias, as mulheres contribuem com cerca de 12,5 bilhões de horas de trabalho de cuidado não remunerado, acrescentando pelo menos US\$ 10,8 trilhões em valor à economia global - uma quantia três vezes maior que o valor do setor global de tecnologia na economia global.³²⁹

Uma herança tóxica de desigualdade no século XXI

O colonialismo, tanto histórico quanto contemporâneo, deixou sua marca na vida das pessoas até hoje. A expectativa de vida de uma pessoa, a educação que ela pode receber, a qualidade do trabalho que ela pode realizar e os recursos aos quais ela tem acesso, tudo isso tem uma herança colonial. A crise climática de hoje tem uma marca registrada do colonialismo.

Vidas desiguais

Apesar do progresso global no desenvolvimento desde o fim do colonialismo, as desigualdades extremas permanecem tanto entre o Norte Global e o Sul Global quanto dentro da maioria dos países do Sul Global. Atualmente, todos os países que o Banco Mundial define como tendo alta desigualdade, com exceção de um, estão no Sul Global.³³⁰

Essa desigualdade econômica se reflete em muitas outras métricas de progresso e bem-estar. A expectativa de vida reflete essa divisão: na África, a expectativa de vida média é de cerca de 61,7 anos, em comparação com 77 anos na Europa.³³¹ Da mesma forma, em 2020, a taxa de mortalidade materna no Sudão do Sul, de 1.223 mortes maternas por 100.000 nascimentos, foi 306 vezes maior do que na Austrália, de 4 mortes maternas por 100.000 nascimentos.³³²

A violência e a exploração históricas decorrentes do colonialismo, o tipo de governo colonial e a intervenção europeia na política do Estado estabeleceram as bases para a fragilidade e a violência contínuas,³³³ o que prejudica o desenvolvimento equilibrado e intensifica a desigualdade.³³⁴ A expectativa de vida dos jovens pode ser até 14 anos mais curta em países violentos em comparação com países pacíficos.³³⁵ Consequentemente, na África Ocidental, Meridional, Central e Oriental, o resultado dos confrontos afeta negativamente a prestação de assistência médica³³⁶ e condições de saúde.³³⁷

O colonialismo introduziu profundas desigualdades na saúde e na medicina, incluindo experimentos em pessoas escravizadas e colonizadas, especialmente mulheres; o desenvolvimento de fundamentos médicos pseudocientíficos para atribuir superioridade ou inferioridade racial;³³⁸ a rejeição³³⁹ ou exploração e apropriação de remédios tradicionais; e o predomínio de abordagens ocidentais na prática médica que permanecem até hoje, incluindo o uso de corpos de homens brancos como padrão em anatomia e desenho de estudos clínicos.³⁴⁰

As autoridades coloniais priorizavam os avanços médicos que afetavam suas próprias populações, oferecendo apoio às comunidades locais somente quando isso atendia a seus interesses coloniais.³⁴¹ A aceitação implícita de padrões mais baixos de assistência médica para populações com menos poder político continua até hoje,³⁴² incluindo a exclusão do sistema de saúde e piores condições de tratamento para povos originários e negros e indígenas.

Educação desigual

Durante o período do colonialismo, os sistemas educacionais coloniais foram projetados principalmente para treinar uma pequena elite local para servir em funções administrativas, deixando a maioria da população nativa com acesso limitado à educação.³⁴³ Os sistemas educacionais foram projetados para transmitir ideologias fundamentais que, muitas vezes, fizeram com que a população colonizada aceitasse seu status e enfraquecesse o conhecimento de seus povos, ao mesmo tempo em que desempenharam um papel fundamental na educação dos líderes da independência anticolonial.

A herança colonial dos investimentos em educação deixou sua marca na política e no desenvolvimento atuais. Assim e de acordo com um estudo realizado em 16 ex-colônias africanas britânicas e francesas, os distritos que receberam maiores investimentos coloniais em educação básica após a independência tinham maior probabilidade de produzir ministros de gabinete (que favoreciam mais suas regiões de origem ao distribuir recursos); essas áreas se tornaram berços das elites políticas pós-coloniais e atuais.³⁴⁴

Atualmente, essas desigualdades educacionais persistem. Enquanto as crianças dos países membros da OCDE³⁴⁵ esperaram receber, em média, 16,5 anos de educação, esse número cai para apenas 10,1 anos nos países menos desenvolvidos.³⁴⁶ As instituições do Norte Global também desempenham um papel fundamental na definição dos padrões educacionais e na reformulação das políticas educacionais no Sul Global. Assim, a OCDE tem tido um papel fundamental na determinação do que é importante na educação,³⁴⁷ especialmente através do influente teste PISA.³⁴⁸ Que tem sido questionado por promover uma estrutura de avaliação da educação padronizada e centrada no Ocidente, que desconsidera as metas educacionais, os idiomas e o conhecimento cultural exclusivos dos países não ocidentais e que molda os sistemas educacionais locais de maneiras que podem não ser do interesse nacional.³⁴⁹

Violações contínuas dos direitos dos trabalhadores

As injustiças históricas decorrentes da escravidão e do trabalho escravo se transformaram em novas formas de exploração e práticas trabalhistas abusivas nos dias de hoje, que continuam a prejudicar os trabalhadores no Sul Global. Em 94 países, uma pessoa não pode ser processada por escravizar outro ser humano.³⁵⁰

A OIT estimou que 50 milhões de pessoas estavam vivendo em situação de escravidão moderna em 2021; os trabalhadores migrantes são particularmente vulneráveis ao trabalho forçado.³⁵¹ A coerção e a mercantilização do trabalho introduzidas durante o domínio colonial perduram por meio de uma herança legal e institucional; a migração de mão de obra pouco qualificada do sul da Ásia para os países do Conselho de Cooperação do Golfo está enraizada na história da emigração de trabalhadores contratados sob o domínio britânico.³⁵² O abuso de trabalhadores migrantes foi relatado no Oriente Médio sob o sistema *Kafala*,³⁵³ no setor agrícola na Itália³⁵⁴ e na Europa de forma mais ampla.³⁵⁵

As histórias coloniais de escravidão estabelecem as bases para a exploração da mão de obra atual, em que os trabalhadores das ex-colônias tendem a receber salários mais baixos do que os trabalhadores do Norte Global. Os salários no Sul Global são entre 87% e 95% mais baixos do que os salários no Norte Global para trabalhos de igual qualificação.³⁵⁶ Empresas de nações mais ricas transferem a produção para esses países, criando cadeias de suprimentos globais que exploram a mão de obra nessas regiões. Os trabalhadores dessas cadeias de suprimentos frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, falta de direitos de negociação coletiva e proteção social mínima. As cadeias globais de suprimentos exploram os trabalhadores, inclusive a mão de obra barata das mulheres. Globalmente, a maior parte do emprego das mulheres é caracterizada pela informalidade, especialmente no Sul Global; como exemplo, 89,7% das mulheres que trabalham na África estão em empregos informais diretamente afetados por políticas neoliberais de desregulamentação do trabalho que diminuem os padrões internacionais de trabalho.³⁵⁷

Os imigrantes constituem 16% e 12% da população na América do Norte e na Europa, respectivamente;³⁵⁸ eles representam uma contribuição fundamental para a força de trabalho no Norte Global. Os fundadores imigrantes fundaram 65% das principais empresas de IA da atualidade.³⁵⁹ As heranças econômicas, políticas e culturais do colonialismo moldaram profundamente os fluxos e padrões de imigração, assim como as experiências dos imigrantes de hoje. As ex-colônias enfrentam desafios estruturais que muitas vezes forçam as pessoas a se dirigirem às antigas potências

coloniais mais ricas, levando a padrões de imigração que refletem as relações históricas. Isso reduz o talento e as habilidades nos países do Sul Global, enquanto os países de destino se beneficiam do recebimento de mão de obra, muitas vezes a um custo comparativamente menor. Por exemplo, 19% dos novos enfermeiros estrangeiros no Reino Unido entre 2021 e 2023 vieram de países que enfrentam “graves déficits de mão de obra de saúde”; durante seis meses em 2022, mais de 20% dos novos enfermeiros internacionais (mais de 2.200) vieram de dois países da “lista vermelha”: Nigéria e Gana.³⁶⁰ Para aqueles que migram, as condições de trabalho nos países que os recebem podem ser extremamente exploradoras, principalmente em setores com salários mais baixos, agravando a desigualdade ao criar mercados de trabalho segmentados com base na nacionalidade e no status de imigração.³⁶¹

Essa experiência difere em termos de gênero e raça. A OIT constatou que, nos países da Europa Ocidental, pelo menos um terço de todas as vagas anunciadas foram efetivamente bloqueadas para candidatos de grupos étnicos minoritários como resultado de práticas discriminatórias de contratação.³⁶² As mulheres representam 48,1% dos imigrantes internacionais; quase 80% das mulheres imigrantes estão no setor de serviços.³⁶³ Os trabalhadores imigrantes - especialmente as mulheres imigrantes - representam um componente essencial das redes de atendimento e da força de trabalho em todo o mundo.³⁶⁴ Assim, na Europa e na América do Norte, respectivamente, os imigrantes constituem 55% e 71% dos trabalhadores domésticos,³⁶⁵ sendo que as mulheres constituem 76% dos trabalhadores domésticos em todo o mundo.³⁶⁶

O acesso desigual à terra e a outros recursos naturais

O colonialismo foi impulsionado pela busca de novos recursos naturais - especiarias, ouro e terras. Os colonizadores viam os “novos territórios” como uma fonte de recursos ilimitados a serem explorados, com pouca consideração pelo impacto de longo prazo sobre as pessoas ou o planeta. Essa visão ainda prevalece nos dias de hoje.

QUADRO 8: O ESTADO BRITÂNICO COMO UM FORNECEDOR DE DROGAS COLONIAIS

Enquanto o mundo lida com o legado da ganância corporativa que contribuiu para a crise dos opioides, é fundamental lembrar que tanto a Companhia Holandesa quanto a Companhia Britânica das Índias Orientais usaram o comércio de ópio para consolidar seu domínio colonial.³⁶⁷ Assim, a produção de ópio em escala industrial foi promovida no leste da Índia, onde a Companhia Britânica das Índias Orientais detinha o monopólio desde 1757 (transferido para a coroa em 1873),³⁶⁸ e a produção foi exportada para a China, o que acabou desencadeando as Guerras do Ópio e o chamado “século de humilhação” da China.³⁶⁹ Em meados do século XIX, o ópio correspondia a mais da metade do total de importações da China e representava o terceiro maior fluxo de receita do Raj britânico, depois do sal e dos impostos sobre a terra.³⁷⁰ As áreas de cultivo de papoula na Índia estavam associadas a um menor gasto público per capita com saúde e administração pelos britânicos, menos escolas e uma maior concentração de policiais; até hoje, essas áreas continuam a ter taxas de alfabetização e fornecimento de bens públicos significativamente piores do que as áreas vizinhas.³⁷¹

Regimes territoriais

Os regimes coloniais causaram deslocamento físico, alteraram a delimitação de territórios e fronteiras sociais e reinterpretaram as regras que regem o acesso, a transferência e o uso da terra.³⁷² Grande parte da atual concentração de propriedades de terra no Sul Global teve origem em estruturas coloniais que facilitaram o uso da terra para a produção de commodities em larga escala. Atualmente, o grupo de 1% das maiores fazendas opera mais de 70% das terras agrícolas do mundo.³⁷³ Os 10% mais ricos da África possuem metade do território, e os 50% mais pobres, apenas 8%.³⁷⁴ No Quênia, as famílias mais ricas, como a família Kenyatta, possuem grandes porções de terra arável, enquanto na Namíbia, 70% das terras agrícolas ainda pertencem à minoria branca.³⁷⁵

As políticas coloniais de propriedade de terras ignoraram os sistemas tradicionais e de costume de administração de terras que existiam nas colônias há séculos, causando um impacto profundo nas comunidades locais e nos povos originários. Isso excluiu a maioria das mulheres, que constituem uma grande parte dos 2,5 bilhões de pessoas que dependem de terras administradas por meio de sistemas de posse e bens comuns baseados na comunidade.³⁷⁶

A exploração e as práticas coloniais modernas também estão enraizadas nas cadeias globais de produção agroalimentar, onde a concentração de poder entre algumas grandes corporações e varejistas gera desigualdade sistêmica. Por exemplo, grandes cadeias de supermercados e grupos de empresas impõem preços e condições de compra rígidas aos pequenos agricultores, reduzindo a participação dos agricultores no preço de venda ao consumidor a uma mera fração do valor do produto no mercado. Isso perpetua a dependência econômica e baixos lucros, reforçando a herança da dinâmica do comércio colonial que explora os bens e recursos de nações produtoras sem incentivar o crescimento da economia local ou meios de subsistências sustentáveis.³⁷⁷

A aquisição de terras tem sido associada à extração de minerais e outros recursos naturais. Os projetos de mineração respondem por 14% dos negócios de terras em larga escala registrados nos últimos 10 anos, ocupando cerca de 7,7 milhões de hectares de terras agrícolas.³⁷⁸ A extração mineral geralmente não beneficia os povos originários cujas terras são exploradas pelas empresas. Por exemplo, na Austrália, o terceiro maior exportador de combustíveis fósseis, as empresas de mineração têm um histórico notório de não receber consentimento livre, prévio e informado das Primeiras Nações, desrespeitando locais sagrados,³⁷⁹ e proporcionando pouco ou nenhum benefício para as comunidades das Primeiras Nações em termos de emprego ou riqueza.^{380, 381} Mesmo quando os direitos à terra foram restaurados nos últimos anos, os desafios contínuos da recuperação da terra afetam o desenvolvimento sustentável da comunidade.³⁸²

A expropriação de terras afetou particularmente os povos originários, que viram seus direitos territoriais e economias tradicionais serem arrancados com a implantação do colonialismo, especialmente nos estados colonizadores. As comunidades nativas e locais³⁸³ têm direitos de posse e propriedade de terras tradicionais de aproximadamente 50% da massa global de terras, mas exercem a propriedade legal de apenas 10%.³⁸⁴

QUADRO 9: O TERRITÓRIO PALESTINO OCUPADO E O COLONIALISMO DOS ASSENTAMENTOS

As políticas e práticas contínuas de Israel de deslocamento forçado de comunidades palestinas, construção de assentamentos, exploração de recursos e desapropriação de terras no território palestino ocupado (Gaza e Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental) desde 1967 constituem um caso ativo de colonialismo.

Isso continua até hoje por meio de uma série de políticas e práticas, especialmente aquelas implementadas após a ocupação da Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental) e da Faixa de Gaza em 1967. Por exemplo, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2023, mais de 13.500 palestinos, incluindo mais de 7.000 crianças, foram forçados a se deslocar na Cisjordânia.³⁸⁵

A Corte Internacional de Justiça, em seu Parecer Consultivo de julho de 2024,³⁸⁶ explicou como a política de assentamentos de Israel deu origem a uma ampla violência por parte dos invasores, bem como à violência excessiva do exército contra os palestinos, que as autoridades israelenses não conseguiram impedir ou punir. A Corte descreveu as políticas e práticas de Israel, incluindo despejos forçados, demolições extensivas de casas e restrições de residência e movimento. O Tribunal concluiu que a ocupação israelense do território palestino (Gaza, Jerusalém Oriental e Cisjordânia) é ilegal e deve terminar o mais rápido possível; que os colonizadores ilegais devem sair; que Israel deve pagar reparações aos palestinos pelos danos causados desde 1967 e que nenhum terceiro Estado deve ajudar ou auxiliar a presença ilegal de Israel no território ocupado. A Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução³⁸⁷ afirmando que a legislação e as medidas de Israel violam o Artigo 3 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD), que condena a segregação racial e o apartheid, e colocando um fim aos assentamentos na Cisjordânia e interrompendo o comércio de armas com o governo de Israel.

A Assembleia Geral também decidiu que Israel, como potência ocupante, tem a obrigação de não impedir que o povo palestino exerça seus direitos de autodeterminação, incluindo o direito a um Estado independente e soberano, em todo o território palestino ocupado. A Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução que conclama os Estados e as organizações internacionais a implementarem o parecer legalmente definitivo da Corte Internacional de Justiça e exige que Israel ponha fim, sem demora, à sua presença ilegal no território palestino ocupado e que o faça dentro de 12 meses.

Um legado de danos ambientais e mudanças climáticas

A busca por commodities primárias sob o colonialismo, desde a era dos impérios, teve um impacto profundo sobre o meio ambiente, especialmente no Sul Global, deixando como rastro o desmatamento, a exploração e a extinção de animais.³⁸⁸ Entre 1895 e 1925, a expansão agrícola e a extração de madeira pelos estados coloniais fizeram com que Madagascar perdesse 70% de suas florestas primárias.³⁸⁹ Esse descaso colonial com o meio ambiente no Sul Global continuou na era moderna. Alguns pesquisadores temem que estejamos no meio da sexta grande

extinção; a taxa média de perda de espécies de vertebrados no último século é até 100 vezes maior do que a taxa histórica.³⁹⁰

O Norte Global mantém um enorme controle sobre os recursos do Sul Global, novamente uma herança colonial. Só na bolsa de valores do Reino Unido, 101 empresas listadas controlam recursos no valor de US\$ 1,05 trilhão na África.³⁹¹ A demanda global por minerais essenciais, especialmente lítio, para atender aos objetivos de energia limpa e descarbonização também está desencadeando outra "Scramble for Africa",³⁹² com países e corporações estrangeiras buscando controlar esses recursos essenciais.³⁹³

Os países do Sul Global também têm sido vítimas de “biopirataria”, a coleta não autorizada e não compensada de recursos genéticos para fins comerciais. Um exemplo clássico é o da patente de 1994 da multinacional americana WR Grace para um extrato de semente de nim usado em seu spray antifúngico, o Neemex; embora a empresa tenha alegado que sua patente era produto de uma invenção exclusiva, os extratos de nim são usados por agricultores rurais na Índia há mais de 2.000 anos em repelentes de insetos, sabonetes e contraceptivos.³⁹⁴ O conselho técnico de apelações do Escritório Europeu de Patentes revogou a patente após 10 anos de procedimentos legais.³⁹⁵

A enorme exploração de combustíveis fósseis, que começou na era colonial, também continua até hoje. Isso, por sua vez, levou o mundo à beira da crise climática. O colonialismo também mudou a forma como as pessoas se relacionam com a terra, tornando mais propensos aos riscos naturais; assim, o colonialismo deixou o Caribe mais vulnerável aos furacões.³⁹⁶ O Norte Global tem a maior responsabilidade histórica pela crise climática, e o Sul Global sofre com o maior impacto; sendo que são as pessoas mais ricas, principalmente nas nações mais ricas, que são as mais responsáveis.³⁹⁷

Algumas das soluções que estão sendo oferecidas também representam novas formas de colonialismo. Assim, o uso de créditos e compensações de carbono por países e corporações do Norte Global³⁹⁸ tem sido criticado por desviar o uso da terra da produção local

de alimentos ou das necessidades de conservação, afetando comunidades locais e interrompendo o uso tradicional da terra.³⁹⁹ A Oxfam também criticou essa abordagem por considerá-la não confiável, não comprovada e irrealista - usar apenas a terra para remover as emissões de carbono do mundo para atingir o “zero líquido” até 2050 exigiria pelo menos 1,6 bilhão de hectares de novas florestas, o equivalente a cinco vezes o tamanho da Índia ou mais do que todas as terras agrícolas do planeta.⁴⁰⁰ Ao mesmo tempo, mais da metade do financiamento climático para ambientes frágeis e afetados por conflitos está na forma de empréstimos e em outras formas de dívida; 78% desses ambientes foram classificados com um risco médio a alto de problemas com a dívida.⁴⁰¹

O colonialismo e o imperialismo não apenas drenaram todos os recursos naturais do Sul Global e deixaram a destruição ambiental em seu rastro, mas também consolidaram a pobreza, deixando muitas pessoas vulneráveis e incapazes de reagir a mudanças e desastres climáticos.

Este capítulo demonstrou o impacto do colonialismo na vida das pessoas. O Capítulo 4 descreve os mecanismos pelos quais isso acontece.



Capítulo 4: Os pilares da exploração colonial.

O colonialismo pode ter terminado formalmente, mas as estruturas, sistemas e instituições que foram estabelecidos naquela época garantem que a herança de extrema desigualdade continue até hoje.

Atualmente, o Norte Global - e especialmente suas pessoas mais ricas - continuam a obter enormes riquezas do trabalho, da terra e dos recursos do Sul Global, perpetuando um ciclo de desigualdade e exploração que reflete a dinâmica da exploração da era colonial.

O colonialismo histórico pode ter terminado formalmente na maior parte do mundo, mas seus sistemas e instituições extrativistas continuam a moldar nosso mundo, e é por isso que uma compreensão profunda do colonialismo é essencial para entender a extrema desigualdade que persiste e causa danos até hoje.

Este capítulo descreve como essa desigualdade permanente é alimentada por um legado de instituições estatais nacionais e globais, poder desigual na governança global, o projeto do sistema financeiro e estruturas corporativas extrativistas. Essas estruturas são apoiadas pelo poder militar e pela ideologia.

As instituições nacionais com uma forte marca colonial

Muitas das instituições que moldam o Sul Global hoje, desde as formas e os nomes das nações até suas leis e estruturas econômicas, são produto da era colonial.

As fronteiras artificiais da colônia

As identidades e as configurações de um grande número de estados-nação no Sul Global foram uma criação do colonialismo. Estima-se que 91,4% das fronteiras do mundo foram traçadas durante o período do colonialismo e apenas 1% é anterior a 1500.⁴⁰² As fronteiras foram definidas pelas autoridades coloniais, com pouca ou nenhuma participação daqueles que habitaram os territórios durante séculos. Assim, na África, muitas das fronteiras que existem hoje foram estabelecidas por governantes coloniais durante a Conferência Colonial de Berlim de 1884 a 1885.⁴⁰³

No Oriente Médio e no Sul da Ásia, grande parte dos conflitos atuais têm como origem as formas opressoras com que as autoridades coloniais dividiram o Império Otomano e a Índia, respectivamente.⁴⁰⁴ Uma das consequências dessa herança do colonialismo, inclusive a adoção histórica de políticas de dividir para reinar⁴⁰⁵ e a intervenção constante na política nacional,⁴⁰⁶ contribuiu para a fragilidade e o fracasso do

Estado. Muitas fronteiras coloniais atravessam grupos étnicos, linguísticos e culturais, criando divisões artificiais e aumentando a possibilidade de conflitos.⁴⁰⁷ A herança do colonialismo está presente em muitos conflitos atuais⁴⁰⁸ que têm como resultado crises de refugiados.

As fronteiras impostas nas colônias criaram novas autoridades políticas de forma centralizada, muitas vezes sem autoridade política legítima e sem funcionários adequados para administrar seu território.⁴⁰⁹ As fronteiras das colônias não levavam em consideração as realidades econômicas, separavam áreas de produção que eram complementares e criavam países sem acesso ao litoral limitando a disponibilidade de recursos.⁴¹⁰ Dessa forma, criaram condições econômicas desiguais para as nações que se tornaram independentes.

Os sistemas e instituições dos governos nacionais herdados no Sul Global

De acordo com estimativas, de 30 a 60 milhões de pessoas morreram de fome durante a última parte do século XIX como resultado da resistência dos governos coloniais em contribuir ou porque decidiram não priorizar a distribuição de alimentos para os necessitados, seja por ideologia econômica do *laissez-faire* ou por pensamento econômico malthusiano.⁴¹¹ Na Índia, alguns estudos mostram que 59 milhões de mortes em excesso ocorreram sob o domínio britânico entre 1891 e 1920.⁴¹² As restrições à importação de grãos durante a Segunda Guerra Mundial, fundamentadas no pensamento racista, foram responsáveis por contribuir significativamente com a fome de Bengala de 1943, que provocou cerca de três milhões de mortes no que hoje é a Índia e Bangladesh.^{413, 414} O resultado disso permanece nos genes dos sul-asiáticos. Há indícios de que as taxas mais altas de obesidade e diabetes tipo 2 entre essa população são resultado de adaptações metabólicas a ciclos recorrentes de fome durante o período colonial.⁴¹⁵

Os países que se tornaram independentes herdaram esses sistemas de governo anteriores à independência, muitas vezes trocando os governantes coloniais por elites nacionais.⁴¹⁶ Muitos deles tinham interesse em manter o sistema econômico e político existente que trouxeram mais riqueza. Assim, após a independência da Indonésia, o regime totalitário

foi sustentado com base na herança das políticas extrativistas holandesas, incluindo a manipulação política e a corrupção.⁴¹⁷ Durante o século XX, muitos países do Sul Global tiveram Estados menos intervencionistas que, em contraste com muitos países do Norte Global, não conseguiram adotar medidas como política industrial, legislação social e democratização da educação.⁴¹⁸ Alguns historiadores atribuem isso ao fato de que os Estados mais recentemente criados, com fronteiras que foram inventadas pelos governantes coloniais, geralmente eram fracos e não tinham mandato para fazer a distribuição fiscal.⁴¹⁹ Na verdade, se acredita que muitos dos Estados recém-independentes eram “Estados guardiões” que serviam como intermediários entre as populações nacionais e o sistema da economia e da política global, onde os líderes sobreviviam (e enriqueciam) por meio do controle da conexão - ou “portão” - entre seu país e o resto do mundo.⁴²⁰

Muitas outras instituições nacionais têm uma longa história colonial; por exemplo, os sistemas de justiça criminal em muitos países têm uma evidente marca da Europa Ocidental,⁴²¹ e muitos países adotaram e adaptaram os códigos de leis coloniais⁴²² que se desenvolveram em um sistema desigual de economia, política e direito internacional.⁴²³ Em muitas das antigas colônias da Commonwealth, os códigos criminais introduzidos pelos britânicos eram semelhantes ou até mesmo idênticos; esses códigos permanecem praticamente intactos em muitas das antigas colônias e são usados para infringir os direitos humanos e restringir as liberdades constitucionais.⁴²⁴ A experiência de oprimir rebeliões coloniais moldou os sistemas de policiamento no Reino Unido continental,⁴²⁵ França⁴²⁶ e nos EUA,⁴²⁷ normalizando o uso de força excessiva e o racismo institucionalizado.



Em 2019, uma marcha em Roma, Itália, para que as ex-colônias francesas obtenham independência econômica da França e ganhem um papel na economia mundial. Foto: Andrea Ronchini/NurPhoto via Getty Images

QUADRO 10: LUTAS ANTICOLONIAIS E DE LIBERTAÇÃO E A LUTA CONTÍNUA PELA IGUALDADE

As forças do colonialismo não estão livres de seus adversários. Os movimentos do Sul Global, inclusive os movimentos de mulheres, desafiaram o domínio imperial do Norte Global. Nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma mudança significativa no Sul Global. Da Ásia à África, do Caribe à Oceania, milhões de pessoas se mobilizaram em lutas anticoloniais e de libertação pela independência contra as potências coloniais. Quando a ONU foi fundada em 1945, cerca de 750 milhões de pessoas, quase um terço da população mundial, viviam em “territórios” dependentes de potências coloniais.⁴²⁸ Apenas quatro países africanos participaram da conferência de fundação da ONU em São Francisco, em 1945.⁴²⁹ Em 1980, quase todas as regiões sob domínio europeu, japonês e norte-americano haviam conquistado sua independência, formando novos estados-nação que, desde então, aumentaram o número de membros da ONU de 60 em 1950 para 193 atualmente.⁴³⁰ Em 2024, menos de dois milhões de pessoas viviam nos 17 territórios restantes que ainda não são autônomos.⁴³¹ Após a Segunda Guerra Mundial, as antigas forças coloniais não tinham a riqueza e o apoio político necessários para conter manifestações distantes; elas também enfrentaram a oposição das novas superpotências da Guerra Fria, os EUA e a União Soviética, que haviam se posicionado contra o colonialismo.⁴³²

As mulheres e os movimentos feministas estiveram - e continuam a estar - na frente dos movimentos anticoloniais em todo o Sul Global, desde a organização de protestos e greves até a adesão a forças guerrilheiras, mobilização de comunidades e defesa da independência, enfrentando o domínio imperial e a desigualdade de gênero.⁴³³ A organização popular das mulheres estabeleceu a base para as reformas sociais pós-independência, enfatizando as políticas econômicas e sociais para beneficiar a sociedade,⁴³⁴ e promovendo uma visão de libertação que ia além da independência política e incluía uma transformação social permanente.⁴³⁵

Desde a Segunda Guerra Mundial, a ascensão do Sul Global passou por vários estágios.⁴³⁶ O primeiro período coincidiu com o processo de descolonização (1945-1989), que foi marcado por um senso de identidade coletiva do “Terceiro Mundo” e viu o surgimento da voz do Sul no cenário global por meio da criação de estruturas como o Movimento dos Não Alinhados (NAM) e o G-77.⁴³⁷ Em 1974, os países do Sul Global conseguiram aprovar uma resolução inovadora da Assembleia Geral da ONU (AGNU) que demandava o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO).⁴³⁸ Essa agenda para o desenvolvimento soberano buscava um sistema econômico global descentralizado em que o poder fosse distribuído de forma equitativa e as instituições internacionais estimulassem o bem-estar econômico e social no Sul Global

No entanto, a promessa de um sistema global justo nunca se tornou realidade, pois as crises da dívida, o fim da Guerra Fria e o chamado Consenso de Washington - imposto ao Sul Global por instituições como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), a pedido dos países do Norte Global - permitiram que as nações mais ricas se consolidassem na economia global.

No entanto, o espírito de resistência anticolonial continuou e o novo surgimento da cooperação Sul-Sul representa uma oportunidade empolgante de construir novamente um movimento internacional que ecoa o desejo de um sistema econômico em que outro mundo seja possível.⁴³⁹ Em dezembro de 2022, a AGNU adotou novamente uma resolução intitulada “Towards a New International Economic Order” (Rumo a uma nova ordem econômica internacional), pedindo um renascimento da NIEO da década de 1970.^{440, 441} Em 2024, representantes de mais de 25 países se reuniram em Cuba para retomar as discussões sobre uma visão reformulada para a gestão econômica global, marcando o quinquagésimo aniversário da NIEO original.⁴⁴²

O poder desigual nas instituições que governam nosso mundo

As instituições que governam o mundo foram criadas no final do período do colonialismo e carregam uma marca do colonialismo.

Desigualdade nos direitos de voz e agência

Muitos dos lugares essenciais para a tomada de decisões globais continuam sendo dominados pelo Norte Global. As nações europeias e outras nações do Norte Global detêm 47% do total de assentos no Conselho de Segurança da ONU, apesar de representarem apenas 17% da população global.⁴⁴³ Da mesma forma, os cargos de chefe de assuntos políticos da UNICEF e do Programa Mundial de Alimentos são, na prática, reservados aos EUA, enquanto o chefe de manutenção da paz é reservado aos franceses e o de assuntos humanitários, aos britânicos.⁴⁴⁴

O atual formato e a governança das instituições financeiras internacionais foram criados há quase 80 anos, no final do período colonial. Refletindo os sistemas políticos prevalentes na época, quando havia apenas 44 delegações, em comparação com os cerca de 190 membros do FMI e do Banco Mundial nos dias de hoje. Os países do G7 detêm 41% dos votos no FMI e no Banco Mundial, apesar de terem menos de 10% da população mundial.⁴⁴⁵ De acordo com estimativas, para cada voto que uma pessoa do Norte Global tem no Grupo do Banco Mundial (WBG) e no FMI, a pessoa do Sul Global tem apenas um oitavo de um voto; o sul-asiático possui apenas um vigésimo; no FMI, cada voto de um britânico vale 41 vezes mais do que o voto de um bengalês.⁴⁴⁶ Um cidadão saudita e belga tem em média cerca de 100 e 180 vezes mais poder de voto, respectivamente, no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (um dos braços de financiamento do WBG) do que um etíope.⁴⁴⁷ A liderança do Banco é decidida por um grupo de países do Norte Global. Os líderes do Banco Mundial e do FMI são indicados pelos EUA e pela Europa, respectivamente.⁴⁴⁸ A governança do sistema financeiro global é, portanto, organizada em favor dos representantes das antigas forças coloniais e dos estados colonizadores.⁴⁴⁹

Mesmo quando cada nação tem status igual em termos formais, o Norte Global continua a dominar. Dessa forma, ao longo dos anos a WTO têm falhado em considerar os interesses do Sul Global.^{450, 451} Isso ajuda não apenas os países do Norte, mas também as corporações localizadas no Norte Global, conforme demonstrado durante a pandemia da COVID-19, quando a proposta sul-africana e indiana na OMC para uma renúncia total às restrições de propriedade intelectual sobre vacinas, tratamentos e outras tecnologias que salvam vidas foi apoiada por mais de 100 países, mas teve a oposição favorável das nações ricas.⁴⁵²

Muitas outras instituições de controle global também são informalmente dominadas pelo Norte Global. Na arquitetura da saúde internacional, 75% dos conselhos de administração são dominados por cidadãos de países de alta renda; 51% são ocupados apenas por cidadãos dos EUA e do Reino Unido, enquanto apenas 2,5% são ocupados por cidadãos de países de baixa renda (apenas 1% desses cargos de diretoria são ocupados por mulheres de países de baixa renda).⁴⁵³

As oportunidades e possibilidades desiguais de engajamento

Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (membros do P5) têm o poder de bloquear qualquer resolução, mesmo que ela tenha um apoio esmagador da AGNU, limitando assim a capacidade do Sul Global de influenciar as decisões de segurança. Ironicamente, os países do P5 respondem coletivamente por 73,5% das vendas de armas.⁴⁵⁴ Embora se espere que a Assembleia Geral fosse o coração democrático da ONU, onde cada país tem direito a um voto, suas resoluções não são vinculativas e não têm poder para aplicá-las, ao contrário das resoluções do Conselho de Segurança da ONU. O resultado é que 95% das resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU estão relacionadas a apenas metade das crises prolongadas em todo o mundo.⁴⁵⁵

A quantidade total de financiamento fornecido pelos estados-membros para a ONU e sua natureza cada vez mais voluntária prejudica o funcionamento da ONU.⁴⁵⁶ Em 2022, 10 países (oito deles do Norte Global) forneceram 53% do financiamento da ONU.⁴⁵⁷

Além disso, a maioria das instituições de desenvolvimento global está localizada no Norte Global.⁴⁵⁸ Portanto, todas as agências especializadas da ONU têm sede no Norte Global. Apenas 19,2% dos fundos e programas da ONU, pesquisa e treinamento, organizações relacionadas e outras entidades da Assembleia Geral da ONU estão localizadas no Sul Global.⁴⁵⁹

O colonialismo contínuo sobre o conhecimento

Os sistemas de conhecimento, crenças e ideias que se desenvolveram durante o domínio colonial moldaram as políticas, práticas e resultados. As políticas econômicas coloniais, muitas vezes extrativistas, foram enquadradas como desenvolvimento, trazendo progresso e modernização. O progresso era visto pelas lentes ocidentais como sinônimo de industrialização e crescimento econômico. O sistema de ensino superior de hoje continua a refletir as características coloniais por meio do domínio do conhecimento e dos idiomas ocidentais, das desigualdades globais em pesquisa e financiamento e da persistência de estruturas elitistas.

Os pesquisadores do Norte Global dominam os financiamentos, as publicações e as colaborações internacionais.⁴⁶⁰ Por exemplo, quando se trata de pesquisa sobre tuberculose (TB), embora os países de renda média-baixa tenham 98% dos casos relatados, o maior financiador continua sendo o Instituto Nacional de Saúde dos EUA (NIH), que, até 2020, concedeu 93% do seu orçamento direcionado para pesquisa sobre TB a instituições localizadas nos EUA.⁴⁶¹

A pesquisa sobre desenvolvimento internacional continua a ser dominada por acadêmicos do Norte Global. Quase três quartos (73%) dos artigos publicados nas 20 principais revistas de desenvolvimento entre 1990 e 2019 foram escritos por pesquisadores do Norte; apenas 16% foram escritos por autores do Sul, apesar de a maioria dos artigos (61%) ter um foco explícito em um país ou região do Sul.⁴⁶² Quase 50% dos editores-chefes de revistas científicas e de ciências sociais são apenas dos EUA e do Reino Unido;⁴⁶³ artigos publicados por acadêmicos baseados na África têm menos probabilidade de serem citados e, portanto, menos probabilidade de influenciar a literatura em seus campos.⁴⁶⁴ Quando a maior parte da pesquisa é produzida no Norte Global, maior o reflexo das prioridades e perspectivas das nações mais ricas, geralmente ocidentais, consolidando os desequilíbrios de conhecimento e limitando a diversidade do pensamento global.

O elitismo social, o prestígio e a rápida progressão na carreira associados à educação de elite exclusivamente cara no Norte Global também proporcionaram um “trampolim” para a criação de riqueza.⁴⁶⁵ Cinco das sete principais universidades onde os bilionários foram educados são as escolas da Ivy League nos EUA.⁴⁶⁶ Da mesma forma, em 2017, 39% dos chefes de estado em todo o mundo foram educados em universidades do Reino Unido, dos EUA ou da França.⁴⁶⁷

A influência desproporcional de algumas instituições educacionais moldou a formação de políticas no Sul Global. As reformas econômicas do governo Pinochet no Chile, que fizeram com que o Chile se tornasse um dos países mais desiguais do mundo, foram elaboradas pelos chamados “Chicago Boys”, um grupo de 26 estudantes educados na Universidade de Chicago entre 1956 e 1964.⁴⁶⁸

Um sistema econômico extrativista

O sistema econômico global de hoje reflete e perpetua desigualdades que remontam à era colonial, prejudicando as nações mais pobres e as pessoas mais pobres dentro dos países. Ele facilita uma enorme e contínua transferência de riqueza do Sul Global para o Norte Global.

Um sistema de tributação desigual

Antes da independência, nas colônias britânicas africanas, os sistemas nacionais de tributação eram geralmente regressivos. Eles foram projetados principalmente para extrair receita para o benefício das potências coloniais às custas das colônias, e as colônias muitas vezes tinham uma opinião limitada sobre como a receita gerada era gasta.^{469, 470} Ao mesmo tempo, os colonizadores muitas vezes favoreciam impostos fixos altamente regressivos, com o duplo objetivo de aumentar a receita e forçar as pessoas colonizadas a trabalhar por salários para pagar os impostos cobrados sobre elas.⁴⁷¹ Em muitos países africanos, por exemplo, eles cobravam impostos altamente desiguais sobre as pesquisas e as cabanas, que se tornaram um aspecto odiado do governo colonial e provocaram várias rebeliões. Até hoje, a maioria dos países africanos tende a subutilizar as formas progressivas de impostos, como os impostos sobre o capital, a renda e a riqueza, enquanto as formas regressivas de tributação, como o imposto sobre o consumo, continuam a dominar as receitas públicas.⁴⁷²

A arquitetura tributária global como um todo também é desigual. O sistema tributário internacional foi estabelecido em resposta aos interesses das nações ricas de continuar facilitando o comércio e evitar a dupla tributação.⁴⁷³ Desde sua criação, a OCDE, um clube de nações ricas, têm assumido historicamente a liderança na maioria das negociações tributárias globais. A Tax Justice Network observa que a maioria dos paraísos fiscais são países ricos ou suas dependências, facilitando uma enorme perda de receita para os governos, que é desproporcionalmente maior para os governos do Sul Global.⁴⁷⁴

Momento de mudança

Na ONU, em 2023, a maioria dos países votou a favor da transferência da tomada de decisões da OCDE para a ONU; o roteiro para esse desenvolvimento empolgante foi aprovado em 2024.⁴⁷⁵ As negociações atuais para essa nova Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional foram o resultado da liderança do Sul Global.⁴⁷⁶ Da mesma forma, a liderança do G20 do Sul Global criou espaço na agenda global para a cooperação internacional sobre o aumento da tributação de indivíduos super-ricos.⁴⁷⁷

Regimes globais de comércio e investimento contra o Sul Global

Os países do Sul Global geralmente continuam presos a economias voltadas para a exportação que dependem da produção de matérias-primas ou de mercadorias de baixo custo para os mercados do Norte Global: um sistema que foi criado pelo colonialismo. Isso também cria uma dependência dos preços do mercado global, tornando os países do Sul vulneráveis à flutuação da moeda e limitando sua capacidade de desenvolver economias mais diversificadas e de alto valor.

A OMC e outros acordos comerciais internacionais promovem a abertura comercial do mercado, frequentemente forçando os países do Sul Global a reduzir as tarifas, abrir seus mercados para produtos estrangeiros e competir em termos desiguais com as nações mais ricas.

Os acordos de livre comércio geralmente pressionam os países do Sul Global a desenvolverem atividades que atendam às demandas dos países ricos e a competirem entre si para atrair investidores estrangeiros, adotando regulamentações “favoráveis ao investimento” que sacrificam os direitos das pessoas e as proteções ambientais.⁴⁷⁸

Os mecanismos com soluções controversas entre investidores e estados em muitos acordos comerciais permitem que as empresas dos países do Norte Global processem os governos do Sul Global em tribunais privados sobre políticas que possam afetar seus lucros, consolidando ainda mais o poder econômico no Norte Global. Por exemplo, em 2007, os investidores europeus, que controlavam aproximadamente 80% das exportações de pedras da África do Sul, processaram a África do Sul para reverter as medidas pós-apartheid para tratar das desigualdades socioeconômicas.⁴⁷⁹ Muitas vezes, os acordos firmados não foram feitos por regimes representativos. Assim, entre 2023 e 2024, Honduras recebeu 14 reivindicações de âmbito internacional sobre investimentos feitos pelo regime que chegou ao poder após o golpe de Estado de 2009.⁴⁸⁰ Esses processos secretos de controle internacional demonstraram ter impactos negativos sobre os direitos humanos e o clima, principalmente no Sul Global.⁴⁸¹

O Norte Global controla o setor financeiro que está cada vez mais dominante

Os bancos britânicos situados no exterior, nas colônias, durante o século XIX e no início do século XX, tinham muito das margens de seu lucro criadas pelos vínculos com os mercados financeiros de Londres.⁴⁸² Atualmente, os países do Norte Global, especialmente os EUA e o Reino Unido, abrigam os mercados e as instituições financeiras mais poderosas do mundo. As bolsas de valores de Nova York e Londres são os epicentros dos fluxos globais de capital. O Dow Jones Industrial Average e o S&P 500 atuam como niveladores da economia global, influenciando as decisões de investimento e as tendências do mercado em todo o mundo.⁴⁸³ Wall Street e a City de Londres são centros de finanças globais, abrigando muitas das instituições financeiras que desempenham um papel importante na direção dos investimentos globais, definindo as taxas de juros e influenciando os preços das commodities. Também são a sede das agências de classificação de crédito - Moody's, Standard & Poor's e Fitch; que moldam as percepções globais de estabilidade e risco financeiro, afetando o custo dos empréstimos para os países, inclusive os do Sul Global.

Da mesma forma, a introdução de moedas coloniais fazia parte do projeto colonial.⁴⁸⁴ O franco CFA francês foi descrito como a última moeda colonial da África.⁴⁸⁵ Apesar da reforma de Macron e Ouattara em 2019,⁴⁸⁶

a França ainda exerce um controle econômico significativo sobre 14 países da CFA (Colônias Francesas da África) da África Ocidental por meio do franco CFA.⁴⁸⁷ Os países da África Central na “Zona do Franco” ainda são obrigados a depositar pelo menos 50% de suas reservas cambiais em uma conta específica do Tesouro francês.⁴⁸⁸ O Banco da França detém quase 70% das reservas de ouro⁴⁸⁹ da União Econômica e Monetária da África Ocidental, e o Tesouro francês e a Zona do Euro mantêm poder de veto de fato sobre os bancos centrais dessas nações.⁴⁹⁰ Isso significa que as decisões econômicas cruciais que afetam milhões de africanos ocidentais são influenciadas por quem desenvolve as de políticas a milhares de quilômetros de distância, em Paris.

Um exemplo ainda mais abrangente de domínio da moeda é o do dólar americano. No primeiro trimestre de 2024, os bancos centrais de todo o mundo detinham cerca de 58,9% de suas reservas alocadas em dólares americanos, tornando-o a principal moeda de reserva do mundo.⁴⁹¹ Isso permite que os EUA tomem dinheiro emprestado a um custo menor,⁴⁹² dando a eles um controle significativo sobre as finanças internacionais.⁴⁹³ Assim, os países do Sul Global ficam vulneráveis às flutuações das políticas monetárias dos EUA.⁴⁹⁴

Dívida e poder de financiamento

Algumas antigas colônias herdaram dívidas coloniais na independência, pelas quais não tinham responsabilidade de acumular. O Haiti levou 122 anos para pagar US\$ 21 bilhões (em termos atuais) da dívida colonial francesa.⁴⁹⁵ A Indonésia herdou o equivalente atual a US\$ 38 bilhões de dívidas da Holanda,⁴⁹⁶ prejudicando seriamente seu desenvolvimento nos estágios iniciais de autonomia, quando mais precisava desses recursos. Muitos outros países iniciaram a independência com economias fracas, incapazes de gerar os recursos necessários. Eles recorreram a bancos e governos do Norte Global para obter empréstimos que precisavam ser pagos, desencadeando sucessivas crises de endividamento, principalmente em face das moedas fracas e da vulnerabilidade às flutuações de preço das commodities brutas das quais muitas dessas economias dependiam.⁴⁹⁷ Os ditadores adquiriram

parte da dívida sem o consentimento e sem beneficiar a população.⁴⁹⁸ A COVID-19 exacerbou ainda mais a crise da dívida. Entre 1970 e 2023, os governos do Sul Global pagaram US\$ 3,3 trilhões em juros aos credores ocidentais.⁴⁹⁹ No final de 2023, a dívida global atingiu um recorde de US\$ 307 trilhões.⁵⁰⁰

O FMI, o “emprestador de última instância” do mundo, geralmente exige que os países que fazem empréstimos implementem um pacote de políticas que inclui privatização, liberalização do comércio e redução do déficit público para obter novos empréstimos. No passado, a participação nos “programas de ajuste estrutural” do FMI, que impuseram esse mandato, esteve ligada a taxas de pobreza mais altas e a uma distribuição de renda mais desigual.⁵⁰¹ Isso prejudicou o acesso à educação⁵⁰² e à saúde, além de afetar negativamente os indicadores sociais da saúde, como renda e disponibilidade de alimentos.⁵⁰³ Ainda hoje, a Oxfam calcula que, para cada US\$ 1 que o FMI incentivou um grupo de países pobres a gastar em bens públicos, cortaram quatro vezes mais por meio de medidas de austeridade.⁵⁰⁴ Atualmente, 3,3 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com o pagamento de juros do que com educação e saúde.⁵⁰⁵ Durante a pandemia da COVID-19, se estima que o conselho do FMI para cortar os gastos do governo no hemisfério sul tenha eliminado quase US\$ 10 bilhões dos orçamentos salariais do setor público em apenas 15 países - o equivalente a cortar mais de 3 milhões de empregos essenciais, como professores, enfermeiros e médicos, apesar da crescente necessidade desses profissionais durante esse período.⁵⁰⁶

Ao mesmo tempo, os países do Norte Global, devido às suas classificações de crédito mais altas e à estabilidade econômica percebida, têm acesso mais fácil aos mercados de capitais internacionais a taxas de juros mais baixas. Enquanto os países mais ricos podem fazer empréstimos a taxas de juros de cerca de 1%, os países mais pobres precisam de empréstimos a taxas de 5 a 8%.⁵⁰⁷ Além disso, os países do Norte Global geralmente são os principais credores nos mercados internacionais de dívida e, portanto, detêm um poder substancial nas negociações sobre a reestruturação da dívida.

A crescente privatização impulsiona desigualdade

A privatização e o financiamento⁵⁰⁸ dos serviços públicos são frequentemente vistas como novas formas de colonialismo, aprofundando a desigualdade e a dependência, especialmente no Sul Global. Eles entregam serviços essenciais - como saúde, educação e água - a empresas com fins lucrativos, geralmente de propriedade estrangeira, que priorizam os acionistas em detrimento do bem-estar público. Isso reflete a exploração colonial, em que os recursos e a riqueza são direcionados para fora, deixando as comunidades desassistidas e sem poder. Ao fazer isso, elas geralmente atendem aos interesses dos mais ricos. A economia global tem se tornado cada vez mais impulsionada por mercados financeiros do Norte Global cada vez mais poderosos, que fortalecem a riqueza dos mais ricos; 43% dos ativos financeiros pertencem ao 1% mais rico.⁵⁰⁹ As consequências negativas dessas políticas são nítidas. Por exemplo, a terceirização da saúde para prestadores de serviços de saúde privados e a propriedade de capital privado no setor de saúde contribuíram para piores resultados de saúde e atendimento de qualidade inferior ao que era fornecido anteriormente nos sistemas públicos,⁵¹⁰ muitas vezes a um custo maior para os cofres públicos.⁵¹¹

O Banco Mundial e muitas instituições europeias de financiamento do desenvolvimento, em parceria com capital privado e fundos de investimento no Norte Global, estão promovendo essa privatização e enfraquecimento dos serviços públicos no Sul Global. Por exemplo, a Oxfam descobriu que a Corporação Financeira Internacional (IFC) do Grupo Banco Mundial financiou hospitais privados de alto padrão em centros urbanos da Índia, um país onde 37% dos indianos têm gastos exorbitantes com saúde em hospitais privados e onde os abusos dos direitos humanos são endêmicos.⁵¹² Da mesma forma, as parcerias público-privadas (PPPs) de educação que apoiam a educação privada muitas vezes deixam de atender às crianças mais vulneráveis e correm o risco de aprofundar a desigualdade, mas a análise da Oxfam sobre o portfólio de educação primária e secundária do Banco Mundial entre 2013 e 2018 constatou que mais de um quinto dos projetos incluía apoio aos governos para a educação privada.⁵¹³ Em 2022, a IFC do Grupo Banco Mundial concordou em não investir em escolas primárias e secundárias privadas com fins lucrativos, embora o WBG continue a apoiar o papel do setor privado na educação, incluindo PPPs.⁵¹⁴

QUADRO 11: O PAPEL DO PODER MILITAR NA MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE COLONIAL

O poder militar avassalador possibilitou o colonialismo. Na Índia, durante o período de domínio da Companhia das Índias Orientais, os gastos militares representavam quase 75% das despesas, enquanto as obras públicas constituíam apenas 3%, em média; as autoridades não consertaram os sistemas de irrigação, prejudicando a produtividade agrícola e intensificando a fome e as secas.⁵¹⁵ Esse uso de força esmagadora continuou nos dias de hoje. Estima-se que os EUA tentaram mudar o governo de outros países 72 vezes durante a Guerra Fria.⁵¹⁶ Entre 1954 e 1973, golpes apoiados pelos EUA na Guatemala,⁵¹⁷ Chile⁵¹⁸ e outras nações latino-americanas,⁵¹⁹ reprimiram a autonomia nacional e apoiaram regimes autoritários sob o pretexto de impedir a disseminação do comunismo.⁵²⁰

A exploração das estruturas corporativas

A corporação multinacional, que explora trabalhadores pobres no Sul Global para gerar lucros e dividendos para seus acionistas ricos no Norte Global, foi formada pela experiência do colonialismo.⁵²¹ Grande parte da conquista e da expropriação colonial foi efetivamente privatizada. A perda da soberania nacional e a destruição de terras e pessoas causadas pelo domínio das Companhias Holandesa e Inglesa (mais tarde, Britânica) das Índias Orientais sobre partes significativas do Sudeste e do Sul da Ásia moldaram as regras para a expansão e exploração corporativa desenfreada. No Congo, as empresas privadas receberam monopólios para a coleta de borracha e, muitas vezes, usaram a violência para atingir suas metas de extração. Hoje, na República Democrática do Congo (RDC), os indivíduos das antigas concessões⁵²² têm aproximadamente 1,3 anos a menos de educação e são aproximadamente 25% mais pobres do que indivíduos semelhantes fora das concessões históricas de borracha.⁵²³

Atualmente, as grandes corporações multinacionais dominam as cadeias de suprimentos globais, se beneficiando da mão de obra barata e da extração

contínua de recursos do Sul Global. Capturam a grande maioria dos lucros e perpetuam a dependência, a exploração e o controle por meios econômicos. Assim, a África detém uma grande parcela das reservas minerais globais, especialmente aquelas necessárias para produzir tecnologias verdes, como baterias de veículos elétricos e turbinas eólicas.⁵²⁴ No entanto, o continente continua pobre e 43% de sua população não tem acesso à eletricidade.⁵²⁵ Apenas 2% das exportações de minerais de transição energética do continente são destinadas a outros países africanos além de ser excluído dos segmentos superiores mais lucrativos das cadeias de valor dos minerais, incluindo design, fabricação e vendas.⁵²⁶ Por exemplo, somente em 2022, a participação do valor das exportações de minerais em toda a região da África Subsaariana (SSA) é de 7%. Quando você compara isso com a participação de 26% da Austrália no mesmo ano, a contribuição da SSA é aproximadamente quatro vezes menor.⁵²⁷ Os lucros obtidos pelas empresas beneficiam seus proprietários bilionários; sete das dez maiores empresas de capital aberto do mundo têm um bilionário como CEO ou principal acionista.⁵²⁸

A influência corporativa na política e na governança

Os ultra-ricos e as corporações usam sua riqueza, influência e redes para fazer lobby por políticas e regulamentações que atendam a seus interesses às custas dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores do Sul Global. Pesquisas realizadas nos EUA sugerem que a desigualdade econômica está associada ao aumento da atividade de lobby.⁵²⁹

Em alguns casos, isso envolveu o aumento do poder de seus estados controladores. Assim, na América Latina, a United Fruit Company controlava grandes quantidades de terra em países como Guatemala, Honduras e Costa Rica, se concentrando na produção de bananas. A empresa frequentemente exercia influência política significativa nos assuntos internos dos países que os recebiam para proteger seus interesses. Em 1954, ela fez lobby junto ao governo dos EUA para autorizar a Central Intelligence Agency (CIA) a armar, treinar e organizar um golpe na Guatemala para instalar um regime mais favorável às suas operações comerciais.⁵³⁰

Em outros, envolveu corrupção. Como por exemplo, a Glencore,⁵³¹ a maior negociadora de commodities do mundo⁵³² com um valor de mercado de até 57,7 bilhões de euros.⁵³³ Ela tem presença de mineração

na África, especialmente na RDC.⁵³⁴ Em 2022, a Glencore registrou um lucro de US\$ 34,11 bilhões,⁵³⁵ um aumento de US\$ 12,8 bilhões em relação a 2021. No mesmo ano, o governo do Reino Unido multou a empresa em 281 milhões de libras por envolvimento em suborno na África.⁵³⁶ Em 2023, um tribunal federal dos EUA condenou a empresa a US\$ 700 milhões por suborno na África e na América do Sul.⁵³⁷

O Colonialismo Digital

O colonialismo digital se refere à dominação dos recursos digitais, dos dados e da infraestrutura tecnológica por corporações poderosas, geralmente do Norte Global, que extraem, analisam e se apropriam dos dados dos usuários para obter lucros e influenciar o mercado, com benefícios direcionados para a fonte dos dados.⁵³⁸ Apenas uma empresa do Norte, o Google (Alphabet), é responsável por 91,6% da participação no mercado global de pesquisa, 70,5% dos sistemas operacionais móveis e 39% da publicidade digital.⁵³⁹ Ao controlar o ecossistema digital, as grandes empresas de tecnologia controlam as experiências mediadas por computador, o que lhes dá poder direto sobre os domínios político, econômico e cultural da vida. As grandes empresas de tecnologia têm sido criticadas por converter a vida social das pessoas comuns em fluxos de receita,⁵⁴⁰ e contribuir para a exploração de trabalhadores marginalizados e com baixos salários em todo o mundo, especialmente nos setores em que entraram, incluindo serviços de táxi, compras e pedidos de comida.⁵⁴¹ O abuso de dados de usuários para vigilância viola a privacidade dos cidadãos e concentra o poder econômico nas mãos de poucas e poderosas corporações multinacionais. O setor de Big Tech é fundamental para novas formas de colonialismo econômico e extrema desigualdade no século XXI.

Motores de extração: As diversas maneiras pelas quais a riqueza é direcionada dos trabalhadores do Sul Global para os ricos do Norte Global

O domínio de instituições desiguais nos níveis nacional e global e o controle contínuo do sistema econômico global pelo Norte Global perpetuam um gigantesco mecanismo de extração de riqueza. Ele retira a riqueza do trabalho dos trabalhadores do Sul Global e dos recursos naturais dos países do Sul Global e os direciona para o Norte Global e para o mundo rico,⁵⁴² especialmente para as pessoas mais ricas do Norte Global.

Existem muitas estimativas sobre essa drenagem de riqueza, usando diferentes metodologias e suposições e analisando vários aspectos do sistema econômico global. Embora não haja uma única estimativa definitiva acordada, há pouca dúvida de que o fluxo líquido de recursos está indo para o norte. Estas são algumas estimativas que calculam os impactos econômicos das diferentes maneiras pelas quais essa transferência de riqueza ocorre:

- **Manipulação do sistema financeiro.** Usando o trabalho de Gaston Nieves e do World Inequality Lab, a Oxfam calcula que a manipulação do sistema financeiro global (que proporciona custos de empréstimo mais baixos no Norte Global) permite que os agentes financeiros do Norte Global extraiam cerca de US\$ 1 trilhão do Sul Global a cada ano; considerando que os ativos financeiros são de propriedade esmagadora do 1% mais rico, a Oxfam calcula que US\$ 30 milhões por hora estão sendo pagos aos super-ricos nos países ricos dessa

forma.⁵⁴³ Em contrapartida, a ajuda global total do Norte Global para o Sul Global foi de US\$ 223,7 bilhões até 2023.⁵⁴⁴

- **O comércio injusto e o intercâmbio desigual.** Muitos autores analisaram o fenômeno da “troca desigual”⁵⁴⁵ em que os preços das exportações do Sul Global, e o trabalho e os recursos por trás delas, são precificados a taxas artificialmente baixas devido ao domínio dos países e empresas do Norte Global. Em 2022, um amplo estudo realizado por Hickel et al. procurou quantificar o benefício dessa troca desigual para o Norte Global entre 1995 e 2015, descobrindo que US\$ 242 trilhões (em US\$ de 2010) foram extraídos pelo Norte Global dessa forma.⁵⁴⁶
- **A exploração dos trabalhadores do Sul Global.** Uma parte importante desse intercâmbio desigual é a exploração dos trabalhadores do Sul Global. Se estima que os salários no Sul Global sejam de 87 a 95%



mais baixos do que no Norte Global, sendo que os primeiros contribuem com 90% da mão de obra para a economia mundial e recebem 21% da renda.⁵⁴⁷ Hickel et al. também estimaram o valor dessa exploração dos trabalhadores do Sul Global⁵⁴⁸ pelo Norte Global em 826 bilhões de horas de trabalho somente em 2021; isso equivale a um dreno de 16,9 trilhões de euros nos preços do Norte.⁵⁴⁹ Os trabalhadores migrantes em países de alta renda ganham cerca de 12,6% menos do que os nacionais, sendo que essa diferença aumenta para 20,9% no caso das mulheres migrantes.⁵⁵⁰

- **Pagamentos de dívidas.** Entre 1970 e 2023, os governos do Sul Global pagaram US\$ 3,3 trilhões em juros aos credores do Norte.⁵⁵¹

- **Repatriação de lucros corporativos.** Entre 2005 e 2020, as empresas transnacionais repatriaram anualmente US\$ 1 trilhão em lucros de países de renda média para países de alta renda. Esses lucros foram pagos predominantemente a acionistas ricos.⁵⁵²
- **Perdas com a sonegação de impostos por empresas e pessoas ricas.** As perdas fiscais dos países de baixa renda (US\$ 47 bilhões) devido ao abuso fiscal global são equivalentes à metade (49%) de seus orçamentos de saúde pública.⁵⁵³ Os países ricos podem ser responsáveis por até 99,4% de todas as perdas fiscais globais devido ao abuso de impostos corporativos, enquanto os países de baixa renda são responsáveis por apenas 0,6%.⁵⁵⁴



Os países ricos podem ser responsáveis por até 99,4% de todo o prejuízo fiscal do mundo devido ao abuso de impostos corporativos.
Foto: Javier Gherzi/Getty Images

QUADRO 12: COOPERAÇÃO ECONÔMICA GLOBAL SUL-SUL HOJE

Apesar do domínio contínuo do Norte Global, há alguns sinais promissores de que o mundo está mudando. O Sul Global agora desempenha um papel significativo na fabricação, na inovação tecnológica e nas cadeias globais de valor. De acordo com algumas estimativas, o valor do comércio Sul-Sul é agora maior do que o comércio Norte-Norte ou Norte-Sul.⁵⁵⁵ Os países do BRICS⁵⁵⁶ respondem por um quarto do PIB global, 60% do comércio global de mercadorias e quase metade da população mundial.⁵⁵⁷ A lista recém-expandida de países BRICS+ representa uma parcela maior do PIB mundial do que o G7.⁵⁵⁸

O Sul Global tem desempenhado um papel significativo no cenário global, ocupando quatro presidências consecutivas do G20. Os países do BRICS agora fornecem 22% do financiamento de empréstimos em todo o mundo.⁵⁵⁹ O projeto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU tem uma forte pegada do Sul Global. Esse papel crescente do Sul Global cria a necessidade de examinar o impacto da Cooperação Sul-Sul.⁵⁶⁰

A cooperação Sul-Sul contribui para a redução da desigualdade global ao:

- Apoiar a capacitação para o desenvolvimento sustentável. Isso inclui o apoio à transferência de tecnologia, conhecimento técnico e recursos financeiros entre as nações do Sul Global.
- Fortalecimento do comércio regional para economias mais justas. Ao se concentrarem no comércio regional, os países podem reduzir sua dependência das nações ricas, estimular os setores locais e criar oportunidades econômicas que beneficiem a muitos, e não apenas a poucos. Isso oferece uma alternativa para as relações comerciais, muitas vezes desiguais, entre o Norte Global e o Sul Global. As pesquisas mostram que a desigualdade de renda diminuiu nas áreas de integração regional, como a Comunidade Andina, o Mercado Comum do Sul (comumente conhecido pela sigla em espanhol MERCOSUL), a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), a Comunidade Econômica e Monetária da América Central (CEMAC), a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).⁵⁶¹
- Fortalecer a pressão coletiva do Sul Global para desafiar o Norte Global e defender um sistema global mais justo e democrático.

Apesar desse potencial, a cooperação Sul-Sul muitas vezes corre o risco de seguir a estrutura de desenvolvimento tradicional baseada em condicionalidades políticas enraizadas que perpetuam a marginalização de muitos Estados do Sul Global.⁵⁶² Os atores do Sul têm uma enorme variedade de narrativas, interesses, modalidades, agendas e capacidades,⁵⁶³ e as decisões tomadas em nome do Sul Global podem não refletir os desejos e interesses de todos esses países.⁵⁶⁴

Uma nova história é possível

Os pilares que sustentam o sistema colonial desigual são bem conhecidos. O capítulo final deste documento examinará as ações que devem ser tomadas para mudar o rumo da história e escrever uma história nova e mais igualitária.



Capítulo Cinco: Agindo juntos para acabar com o domínio da aristocracia ultra-rica e descolonizar nossa economia. O racismo deve acabar, e o mundo deve acabar com as formas antigas e novas de colonialismo que estão atrasando a humanidade.

O mundo deve se unir e agir agora para reduzir a desigualdade de todos os países, ricos e pobres, de forma radical e acelerada. A riqueza extrema e o racismo devem acabar, e o mundo deve acabar completamente com as formas antigas e novas de colonialismo que estão atrasando a humanidade.

1. Precisamos reduzir radicalmente a desigualdade e acabar com a nova aristocracia.

a. Estabelecer metas globais e nacionais para a redução da desigualdade de forma acelerada e radical.

i Todos os países devem concordar com os Planos Nacionais de Redução da Desigualdade, com metas com prazo determinado para reduzir a desigualdade econômica nacional, visando que a renda total dos 10% mais ricos não seja maior do que a renda total dos 40% mais pobres; isso é conhecido como Palma de 1.⁵⁶⁵

ii. Todos os governos devem se comprometer com uma nova meta efetiva contra a desigualdade global que reduza drasticamente a desigualdade entre o Norte Global e o Sul Global; como exemplo, garantir que a renda dos 10% mais ricos não seja maior do que a renda dos 40% mais pobres em todo o mundo.

b. Taxar os super-ricos. Democratizar as reformas tributárias internacionais. A Estrutura da Convenção das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional oferece uma oportunidade de reformar o sistema tributário com o objetivo de lidar com a extrema desigualdade e as consequências do colonialismo. Os governos envolvidos no processo da estrutura devem:

i. Apoiar o desenvolvimento de uma ampla estrutura de acordos sobre impostos internacionais com base em princípios inclusivos de gênero e direitos humanos. Isso pode promover uma revolução democrática na forma pela qual a tributação internacional é governada, incluindo o amplo envolvimento da sociedade civil e das organizações que representam os trabalhadores e os cidadãos em geral.

ii. Tributar os super-ricos. Os governos devem adotar reformas nacionais e internacionais e tributar a renda e a riqueza dos indivíduos ultra-ricos. Se eles forem tributados de forma abrangente e com alíquotas elevadas o

suficiente, isso pode ajudar a reduzir os níveis elevados de desigualdade e arrecadar os bilhões necessários para financiar sociedades mais justas, tanto dentro dos países quanto além das fronteiras, e acabar com a riqueza extrema. Em nível internacional, o G20 deve intensificar seus esforços para desenvolver um novo padrão internacional para tributar os ultra-ricos conforme os princípios cooperativos, garantindo que a governança permaneça no âmbito da ONU.

iii. Eliminar a evasão fiscal, a sonegação e outras formas de abuso. Acabar com os paraísos fiscais que permitem que as elites ricas e as maiores corporações não paguem impostos e retirem do restante de nós os recursos que são necessários para o bem-estar das pessoas e do planeta.

c. Acabar com os monopólios e limitar o poder corporativo. A recente e enorme concentração de poder corporativo, com suas origens no monopólio violento do passado colonial, precisa acabar. Os governos precisam usar seu próprio poder para controlar o avanço descontrolado do poder dessas empresas e evitar injustiças em suas cadeias de suprimentos, nacional e internacionalmente. Os governos devem:

i. Acabar com os monopólios privados e limitar o poder das empresas. Os governos podem se inspirar tanto nos casos atuais de antimonopólio, como os dos EUA e da Europa, quanto com outros países onde a concentração de riqueza foi combatida com sucesso.⁵⁶⁶

ii. Regular as empresas para que paguem salários dignos e se comprometam a respeitar a justiça climática e de gênero: os pagamentos de dividendos e as recompras devem ser proibidos até que isso seja garantido. Os sindicatos devem ser apoiados, protegidos e incentivados. A remuneração dos CEOs deve ser limitada e vinculada ao desempenho em critérios sociais e ambientais e, principalmente, em planos de ação climática.

iii. Os governos devem introduzir medidas juridicamente obrigatórias para garantir os direitos das mulheres e dos povos negros e indígenas, incluindo a garantia de direitos humanos obrigatórios e a auditoria ambiental, a redefinição do propósito corporativo e a regulamentação da governança corporativa para que as empresas operem no interesse das pessoas e do planeta.

- iv. Acabar com o monopólio do conhecimento através da democratização do comércio e do fim do abuso das regras de patentes (por exemplo, pela Big Pharma em relação aos medicamentos) que impulsionam a desigualdade.

QUADRO 13: É HORA DE CRIAR MOVIMENTOS LIDERADOS PELAS PESSOAS EM DIREÇÃO À DESCOLONIZAÇÃO

A luta contra novas formas de colonialismo atinge um marco crítico em 2025. São 70 anos desde a Conferência de Bandung, que estabeleceu a base para a onda de solidariedade do Sul Global que impulsionou os debates sobre a Nova Ordem Econômica Internacional.⁵⁶⁷ O tema da União Africana para 2025 é “Justiça para os africanos e pessoas de descendência africana por meio de reparações”.⁵⁶⁸ Ao comemorar seu 80º aniversário em 2025, a ONU realizará a Quarta Conferência Internacional da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) e a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social também ocorrerá em 2025.⁵⁶⁹ Esses eventos oferecem oportunidades de fazer reformas institucionais que podem garantir um futuro mais igualitário.

Em países como África do Sul,⁵⁷⁰ EUA,⁵⁷¹ Canadá⁵⁷² e Austrália,⁵⁷³ movimentos de grande amplitude estão reivindicando a descolonização da educação e dos espaços públicos, com o objetivo de abraçar as perspectivas dos povos originários, remover os símbolos coloniais dos espaços públicos e acabar com o silenciamento e a violência contra as mulheres.⁵⁷⁴

2. Mudar radicalmente a governança global para promover a soberania dos povos do Sul Global

- a. Garantir a representação. Descolonizar as instituições globais e reformar suas estruturas de governança para permitir uma representação equitativa e poder de decisão para os países do Sul Global. Isso inclui:
 - i. Alterar os poderes de voto no Banco Mundial e no FMI e permitir que os países do Sul Global tenham mais influência sobre as políticas que os afetam diretamente para garantir que nenhuma nação tenha poder de veto efetivo.
 - ii. Garantir que todas as nomeações para a liderança de todas as instituições e agências da ONU, inclusive no FMI e no Banco Mundial, sejam feitas por meio de processos imparciais, abertos e transparentes.⁵⁷⁵
 - iii. Abolir o poder de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (“P5”) e reestruturar sua composição para incluir assentos permanentes para nações do Sul Global. Adotar um modelo feminista de tomada de decisões que centralize as vozes das mulheres, dos povos originários, das comunidades locais e dos grupos marginalizados para priorizar a paz, os direitos humanos e a justiça de gênero em detrimento dos interesses imperialistas.⁵⁷⁶
 - iv. Reformar o financiamento da ONU para garantir que a organização seja totalmente financiada por contribuições automáticas proporcionais de todas as nações. Isso acabará com sua dependência de contribuições voluntárias dos governos do Norte Global e de entidades privadas.

- b. Mudar a essência das políticas que estão sendo promovidas por essas instituições.
- i. O FMI e o Banco Mundial devem:
 1. Evitar as condições econômicas baseadas na necessidade de consolidação fiscal, medidas rigorosas ou desregulamentação ao conceder empréstimos e financiamentos com base em doações. Isso pode forçar os países a tomar decisões políticas que aumentem a desigualdade.⁵⁷⁷
 2. Parar de promover políticas neoliberais fracassadas que centralizam os interesses do setor privado em detrimento do bem-estar dos cidadãos e dos trabalhadores. Essas políticas levam a resultados negativos de desenvolvimento devido à privatização de bens públicos, incluindo saúde e educação.
 3. Transformar suas prioridades de resultados exclusivamente econômicos para a redução da desigualdade de forma acelerada e radical, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a integridade ambiental. Ao fazer isso, devem analisar os legados coloniais no sistema econômico global atual.
 - ii. A ONU deve usar a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) para:
 1. Acordar uma *Iniciativa de Redução da Desigualdade* que coloque a redução da desigualdade nacional e global na prioridade do financiamento para o desenvolvimento.
 2. Lançar negociações para uma Conferência-Quadro sobre Dívida Soberana para tratar das causas fundamentais das crises de dívida e oferecer uma abordagem mais equilibrada para a reestruturação e o cancelamento da dívida. É necessário um novo enfoque que evite conflitos de interesse e que não ofereça vantagens estruturais aos credores em detrimento dos devedores.
 3. Abandonar a abordagem do financiamento privado em primeiro lugar, especialmente para setores cruciais responsáveis pelo fornecimento de bens públicos, como saúde e educação. Reformar a arquitetura financeira internacional.
- c. Fortalecer o poder dos governos do Sul Global.
- i. As instituições e as estruturas do Sul Global devem ser fortalecidas para permitir que os países desempenhem um papel mais ativo na implementação das políticas necessárias para a redução da desigualdade. Eles precisam de maior capacidade para negociar a capacidade de implementar essas políticas em instituições globais.
 - ii. Os países do Sul Global devem fortalecer a solidariedade econômica formando alianças comerciais e acordos regionais entre os países do Sul que priorizem trocas equitativas e mutuamente benéficas, promovam a independência econômica e reduzam a dependência de antigas potências coloniais ou das economias do Norte Global.
 - iii. Os países devem promover o desenvolvimento coletivo nas nações do Sul Global por meio, entre outros, do compartilhamento de conhecimento, tecnologia e recursos para promover o desenvolvimento sustentável. Isso permitirá que os países do Sul construam economias auto-suficientes que possam resistir a sistemas globais exploradores.
 - iv. Os países do Sul Global devem convocar uma conferência geral para revisar a *Carta das Nações Unidas*, dentro do Artigo 109.⁵⁷⁸ Isso poderia proporcionar a tão esperada revitalização do Conselho de Segurança e estabelecer um novo contrato social global que redistribua o poder de forma mais equitativa e torne a ONU mais efetiva, aumentando a aplicação e a responsabilidade.⁵⁷⁹
- d. Os países do Norte Global e as antigas potências coloniais⁵⁸⁰ devem financiar uma luta mais radical contra a desigualdade global.
- i. As antigas potências coloniais devem pagar reparações (veja a seção abaixo).
 - ii. Além dessa obrigação, os países do Norte Global devem apoiar o cancelamento de todas as dívidas insustentáveis e desempenhar um papel construtivo e totalmente comprometido no que diz respeito ao rompimento do domínio do Norte Global sobre a economia global em todas as suas formas.

- iii. Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e no FfD4 em 2025, os países do Norte Global devem adotar compromissos concretos para cumprir rapidamente seu compromisso de doar 0,7% do RNB como AOD, no mínimo, e fechar a lacuna de financiamento para a realização dos ODSs em países de baixa e média renda. Também devem se comprometer a pagar um mínimo de US\$ 5 trilhões por ano em dívidas e reparações climáticas. Para levantar esses recursos, eles devem aumentar os impostos sobre as pessoas e as empresas mais ricas, apoiar a emissão regular de Direitos Especiais de Saque (SDRs) e permitir que suas alocações de SDRs sejam usadas pelo Sul Global.⁵⁸¹
- e. Permitir que todas as nações, especialmente as do Sul Global, construam um futuro igualitário, que seja baseado no bem público e em uma economia que cuide das pessoas e do planeta.
 - i. Impedir e reverter a privatização dos principais setores da sociedade, incluindo saúde, educação, transporte, água e assistência. A privatização é o motor para uma crescente desigualdade.
 - ii. Oferecer, em vez disso, educação e saúde universais de alta qualidade, financiadas e fornecidas pelo poder público, e proteção social universal para todos. Assegurar que esses serviços sejam cultural e linguisticamente apropriados e livres de discriminação contra grupos negros e indígenas.
 - iii. Desenvolver a infraestrutura de atendimento como um bem público, priorizando sistemas de atendimento coletivos e voltados para a comunidade que abordem as desigualdades históricas e garantam o acesso equitativo aos recursos. Os governos devem implementar políticas que reconheçam, reduzam, redistribuam e recompensem o trabalho de cuidado não remunerado e mal remunerado e representem os trabalhadores do setor de cuidados, garantindo oportunidades iguais de prosperidade para mulheres, meninas e grupos marginalizados.
 - iv. Reformar os currículos e sistemas educacionais para que reflitam a história, a cultura e as perspectivas da população local. Abandonar as influências coloniais e garantir que a educação seja transformadora e capacite os alunos das comunidades mais afetadas pela desigualdade.
 - v. Investir em transporte público, energia, moradia e outras infraestruturas públicas para reduzir rapidamente a desigualdade.
 - vi. Devolver a terra aos povos originários ou fornecer uma indenização justa e recursos para o desenvolvimento sustentável.
 - vii. Democratizar a governança da terra priorizando a liderança dos povos originários e das comunidades locais, especialmente as mulheres e outras comunidades marginalizadas, nos processos de tomada de decisão. Assegurar que seus direitos, territórios tradicionais e ancestrais sejam protegidos e mantidos em todas as políticas e regulamentações relacionadas à terra, inclusive indenização e restauração de terras.
 - viii. Parar de negociar, assinar, ratificar, aderir e estender novos acordos comerciais que incluam a Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados e remover dos acordos existentes.⁵⁸²
 - ix. Reduzir os gastos militares, interromper a venda de armas a países que as utilizam para violar a legislação internacional humanitária ou de direitos humanos. Eliminar as armas nucleares e realizar o desarmamento nuclear total. Redirecionar o dinheiro das armas e da guerra para a construção de sistemas de solidariedade e cuidado, mitigando a crise climática, construindo energia verde, acabando com a pobreza e a fome e investindo em igualdade de gênero, social e econômica.
 - x. Descolonizar o sistema de financiamento – acabar com as narrativas, os processos e os sistemas coloniais que influenciam e determinam a acessibilidade do financiamento para os movimentos do Sul Global que trabalham por mudanças transformadoras, especialmente os grupos negros e indígenas, e outros grupos marginalizados, as Organizações de Direitos das Mulheres (WROs) e os movimentos feministas. Oferecer flexibilidade aos recursos baseados nas perspectivas e necessidades dos movimentos do Sul Global, especialmente dos movimentos feministas, como forma de descolonizar a arquitetura de financiamento do desenvolvimento.

3. Acabar com o racismo, pedir desculpas e reparar aos danos causados pelo colonialismo. Acabar com a continuidade do colonialismo.

- a. Acabar com o racismo e outras formas de discriminação. Todos os países devem trabalhar com as comunidades e os grupos marginalizados para desenvolver planos que abordem e acabem com o racismo, tanto como um sistema estrutural quanto como uma divisão baseada na identidade, e outras formas de divisão intensificadas pelo colonialismo, incluindo o sexismo, o tribalismo e o casteísmo, entre outros.
 - i. Todos os países devem investir no bem-estar e no empoderamento de grupos negros e indígenas, e de outros grupos historicamente marginalizados para combater o racismo, a discriminação de gênero e outras divisões. Por exemplo, eles devem garantir o acesso universal a serviços públicos gratuitos e universais, como saúde e educação (projetados e prestados de forma totalmente inclusiva, em um ambiente que não seja segregado/sem exclusão quanto a quem pode ter acesso a esse serviço e com um padrão de qualidade uniformemente alto) e leis que garantam os direitos dos trabalhadores (incluindo um salário digno, proteções e negociações coletivas e trabalho de assistência como trabalho real). Os países devem se comprometer a acabar com a desigualdade econômica extrema - dentro dos países e entre eles - e promover os direitos econômicos e sociais para combater o racismo e as várias formas de divisão. Eles devem combater os efeitos combinados do racismo e da discriminação de gênero, em especial sobre as mulheres migrantes, imigrantes, indígenas, de minorias e marginalizadas em todo o mundo, para a plena realização dos direitos humanos nas esferas pública e privada.
 - ii. Todos os governos devem apoiar a coleta e a publicação de dados desagregados de alta qualidade sobre resultados econômicos, inclusive em termos de riqueza e renda e resultados de desenvolvimento, para diferentes gêneros, raças, etnias e outros grupos que enfrentam discriminação.
 - iii. Todos os governos devem estabelecer investimentos e mecanismos institucionais para monitorar e relatar questões de discriminação, auxiliar as vítimas de discriminação, promover a igualdade e apoiar o desenvolvimento de políticas econômicas, sociais e ambientais. Os órgãos destinados a proteger os direitos das vítimas de discriminação devem ser independentes, adequadamente financiados e dotados de profissionais, inclusive com a capacidade de representar as vítimas de discriminação nos tribunais.
 - iv. Em muitos países, especialmente nos antigos e atuais países coloniais, são necessárias mudanças fundamentais na imigração, no policiamento e na educação para garantir que os grupos minoritários, muitas vezes oriundos de antigas colônias, sejam tratados com igualdade e que não haja mais racismo institucional.
 - v. Todos os países anteriormente colonizados devem trabalhar para reformar ou remover as instituições desiguais herdadas que têm uma história colonial. Todas as leis e práticas pré-independência que perpetuam a desigualdade e a discriminação devem ser identificadas e substituídas.
 - vi. Todos os países devem reformar o sistema de justiça criminal para lidar com preconceitos raciais que têm suas raízes em práticas coloniais. Eles devem reconhecer legalmente os direitos dos povos originários, incluindo a manutenção de suas práticas culturais e o gerenciamento de seus recursos.
 - vii. Todos os países devem respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de todos os grupos que enfrentam discriminação. Isso inclui o alinhamento das leis nacionais com as leis e normas internacionais relevantes, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), a Declaração e o Programa de Ação de Durban (DDPA) e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD), apoiando a revitalização das línguas e culturas nativas e estabelecendo mecanismos para monitorar e abordar novas instâncias de racismo sistêmico e condições semelhantes ao apartheid.

- viii. Todos os países devem eliminar as estruturas coloniais que impõem papéis rígidos de gênero, estabelecer proteções legais e políticas antidiscriminatórias que reconheçam e afirmem as identidades diversas de gênero e investir em campanhas de conscientização pública que combatam as narrativas de direita e antigênero, promovendo informações inclusivas e baseadas em evidências sobre gênero, direitos das mulheres e direitos humanos.
 - ix. Todos os países devem apoiar os movimentos antirracistas dos povos originários e de vários grupos sociais oprimidos e as coalizões de organizações feministas, LGBTQIA+ e de direitos humanos que desafiam o racismo, os discursos antigênero e as heranças coloniais.
- b. Pedir desculpas pelo colonialismo. Os governos dos países colonizadores devem reconhecer toda a extensão dos crimes cometidos durante a escravidão e o colonialismo e garantir que eles entrem na memória pública. Um pedido de desculpas completo aceita a responsabilidade, se compromete com a não repetição e se responsabiliza por reparar os danos causados de acordo com as recomendações do plano de 10 pontos da CARICOM para a justiça reparatoria, que pode formar a base para ações que abordem parte da herança da escravidão.⁵⁸³ Isso pode incluir:⁵⁸⁴
- i. Um pedido de desculpas explícito, sincero e formal.⁵⁸⁵ Esse pedido não deve ser feito apenas pelos governos, mas por todos aqueles que lucraram com o colonialismo, inclusive empresas, famílias reais e famílias ricas.
 - ii. Os antigos países coloniais e os antigos Estados colonizados devem considerar o estabelecimento de comissões de “verdade e reconciliação” para descobrir a verdadeira extensão dos crimes cometidos.
 - iii. Os antigos países coloniais e os antigos Estados colonizados podem realizar investigações sobre o impacto da escravidão e do colonialismo, além de uma extensa pesquisa sobre o impacto do colonialismo sobre o gênero e a justiça racial e o desenvolvimento de métodos de reconciliação com a participação de movimentos feministas e de justiça racial para descobrir a extensão dos crimes cometidos.
- iv. Criar instituições para destacar e desfazer as consequências negativas do colonialismo e para proteger as culturas nativas prejudicadas. Os governos coloniais e os estados colonizadores devem apoiar e financiar esforços nesse sentido em países anteriormente colonizados, sobre a violência colonial e a respeito dos povos originários, dos grupos raciais e de outros grupos historicamente oprimidos, especialmente as mulheres. Tanto os países colonizadores quanto os colonizados devem garantir que seus sistemas educacionais ensinem um relato verdadeiro da história colonial e de seus legados contemporâneos.
- c. Pagar reparações pelo colonialismo. Os autores do crime de colonialismo devem pagar indenizações às vítimas para garantir a restituição, proporcionar satisfação, compensar os danos sofridos, garantir a reabilitação e evitar futuros abusos. A União Africana e sua antecessora, a Organização da Unidade Africana, têm exigido reparações desde 1993.⁵⁸⁶ Essa não é uma exigência meramente de compensação monetária, mas de justiça, e constitui apenas um meio de abordar as heranças duradouras da escravidão e do colonialismo. A Oxfam reconhece que não há uma única maneira de pagar por reparações em todos os contextos; quem deve pagar, quanto, como e para quem depende do contexto específico. Embora alguns dos aspectos operacionais da implementação das reparações exijam uma discussão mais aprofundada, é hora de nos comprometermos a apoiar a demanda por justiça reparatoria e contribuir para garantir que os governos resolvam as complexidades necessárias para que isso aconteça.
- Os antigos governos coloniais devem:**
- i. Estabelecer um programa de reparações que compense pessoas e comunidades vítimas da escravidão e do colonialismo, enfatizando a propriedade e o controle locais e incluindo povos originários, grupos negros e indígenas, e outros grupos historicamente marginalizados, inclusive mulheres e pessoas não binárias.
 - ii. Garantir que os processos de tomada de decisão sobre reparações incluam ativamente os povos originários, as comunidades anteriormente colonizadas e os grupos marginalizados,

especialmente as mulheres, nos países anteriormente colonizados e nos movimentos de base, permitindo que eles liderem e desenvolvam políticas que atendam às suas necessidades e prioridades específicas.

- iii. Garantir que aqueles que pagam as reparações sejam os que mais se beneficiaram com o período colonial. As evidências são claras de que os principais beneficiários do colonialismo foram as pessoas ricas dos países ricos, cuja riqueza e seu legado continuam até hoje. Portanto, as desculpas e as reparações, inclusive na forma de impostos, devem vir predominantemente daqueles que mais se beneficiaram com o período colonial; isso inclui as pessoas e as empresas mais ricas, especialmente aquelas com vínculos diretos com os crimes coloniais.
 - iv. Além disso, as reparações também devem ser pagas pelo impacto do colonialismo e da escravidão dentro dos países, com base nos esforços dos movimentos de reparação dentro dos países. Países como os Estados Unidos, por exemplo, têm visto demandas por reparação e progresso em alguns estados em forças-tarefa e comissões de reparação.⁵⁸⁷ Alguns governos locais, igrejas e outras instituições também estão pagando reparações pela escravidão.
- d. Acabar com todo o colonialismo formal em curso.
- i. Os territórios não autônomos que ainda existem devem ser apoiados para que realizem seu direito à igualdade de direitos e à autodeterminação, de acordo com o Artigo 1(2) da Carta das Nações Unidas e a Declaração das Nações Unidas sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais.⁵⁸⁸
 - ii. Todas as novas instâncias de colonialismo devem ser combatidas. Terceiros Estados podem usar medidas restritivas se os responsáveis pelas violações continuarem a agir sem medo.
 - iii. Se opor a todas as narrativas de impérios e imperialismo e, em vez disso, construir narrativas baseadas nos direitos humanos e no Estado de Direito.

Um futuro mais igualitário é possível

Temos sinais evidentes de esperança. A União Africana e os membros da CARICOM criaram um fundo global de reparação e exigiram desculpas formais das nações europeias.⁵⁸⁹ Temos sinais evidentes de esperança. A União Africana e os membros da CARICOM criaram um fundo global de reparação e exigiram desculpas formais das nações europeias. Em 2024, sob a liderança dos países africanos, um Sul Global fortemente unido iniciou com sucesso as negociações para uma estrutura de convenção da ONU sobre cooperação tributária internacional que está confrontando o domínio de décadas do clube rico da OCDE na definição de padrões tributários internacionais e princípios de cooperação. Enquanto isso, sob a liderança do Sul Global, o G20 estabeleceu, pela primeira vez, um compromisso de considerar a cooperação global para tributar de forma mais efetiva as pessoas físicas com patrimônio líquido elevado para combater a desigualdade.⁵⁹⁰ A ação legal da África do Sul na Corte Internacional de Justiça mostra como as nações do Sul Global estão alavancando o direito internacional para enfrentar a violência, a injustiça e a impunidade e para proteger as comunidades marginalizadas.⁵⁹¹

Esses esforços significativos liderados pelo Sul podem ser vistos como um sinal de uma agenda econômica nova, mais inclusiva e progressiva que está rompendo com o neoliberalismo pós-colonial.

Há um longo caminho a percorrer para alcançar tudo o que sonhamos, mas podemos encontrar esperança se buscarmos inspiração e motivação nos movimentos dos povos que lutam contra a desigualdade e resistem ao colonialismo. Um futuro em que os povos originários e as minorias vivam livres do legado devastador do colonialismo é possível. Os governos, sob pressão de seus povos, podem e devem agir agora para combater a desigualdade, reformular as regras globais, acabar com o racismo e reparar os crimes coloniais. As comunidades exploradas em todos os lugares têm o direito de prosperar em um planeta protegido, livre da influência colonial, passada e presente.

Somos solidários com todos aqueles que lutam por um mundo igualitário. Aqueles que lutam todos os dias por economias que se baseiam no cuidado e no bem-estar de todos, e não na ganância de poucos. Isso nos dá esperança de que o futuro será de fato igualitário.

Referências

- 1 Com base nas ações com direito a voto no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o maior braço financeiro do Banco Mundial. Consulte A. Mohseni-Cheraghlou, (11 de abril de 2022). *Democratic challenges at Bretton Woods Institutions (Desafios democráticos nas instituições de Bretton Woods)*. The Atlantic Council. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/inequality-at-the-top-democratic-challenges-at-bretton-woods-institutions/>
- 2 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 3. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 3 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 4. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 4 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 2 e estatística número 8. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 5 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 5. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 6 Banco Mundial. (2024). *Relatório Poverty, Prosperity, and Planet: Pathways Out of the Polycrisis [Caminhos para sair da policrise]*. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet>
- 7 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 8 UBS. (2023). *Billionaire Ambitions Report 2023*. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.ubs.com/content/dam/static/noindex/wealth-management/emea/ubs-billionaire-ambitions-report-2023.pdf>
- 9 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 1. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 10 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 6. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 11 Banco Mundial (2024) *Poverty, Prosperity, and Planet Report, Pathways Out of the Polycrisis*. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet>
- 12 H Brennan & M Durmaz (2024) Global Conflict zones grow by two thirds globally since 2021, covering 6 million km². Political Risk Outlook. Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://www.maplecroft.com/products-and-solutions/geopolitical-and-country-risk/insights/conflict-zones-grow-by-two-thirds-globally-since-2021-covering-6-million-km2/>
- 13 M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills (A desigualdade de carbono mata): Why Curbing the Excessive Emissions of an Elite Few Can Create a Sustainable Planet For All [Por que a contenção das emissões excessivas de uma pequena elite pode criar um planeta sustentável para todos]*. Acessado em 9 de dezembro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-inequality-kills-why-curbing-the-excessive-emissions-of-an-elite-few-can-621656/>
- 14 Oxfam America (2024) Eleição de Donald Trump “um dia difícil em nossa luta contra a desigualdade”, diz Oxfam America. Comunicado à imprensa. Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://www.oxfamamerica.org/press/press-releases/election-of-donald-trump-a-difficult-day-in-our-fight-against-inequality-says-oxfam-america/>
- 15 Ibid.
- 16 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 10. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 17 Banco Mundial. (2024). *Plataforma de Pobreza e Desigualdade* (versão 20240627_2017_01_02_PROD) [conjunto de dados]. Acessado em 11 de novembro de 2024. pip.worldbank.org
- 18 UBS. (2023). *Relatório sobre a riqueza global 2023: Exploring the Fall in Global Household Wealth (Explorando a queda na riqueza global das famílias)*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.ubs.com/global/en/wealthmanagement/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023/exploring.html#:~:text=Global%20Wealth%20Report%202023%3A%20exploring,second%20largest%20reduction%20since%202000>

- 19 ONU. (8 de março de 2024). *1 em cada 10 mulheres no mundo vive em extrema pobreza*. Comunicado à imprensa. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2024/03/1-in-every-10-women-in-the-world-lives-in-extreme-poverty>
- 20 ONU. (2024). *Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: The Gender Snapshot 2024*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://unstats.un.org/sdgs/gender-snapshot/2024/GenderSnapshot2024.pdf>
- 21 Banco Mundial. (2024). *Relatório Poverty, Prosperity, and Planet*, op. cit.
- 22 A. Kamande et al. (2024). *Commitment to Reducing Inequality Index 2024 (Compromisso com a redução do índice de desigualdade 2024)*. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-commitment-to-reducing-inequality-index-2024-621653/>
- 23 Ibid.
- 24 A. Kamande et al. (2024). *Commitment to Reducing Inequality Index 2024 (Compromisso com a redução do índice de desigualdade 2024)*, op. cit.
- 25 C. Coffey et al. (2020). *Time to Care*. Oxfam International. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620928/bp-time-to-care-inequality-200120-en.pdf>
- 26 Veja, por exemplo, Littler, J (2018) *Against Meritocracy Culture, power and myths of mobility [Contra a meritocracia: cultura, poder e mitos da mobilidade]*. London: Routledge e Sandel, M (2022) *The Tyranny of Merit: What's become of the Common Good?* London: Penguin Press.
- 27 UBS. (2023) *Billionaire Ambitions Report 2023*, op. cit.
- 28 R. Neate. (3 de abril de 2024). *Todos os bilionários com menos de 30 anos herdaram sua riqueza, segundo pesquisa*. The Guardian. Acessado em 20 de outubro de 2024. <https://www.theguardian.com/business/2024/apr/03/all-billionaires-under-30-have-inherited-their-wealth-research-finds>
- 29 UBS. (2023). *Billionaire Ambitions Report 2023*, op. cit.
- 30 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 31 M-B Christensen et al. (2023). *Survival of the Richest (Sobrevivência dos mais ricos)*. Oxfam. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621477/bp-survival-of-the-richest-160123-en.pdf>
- 32 M-B Christensen et al. (2023). *Survival of the Richest (Sobrevivência dos mais ricos)*, op. cit.
- 33 C. Brown et al. (2024). *Econo Nuestra: Time for an Economy for Everyone (Hora de uma economia para todos)*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://lac.oxfam.org/publicaciones/econonuestra>
- 34 *The Economist*. (2014). *The New Age of Crony Capitalism. [A nova era do capitalismo de compadrio]*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.economist.com/leaders/2014/03/13/the-new-age-of-crony-capitalism>; D. Jacobs. (2015). *Extreme Wealth is Not Merited [A riqueza extrema não é merecida]*. Oxfam. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/dp-extreme-wealth-is-not-merited-241115-en.pdf; H. Cortés Saenz e D. Itrágo. (2018). *The Capture Phenomenon (O fenômeno da captura): Unmaking Power*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://cdn2.hubspot.net/hubfs/426027/Oxfam-Website/oi-informes/Capture_Methodology_2018-en.pdf.
- 35 Ibid.
- 36 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 37 R. Riddell et al. (2024). *Inequality Inc. (Desigualdade)*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/research/inequality-inc>
- 38 Tessa nova era surgiu a partir da década de 1980. FMI. (2021). *Rising Corporate Market Power: Emerging Policy Issues [Aumento do poder do mercado corporativo: questões emergentes de política]*. Notas de discussão da equipe. Acessado em 19 de novembro de 2024. <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2021/03/10/Rising-Corporate-Market-Power-Emerging-Policy-Issues-48619>; UNCTAD. (2017). *Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento 2017: Beyond Austerity: Towards A Global New Deal*. Acessado em 19 de novembro de 2024. https://unctad.org/system/files/official-document/tdr2017_en.pdf
- 39 Z. Teachout. (2020). *Break 'em Up: Recovering Our Freedom from Big Ag, Big Tech, and Big Money [Recuperando nossa liberdade da grande agricultura, da grande tecnologia e do grande dinheiro]*. Cidade de Nova York: All Points Books.

- 40 Forbes. (2024). *Jeff Bezos*. Acessado em 17 de novembro de 2024. <https://www.forbes.com/profile/jeff-bezos/?list=rtb/>
- 41 SOMO. (2024). *Amazon's European Chokehold*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.somo.nl/wp-content/uploads/2023/06/Rapport-Amazon.pdf>
- 42 Forbes. (2024). *Aliko Dangote*. Acessado em 5 de novembro de 2024. <https://www.forbes.com/profile/aliko-dangote/?list=rtb/>
- 43 The Economist. (2016). *A oportunidade de 1,2 bilhão. Relatório especial: Business in Africa*. Acessado em 1º de dezembro de 2024. <https://www.economist.com/special-report/2016/04/14/12-billion-opportunities>
- 44 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 45 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 9. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 46 D. Conn. (16 de abril de 2023). *Os reis e rainhas britânicos que apoiaram e lucraram com a escravidão*. *The Guardian*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.theguardian.com/uk-news/2023/apr/06/the-british-kings-and-queens-who-supported-and-profited-from-slavery>
- 47 A. Hochschild. (2006). *King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa [O Fantasma do Rei Leopoldo: Uma História de Ganância, Terror e Heroísmo na África Colonial]*. Mariner Books. pp. 225-233.
- 48 National Trust. (2020). *Interim Report on the Connections between Colonialism and Properties now in the Care of the National Trust, Including Links with Historic Slavery (Relatório provisório sobre as conexões entre o colonialismo e as propriedades atualmente sob os cuidados do National Trust, incluindo conexões com a escravidão histórica)*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://nt.global.ssl.fastly.net/binaries/content/assets/website/national/pdf/colonialism-and-historic-slavery-report.pdf>
- 49 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 11. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 50 M. Green, D. Dorling e R. Mitchell. (2018). Updateing Edwin Chadwick's Seminal Work on Geographical Inequalities by Occupation" [Atualizando o trabalho seminal de Edwin Chadwick sobre desigualdades geográficas por ocupação]. *Social Science & Medicine*, 197, 59-62. Acessado em 19 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.11.055>
- 51 S. Lindqvist. (2002). *Exterminate All the Brutes. [Exterminar todos os brutos]* London: Granta Books.
- 52 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 6. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 53 P. Farmer. (2006). *The Uses of Haiti [Os usos do Haiti]*. Maine: Common Courage Press; L. Bénistant. (2022). *The Compensation of Slave Owners After the Abolition of Slavery in the French and British colonies: a Comparative and Quantitative Perspective* [A indenização dos proprietários de escravos após a abolição da escravidão nas colônias francesas e britânicas: uma perspectiva comparativa e quantitativa]. Acessado em 15 de outubro de 2024. <http://piketty.pse.ens.fr/files/Benistant2022.pdf>; C. Porter et al. (20 de maio de 2022). *The Root of Haiti's Misery: Reparations to Enslavers [Reparações aos escravizadores]*. The New York Times. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://www.nytimes.com/2022/05/20/world/americas/haiti-history-colonized-france.html>
- 54 Comissão Nacional de Reparação Afro-Americana. (2021). *A vergonha colonial da Grã-Bretanha: Proprietários de escravos recebem enormes indenizações após a abolição*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://reparationscomm.org/reparations-news/britains-colonial-shame-slave-owners-given-huge-payouts-after-abolition/>
- 55 O dano quantificado para os períodos de escravização e pós-escravização é estimado em US\$ 77-108 trilhões e US\$ 22,9 trilhões, respectivamente. C. Bazelon et al. (2023). *Quantification of Reparations for Transatlantic Chattel Slavery [Quantificação de reparações para a escravidão transatlântica de bens móveis]*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.brattle.com/wp-content/uploads/2023/07/Quantification-of-Reparations-for-Transatlantic-Chattel-Slavery.pdf>
- 56 W. Pavia. (2023). *Nações caribenhas buscarão US\$ 33 trilhões em reparações por escravidão*. *The Times*. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://www.thetimes.com/world/europe/article/caribbean-nations-to-seek-33-trillion-in-slavery-reparations-2mnlzmm9l> [paywall]

- 57 Incluindo taxa de juros de 3% de acordo com: T. Craemer. (2023). *Houve um tempo em que as reparações foram de fato pagas - mas não para pessoas anteriormente escravizadas*. *UConn Today*. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://today.uconn.edu/2021/03/there-was-a-time-reparations-were-actually-paid-out-just-not-to-formerly-enslaved-people/> e Craemer (2015) *Estimating Slavery Reparations: Present Value Comparisons of Historical Multigenerational Reparations Policies (Comparações de valor presente de políticas de reparações históricas multigeracionais)*. Universidade de Connecticut. Acessado em 15 de outubro de 2024. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ssqu.12151>
- 58 L. Chancel and T. Piketty. (2021). 'Global Income Inequality, 1820–2020: the Persistence and Mutation of Extreme Inequality'. *Journal of the European Economic Association*, 19(6), 3025–62. <https://doi.org/10.1093/jeea/jvab047>
- 59 D. Saloni et al. (2023) *Life Expectancy. Nosso mundo em dados*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://ourworldindata.org/life-expectancy>
- 60 C. N. Haddad et al. (17 de junho de 2024). *Por dentro do novo indicador de desigualdade do Banco Mundial: O número de países com alta desigualdade*. Blog do Banco Mundial. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/inside-the-world-bank-s-new-inequality-indicator--the-number-of->
- 61 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 17. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 62 D. D. Reidpath and P. Allotey. (2019). 'The problem of "trickle-down science" from the Global North to the Global South'. *BMJ Global Health*, 2019;4:e001719. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2019-001719>; E. Culotta, S. Chakradhar and R. P. Ortega. (2024). 'Remapping Science: Researchers Reckon with a Colonial Legacy'. *Science*, 385(6709). Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.science.org/content/article/scientists-confronting-lingering-imprint-colonialism>
- 63 V. Amarante et al. (2021). 'Underrepresentation of Developing Country Researchers in Development Research' [Sub-representação de pesquisadores de países em desenvolvimento na pesquisa sobre desenvolvimento]. *Applied Economics Letters*, 29(17), 1659–64. <https://doi.org/10.1080/13504851.2021.1965528>
- 64 N. Hillman. (2017). *O Reino Unido é (apenas) o número 1 na educação dos líderes mundiais*. HEPI. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.hepi.ac.uk/2017/08/05/uk-just-number-1-educating-worlds-leaders/>
- 65 R. F. Tusalem. (2016). "The Colonial Foundations of State Fragility and Failure" [Os fundamentos coloniais da fragilidade e do fracasso do Estado]. *Polity*. 48(4). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1057/s41279-016-0006-4>. Esse artigo também destaca que o grau de fragilidade persistente varia consideravelmente entre as diferentes antigas potências coloniais.
- 66 A. Quijano and M. Ennis. (2000). 'Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America', *International Sociology*, 15(2) 215–232. Accessed 18 December 2024. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580900015002005>
- 67 C. J. Robinson. (2000). *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition [Marxismo Negro: A Criação da Tradição Radical Negra]*. Chapel Hill, Carolina do Norte: University of North Carolina Press.
- 68 A. Quijano and M. Ennis. (2000). 'Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America', op. cit..
- 69 Instituto Australiano de Saúde e Bem-Estar. (n.d.). *Aboriginal and Torres Strait Islanders Health Performance Framework - Summary Report (Estrutura de desempenho da saúde dos aborígenes e das ilhas do Estreito de Torres)*. Acessado em 16 de setembro de 2024. <https://www.indigenoushpf.gov.au/report-overview/overview/summary-report/5-tier-2-%E2%80%93-determinants-of-health/income>.
- 70 Departamento de Estatística da África do Sul. (2020). *How Unequal is South Africa?* Data Stories. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.statssa.gov.za/?p=12930>
- 71 R. Riddell et al. (2024) *Inequality Inc.*, op. cit.
- 72 M. Lange, T. Jeong e E. Amasyali. (2021). "The Colonial Origins of Ethnic Warfare" (As origens coloniais da guerra étnica), op. cit.
- 73 Por exemplo, em Uganda. F. Meier Zu Selhausen e J. Weisdorf. (2016). "A Colonial Legacy of African Gender Inequality? Evidence from Christian Kampala, 1895–2011". *The Economic History Review*, 69, 229–57. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1111/ehr.12120>; K. Sheldon. (2013). "Women and Colonialism" [Mulheres e Colonialismo]. *African Studies*. Acessado em 9 de dezembro de 2024. <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199846733/obo-9780199846733-0067.xml>
- 74 K. Sheldon. (2013). "Women and Colonialism" (Mulheres e Colonialismo), op. cit.

- 75 P. G. Kameri-Mbote. (2002). "Gender Dimensions of Law, Colonialism and Inheritance in East Africa: Kenyan Women's Experiences". *Verfassung Und Recht in Übersee/Law and Politics in Africa, Asia and Latin America*, 35(3), 373-98. Accessed 1 October 2024. <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0506-7286-2002-3-373/gender-dimensions-of-law-colonialism-and-inheritance-in-east-africa-kenyan-women-s-experiences-volume-35-2002-issue-3?page=1>
- 76 C. Voyageur. (2011). 'Female First Nations Chiefs and the Colonial Legacy in Canada'. *American Indian Culture and Research Journal*, 35(3). Acessado em 1º de outubro de 2024. <https://escholarship.org/uc/item/1ft8336w>
- 77 ILGA World. (2023). *The impact of colonial legacies in the lives of LGBTI+ and other ancestral sexual and gender diverse persons: submission to the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity (O impacto dos legados coloniais na vida de pessoas LGBTI+ e outras pessoas ancestrais com diversidade sexual e de gênero: apresentação ao Especialista Independente em proteção contra a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero)*. Acessado em 1º de outubro de 2024. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/cfi-subm/2308/subm-colonialism-sexual-orientation-cso-ilga-world-joint-submission-input-1.docx>
- 78 E. Han e J. O'Mahoney. (2014). "British Colonialism and the Criminalization of Homosexuality" [Colonialismo britânico e a criminalização da homossexualidade]. *Cambridge Review of International Affairs*, 27(2), 268-88. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://centaur.reading.ac.uk/80592/>
- 79 L. Merling (2022) No voice for the vulnerable: Climate change and the need for quota reform at the IMF (Mudanças climáticas e a necessidade de reforma das cotas no FMI). Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://www.bu.edu/gdp/2022/10/11/no-voice-for-the-vulnerable-climate-change-and-the-need-for-quota-reform-at-the-imf/>
- 80 A. Mohseni-Cheraghloou, (11 de abril de 2022). *Democratic challenges at Bretton Woods Institutions (Desafios democráticos nas instituições de Bretton Woods)*. Conselho do Atlântico. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/inequality-at-the-top-democratic-challenges-at-bretton-woods-institutions/>
- 81 J. Hickel. (26 de novembro de 2020). *Apartheid no Banco Mundial e no FMI*. Al Jazeera. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/11/26/it-is-time-to-decolonise-the-world-bank-and-the-imf>
- 82 R. Siddiqui. (29 de março de 2024). *Reforma do Conselho de Segurança da ONU: The Urgent Need to Decolonize* [A necessidade urgente de descolonizar]. Diplomacia Moderna. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://modern diplomacy.eu/2024/03/29/un-security-council-reform-the-urgent-need-to-decolonize/>
- 83 D. Archer & R Saalbrink (2021) The Public versus Austerity: Why Public Sector Wage Bill Constraints must end. Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://actionaid.org/publications/2021/public-versus-austerity-why-public-sector-wage-bill-constraints-must-end#downloads>
- 84 UNESCO. (1995). *Effects of structural adjustment programmes on education and training (Efeitos dos programas de ajuste estrutural na educação e no treinamento)*. Documento do Conselho Executivo da UNESCO, 147ª Sessão. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000101342>
- 85 M. Thomson, A. Kentikelenis e T. Stubbs. (2017). 'Structural Adjustment Programmes Adversely Affect Vulnerable Populations: a Systematic-Narrative Review of their Effect on Child and Maternal Health. *Public Health Reviews*, 38(13). Acessado em 13 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1186/s40985-017-0059-2>
- 86 Justiça da dívida. (2023). *Interest Paid by Low- and Middle-Income Countries on Sovereign External Debt Repayment from 1970-2023 (Juros pagos por países de renda baixa e média sobre o pagamento da dívida externa soberana de 1970 a 2023)*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/09/Interest-paid-by-global-south-countries-on-sovereign-external-debt-repayments-from-1970-2023.pdf>
- 87 Oxfam. (13 de abril de 2023). *Para cada US\$ 1 que o FMI incentivou um conjunto de países pobres a gastar em bens públicos, ele lhes disse para cortar quatro vezes mais por meio de medidas de austeridade*. Press release. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/every-1-imf-encouraged-set-poor-countries-spend-public-goods-it-has-told-them-cut>
- 88 IMF. (n.d). *Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (Composição de Moeda das Reservas Oficiais de Câmbio)*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://data.imf.org/?sk=e6a5f467-c14b-4aa8-9f6d-5a09ec4e62a4>
- 89 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 1. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>

- 90 Rede de Justiça Tributária. (2021). *The State of Tax Justice 2021 (O estado da justiça tributária 2021)*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2021/>
- 91 Tax Justice Network [Rede de Justiça Fiscal]. (n.d.). *Where are tax havens located?* Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://taxjustice.net/faq/where-are-tax-havens-located/>
- 92 W. Dalrymple e O. Fraser. (2022). *The Anarchy; The East India Company, Corporate Violence, and the Pillage of an Empire [A Anarquia; A Companhia das Índias Orientais, a Violência Corporativa e a Pilhagem de um Império]*. Londres: Bloomsbury Publishing.
- 93 J. Hickel, M. Hanbury Lemos e F. Barbour. (2024). 'Unequal Exchange of Labour in the World Economy'. *Nature Communications*, 15(1), 1-12. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1038/s41467-024-49687-y>
- 94 J. Hickel et al. (2022). 'Imperialist Appropriation in the World Economy: Drain from the Global South Through Unequal Exchange, 1990–2015'. *Global Environmental Change*, 73. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>
- 95 Britannica. (2024). *Conferência de Bandung*. *Encyclopedia Britannica*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.britannica.com/event/Bandung-Conference>
- 96 Grupo de Apoio às Instituições Africanas. (2024). *AU Unveils Bold 2025 Theme: Demand for Justice and Reparations for Africans and Diaspora (Exigência de Justiça e Reparações para os Africanos e a Diáspora)*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://blackgoldcommunications.com/au-unveils-bold-2025-theme-demand-for-justice-and-reparations-for-africans-and-diaspora/>
- 97 Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU. (2024). *ONU realizará 'Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social' em 2025*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.un.org/en/desa/un-hold-second-world-summit-social-development-2025>
- 98 O índice de Palma é uma medida de desigualdade de renda que se concentra nos extremos da distribuição de renda em uma população. Ele foi introduzido pelo economista Gabriel Palma e enfatiza as disparidades entre ricos e pobres, ao contrário de outras medidas, como o coeficiente de Gini, que analisa a desigualdade em todo o espectro de renda. Veja: A Kamande. [26 de julho de 2023]. *What is the Palma Ratio?* Blog Views & Voices da Oxfam. Acessado em 20 de novembro de 2024. <https://views-voices.oxfam.org.uk/2023/07/what-is-palma-ratio-inequality/>
- 99 F. Kelleher (2021). *A Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) e as Mulheres: Uma análise feminista pan-africana*. FEMNET. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.femnet.org/wp-content/uploads/2021/04/AfCFTA-Paper-Policy-Brief-English-2.pdf>
- 100 ONU (nd) *United Nations and decolonization [Nações Unidas e descolonização]*. Acessado em 09 de dezembro de 2024. <https://www.un.org/dppa/decolonization/about-on-28/09/2024>
- 101 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 3. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 102 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 4. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 103 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 2 e estatística número 8. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 104 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 5. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 105 Banco Mundial. (2024). *Relatório Poverty, Prosperity, and Planet, Pathways Out of the Polycrisis (Pobreza, Prosperidade e Planeta)*. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet>
- 106 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 107 UBS. (2023) *Billionaires Ambition 2023: Changing of the Guard*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.ubs.com/content/dam/static/noindex/wealth-management/emea/ubs-billionaire-ambitions-report-2023.pdf>
- 108 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 1. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 109 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 1. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>

- 110 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 6. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 111 Banco Mundial. (2024) *Poverty, Prosperity, and Planet Report, Pathways Out of the Polycrisis*, op. cit.
- 112 H Brennan & M Durmaz (2024) op.cit.
- 113 ibid.
- 114 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 10. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 115 Banco Mundial. (2024). *Poverty and Inequality Platform* (versão 20240627_2017_01_02_PROD) [conjunto de dados]. Acessado em 11 de novembro de 2024. pip.worldbank.org
- 116 UBS. (2023). *Global Wealth Report 2023: Exploring the Fall in Global Household Wealth (Explorando a queda na riqueza global das famílias)*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.ubs.com/global/en/wealthmanagement/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023/exploring.html#:~:text=Global%20Wealth%20Report%202023%3A%20exploring,second%20largest%20reduction%20since%202000>
- 117 ONU. (2024). *1 em cada 10 mulheres no mundo vive em extrema pobreza*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2024/03/1-in-every-10-women-in-the-world-lives-in-extreme-poverty>
- 118 ONU. (2024). *Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, The Gender Snapshot 2024*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://unstats.un.org/sdgs/gender-snapshot/2024/GenderSnapshot2024.pdf>
- 119 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2024). *Índice Global de Pobreza Multidimensional (MPI) de 2024: Poverty amid conflict (Pobreza em meio a conflitos)*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://hdr.undp.org/content/2024-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>
- 120 FAO, IFAD, UNICEF, WFP, and WHO. (2024). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024: Financing to End Hunger, Food Insecurity and Malnutrition in All Its Forms* [Financiamento para acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas]. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://openknowledge.fao.org/items/09ed8fec-480e-4432-832c-5b56c672ed92>
- 121 Banco Mundial. (2024). *Poverty, Prosperity, and Planet Report, Pathways Out of the Polycrisis*, op. cit.
- 122 Ibid.
- 123 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 17. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 124 A. Kamande et al. (2024). *Commitment to Reducing Inequality Index 2024 (Compromisso com o Índice de Redução da Desigualdade 2024)*. Oxfam. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-commitment-to-reducing-inequality-index-2024-621653/>
- 125 Ibid.
- 126 Ibid.
- 127 OIT. (5 de março de 2023). *New Data Shine Light on Gender Gaps in the Labour Market (Novos dados revelam lacunas de gênero no mercado de trabalho)*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.ilo.org/publications/new-data-shine-light-gender-gaps-labour-market>
- 128 Federal Reserve. (2024). *Distributional Financial Accounts (Contas financeiras distributivas)*. Acessado em 31 de outubro de 2024. <https://www.federalreserve.gov/releases/z1/dataviz/dfa/distribute/chart/#quarter:139;series:Net%20worth;demographic:race;population:1,3,5,7;units:shares;range:1989.4,2024.2>
- 129 Women’s Budget Group, Tax Justice UK e Patriotic Millionaires UK. (2023). *A diferença de riqueza entre os sexos sobe para 42% aos 64 anos, com uma disparidade impressionante de 177% em ações e um grave impacto econômico de longo prazo sobre as mulheres, avverte o Women’s Budget Group*. Comunicado à imprensa. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.wbg.org.uk/article/gender-wealth-gap-soars-to-42-by-age-65-with-staggering-177-disparity-in-shares-and-severe-long-term-economic-impact-on-women-warns-womens-budget-group/>
- 130 Diferentes pesquisadores e bancos de dados adotam diferentes definições de Norte Global e Sul Global. Usamos a lista do Centro Financeiro para Cooperação Sul-Sul para determinar o que é um país do Sul Global. A maioria deles são países de renda baixa e média e países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, embora reconheçamos que alguns países do Oriente Médio, do Sudeste Asiático e do Caribe sejam agora países de alta renda. A maioria dos países do Sul Global são ex-colônias ou semicolônias e muitas vezes se uniram em torno de interesses comuns. Juntos, esses 145 países (incluindo a Palestina como observadora da ONU) representam 85,8% da população mundial.

- 131 D. Acemoglu. (30 de janeiro de 2017). *O impacto econômico do colonialismo*. Coluna CEPR VoxEU. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://cepr.org/voxeu/columns/economic-impact-colonialism>
- 132 L. Chancel e T. Piketty. (2021). 'Global Income Inequality, 1820-2020: the Persistence and Mutation of Extreme Inequality'. *Journal of the European Economic Association*, 19(6), 3025-62. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1093/jeea/jvab047>
- 133 R. Kanbur, E. Ortiz-Juarez e A. Sumner. (2022). *The Global Inequality Boomerang*. Documento de discussão do IZA nº 15161. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://ssrn.com/abstract=4114720> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4114720>
- 134 *ibid.*
- 135 M. Tabutin e B. Masquelier. (2017). "Mortality Inequalities and Trends in Low- and Middle-Income Countries, 1990-2015" [Desigualdades e tendências de mortalidade em países de baixa e média renda, 1990-2015]. *Population*, 72(2017/2), 221-96. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://shs.cairn.info/journal-population-2017-2-page-221?lang=en>
- 136 D. Saloni et al. (2023) *Life Expectancy*. Nosso mundo em dados. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://ourworldindata.org/life-expectancy>
- 137 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 8. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 138 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 8. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 139 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 8. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 140 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 18. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 141 Banco Mundial. (2024). *Relatório Poverty, Prosperity, and Planet, Pathways Out of the Polycrisis*, op. cit. j50
- 142 M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills: Why Curbing the Excessive Emissions of an Elite Few Can Create a Sustainable Planet For All*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-inequality-kills-why-curbing-the-excessive-emissions-of-an-elite-few-can-621656/>
- 143 Banco Mundial. (2024). *Relatório Poverty, Prosperity, and Planet, Pathways Out of the Polycrisis*, op. cit.
- 144 K. Pickett et al. (2024). 'The Spirit Level at 15'. Londres: The Equality Trust. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.15124/yao-de9s-7k93>
- 145 S. Gupta, H. Davoodi e R. Alonso-Terme. (1998). *Does Corruption Affect Income Inequality and Poverty?* Documento de trabalho do FMI. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9876.pdf>
- 146 A. Chong e M. Gradstein. (2007). "Inequality and Institutions" (Desigualdade e instituições). *The Review of Economics and Statistics*, 89(3), 454-65. Acessado em 10 de outubro de 2024. <http://www.jstor.org/stable/40043041>
- 147 G. Gonzales et al. (2015). *Catalyst for Change: Empowering Women and Tackling Income Inequality (Capacitação das mulheres e combate à desigualdade de renda)*. Nota de discussão da equipe do FMI. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1520.pdf>
- 148 E. D. Gould e A. Hijzen. (2016). *Growing Apart, Losing Trust? The Impact of Inequality on Social Capital (O impacto da desigualdade no capital social)*. Documento de trabalho do FMI, W0/16/176. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp16176.pdf>
- 149 R. G. Wilkinson e K. E. Pickett. (2009). "Income Inequality and Social Dysfunction" [Desigualdade de renda e disfunção social]. *Annual Review of Sociology*, 35. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-soc-070308-115926>
- 150 S. Bruce. (2018). "The Relationship Between Income Inequality and Authoritarianism" [A relação entre desigualdade de renda e autoritarismo]. SSRN. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3273660
- 151 T. Landman e M. Larizza (2009). "Inequality and Human Rights: Who Controls What, When, and How" [Quem controla o quê, quando e como]. *International Studies Quarterly*, 55, 715-36. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://repository.essex.ac.uk/3482/1/2009_%20%E2%80%98Inequality%20and%20Human%20Rights%20Who%20Controls%20What%2C%20When%2C%20and%20How%E2%80%99.pdf

- 152 U. Uzar. (2023). 'Income Inequality, Institutions and Freedom of the Press: Potential Mechanisms and Evidence'. *Sustainability*, 15(17), 12927. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.mdpi.com/2071-1050/15/17/12927>
- 153 Y. Gu e Z. Wang. (2022). 'mer'. *Journal of Chinese Political Science*, 27(2), 375-98. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8608558/>
- 154 Oxfam America (2024) Eleição de Donald Trump "um dia difícil em nossa luta contra a desigualdade", diz Oxfam America. Comunicado à imprensa. Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://www.oxfamamerica.org/press/press-releases/election-of-donald-trump-a-difficult-day-in-our-fight-against-inequality-says-oxfam-america/>
- 155 Cronismo aqui se refere à influência do setor privado sobre a regulamentação do governo em seu próprio interesse. Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7 para obter mais detalhes. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 156 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 157 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 158 UBS. (2023). *Billionaires Ambition 2023: Changing of the Guard*, op. cit.
- 159 Ibid.
- 160 R. Neate. (2024). *Todos os bilionários com menos de 30 anos herdaram sua riqueza, segundo pesquisa*, op. cit.
- 161 Merrill. (n.d.). *A "Grande Transferência de Riqueza" transformará os mercados?* Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.ml.com/articles/great-wealth-transfer-impact.html>
- 162 R. Neate. (2024). *Todos os bilionários com menos de 30 anos herdaram sua riqueza, segundo pesquisa*, op. cit.; UBS. (2023). *Billionaires Ambition 2023: Changing of the Guard*, op. cit.
- 163 M-B Christensen et al. (2023). *Survival of the Richest (Sobrevivência dos mais ricos)*, op. cit.
- 164 C. Brown et al. (2024). *Econo Nuestra: Tempo para uma economia para todos*, op. cit.
- 165 *The Economist*. (13 de março de 2014). *The New Age of Crony Capitalism [A nova era do capitalismo de compadrio]*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.economist.com/leaders/2014/03/13/the-new-age-of-crony-capitalism>; D. Jacobs. (2015). *Extreme Wealth is Not Merited [A riqueza extrema não é merecida]*. Oxfam. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/dp-extreme-wealth-is-not-merited-241115-en.pdf; H. Cortés Saenz e D. Itriago. (2018). *The Capture Phenomenon (O fenômeno da captura): Unmaking Power*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://cdn2.hubspot.net/hubfs/426027/Oxfam-Website/oi-informes/Capture_Methodology_2018-en.pdf
- 166 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 167 R. Riddell et al. (2024). *Inequality, Inc.*, op. cit.
- 168 Essa nova era surgiu a partir da década de 1980. Veja: FMI. (2021). *Rising Corporate Market Power*, op. cit.; UNCTAD. (2017). *Beyond Austerity: Towards A Global New Deal*, op. cit.
- 169 N. Glynn e N. Dearden. (2023). *Monopoly Capitalism: What is it and how do we fight it?* Global Justice Now. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.globaljustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/03/Monopoly-capitalism-primer-WEB-FINAL.pdf>
- 170 Z. Teachout. (2020). *Break 'em Up: Recovering Our Freedom from Big Ag, Big Tech, and Big Money*, op. cit.
- 171 W. Chen et al. (2019). *World Economic Outlook, Growth Slowdown, Precarious Recovery (Perspectiva Econômica Mundial, Desaceleração do Crescimento, Recuperação Precária)*. Capítulo 2: "The Rise of Corporate Market Power and Its Macroeconomic Effects". FMI. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/WE0/2019/April/English/ch2.aspx>
- 172 L. Khan e S. Vaheesan. (2017). 'Market Power and Inequality: The Antitrust Counterrevolution and Its Discontents'. *11 Harvard Law & Policy Review*, 235. Arquivo de publicações acadêmicas do corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de Columbia. Acessado em 10 de outubro de 2024. https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/2790
- 173 D. A. Vázquez Pimental, I. Macías Ayma e M. Lawson. (2018). *Reward Work not Wealth [Recompensar o trabalho e não a riqueza]*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/research/reward-work-not-wealth>

- 174 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 175 Forbes. (2024) *Jeff Bezos*, op. cit.
- 176 SOMO. (2024). *Amazon's European Chokehold*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.somo.nl/wp-content/uploads/2023/06/Rapport-Amazon.pdf>
- 177 Comissão Europeia. (2023). Caso AT.40462 - *Amazon Marketplace* e AT.40703 - *Amazon Buy Box*. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://ec.europa.eu/competition/antitrust/cases1/202310/AT_40703_8990760_1533_5.pdf
- 178 *The Economist*. (2016). *The 1.2 Billion Opportunity [A oportunidade de 1,2 bilhão]*. Acessado em 21 de novembro de 2024. https://www.economist.com/sites/default/files/20160416_africa.pdf
- 179 Forbes. (2024). *Aliko Dangote*, op. cit.
- 180 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 7. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 181 Banco Mundial. (2024). *Poverty, Prosperity, and Planet Report, Pathways Out of the Polycrisis*. op.cit.
- 182 Tabela 9.2. em M. Moatsos. (2021). 'Global extreme poverty: Present and past since 1820'. *How Was Life? Volume II: New Perspectives on Well-being and Global Inequality since 1820 (Novas perspectivas sobre bem-estar e desigualdade global desde 1820)*. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/e20f2f1a-en>
- 183 A média dos EUA, França, Alemanha, Reino Unido e Espanha em 1900 era de que o 1% do topo tinha 23% da renda total e os 50% mais pobres tinham 15%. Dados do WID; consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 11. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 184 M. A. Green, D. Dorling e R. Mitchell. (2018). 'Updating Edwin Chadwick's Seminal Work on Geographical inequalities by Occupation' [Atualizando o trabalho seminal de Edwin Chadwick sobre desigualdades geográficas por ocupação]. *Social Science & Medicine*, 197, 59-62. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.11.055>
- 185 P. Thane. (2018). *Poverty in the Divided Kingdom [Pobreza no Reino Dividido]*. History & Policy. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/poverty-in-the-divided-kingdom>
- 186 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 6. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 187 C. Dejung, D. Motadel e J. Osterhammel. (2019). *The Global Bourgeoisie: The Rise of the Middle Classes in the Age of Empire [A ascensão da classe média na era do império]*. Princeton: Princeton University Press.
- 188 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 6. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 189 Y. Merouani e F. Perrin. (2022). Gender and the Long-run Development Process. A Survey of the Literature". *European Review of Economic History*, 26(4), 612-41. Acessado em 21 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1093/ereh/heac008>
- 190 G. Alfani. (2023). *As Gods Among Men: A history of the Rich in the West [Uma história dos ricos no Ocidente]*. Princeton University Press.
- 191 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 1. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 192 Universidade de Newcastle, Austrália. (2022). *New Evidence Reveals Aboriginal Massacres Committed on Extensive Scale [Novas evidências revelam massacres de aborígenes cometidos em larga escala]*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.newcastle.edu.au/newsroom/featured/new-evidence-reveals-aboriginal-massacres-committed-on-extensive-scale>; A. Brett. (2015). "'The Miserable Remnant of this Ill-used People": Colonial Genocide and the Mori of New Zealand's Chatham Island'. *Journal of Genocide Research*, 17(2), 133-152. Acessado em 21 de novembro de 2024. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14623528.2015.1027073>; K. Anderson. (2015). *Colonialism and Cold Genocide: The Case of West Papua*. *Genocide Studies and Prevention: An International Journal*, 9(2), 9-25. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://digitalcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1270&context=gsp>
- 193 A. Koch et al. (2019). 'Earth System Impacts of the European Arrival and Great Dying in the Americas after 1492'. *Quaternary Science Reviews*, 207, 12-36. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2018.12.004>

- 194 F. Dhont e B. Kiernan. (2023). *Genocide in the Spice Islands: The Dutch East India Company and the Destruction of the Banda Archipelago Civilisation in 1621*, 186–214. Capítulo em *The Cambridge World History of Genocide*. N. Blackhawk, B. Kiernan, B. Madley e R. Taylor (eds.). Cambridge: Cambridge University Press.
- 195 W. Van Lent, G. Islam e I. Chowdhury. (2022). “Civilized Dispossession” (Despossessão civilizada): Corporate Accumulation at the Dawn of Modern Capitalism”. *Organization Studies*, 43(12), 1941–1966. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1177/01708406211026127>
- 196 B. Salvaing. (2020). ‘Trabalho forçado em colônias europeias’. *Encyclopédie d’histoire numérique de l’Europe [online]*, ISSN 2677-6588. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://ehne.fr/en/node/12505>
- 197 A. Césaire. (1950). *Discourse on Colonialism [Discurso sobre o Colonialismo]*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.
- 198 A. Quijano and M. Ennis. (2000). ‘Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America’, op. cit.
- 199 D. Clingingsmith and J. Williamson. (2005). *India’s Deindustrialization in the 18th and 19th Centuries*. London School of Economics. Accessed 10 October 2024. <https://www.lse.ac.uk/Economic-History/Assets/Documents/Research/GEHN/GEHNConferences/conf7/Conf7-Williamson.pdf>; P. Bairoch. (1982). ‘International Industrialization Levels from 1750 to 1980.’ *Journal of European Economic History*, 11(Fall), 269–333.
- 200 U. Patnaik. (2017). ‘Revisiting the “Drain”, or Transfer from India to Britain in the Context of Global Diffusion of Capitalism’ in S. Chakrabarti and U. Patnaik (eds.) *Agrarian and Other Histories: Essays for Binay Bhushan Chaudhuri*. New Delhi: Tulika Books.
- 201 This includes unequal trade, taxes and foreign exchange manipulation; U. Patnaik. (2017). ‘Revisiting the “Drain”, or Transfer from India to Britain in the Context of Global Diffusion of Capitalism’, op. cit.
- 202 R. Bonfatti and B. Brey. (2020) *Trade Disruption, Industrialisation, and the Setting Sun of British Colonial Rule in India*. Accessed 15 October 2024. https://www.cesifo.org/DocDL/cesifo1_wp8461.pdf
- 203 O. Gelderblom, A. de Jong and J. Jonker. (2013). ‘The Formative Years of the Modern Corporation: The Dutch East India Company VOC, 1602–1623’. *The Journal of Economic History*, 73(4) (2013): 1050–76. <https://doi.org/10.1017/S0022050713000879>
- 204 W. Dalrymple e O. Fraser. (2022). *The Anarchy: The East India Company, Corporate Violence, and the Pillage of an Empire [A Anarquia; A Companhia das Índias Orientais, a Violência Corporativa e a Pilhagem de um Império]*. Londres: Bloomsbury Publishing.
- 205 Ibid.
- 206 La Vanguardia. (2023). *¿Adónde fue a parar la plata que España extrajo de América?* Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.lavanguardia.com/historiayvida/edad-moderna/20231102/9342112/adonde-parar-plata-espana-extrajo-america.html>; J. M. Díaz Blanco. (2018). ‘La Carrera de Indias (1650–1700): Continuidades, Rupturas, Replanteamientos.’ *e-Spania*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <http://journals.openedition.org/e-spania/27539>
- 207 C. C. Mann. (2012). *1493: Uncovering the New World Columbus Created [Descobrimo o Novo Mundo que Colombo Criou]*, 33–34. Random House Digital, Inc.
- 208 C. Martínez Shaw and M. Alfonso Mola. (1999). *Europa y los nuevos mundos en los siglos XV–XVIII*. Madrid: Síntesis. Em seu capítulo ‘La Carrera de Indias’, 52–55.
- 209 Y. Chen, N. Palma and F. Ward. (2022). *Goldilocks: American precious metals and the Rise of the West, Tinbergen Institute Discussion Paper*. No. TI 2022-063/VI, Tinbergen Institute, Amsterdã e Roterdã. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/265839/1/22063.pdf>
- 210 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 16. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 211 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 11. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 212 Lucros excedentes desviados para a Holanda, orçamentos governamentais que subsidiavam os interesses holandeses na Indonésia e renda obtida pelos holandeses na Indonésia, mas não repatriada. Ver: A. Gordon. (2012). How Big was Indonesia’s “Real” Colonial Surplus in 1878–1941? *Journal of Contemporary Asia*, 42(4), 560–80. Acessado em 30 de setembro de 2024. <https://content.csbs.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Gordon-How%20Big%20Was%20Indonesia%27s%20Real%20Colonial%20Surplus.pdf>

- 213 Notícias holandesas. (2023). A realeza holandesa ganhou € 545 milhões com a escravidão e o colonialismo. Acessado em 15 de outubro de 2024. <https://www.dutchnews.nl/2023/06/dutch-royals-earned-e545-million-from-slavery-and-colonialism/>
- 214 A. Hochschild. (2006). *King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa [O Fantasma do Rei Leopoldo: Uma História de Ganância, Terror e Heroísmo na África Colonial]*, 225-33. Mariner Books.
- 215 Isso inclui trabalho forçado, violência e assassinatos, que, juntamente com as doenças, são os principais fatores de risco. Veja: A. Hochschild. (2006). *King Leopold's Ghost*, op. cit.
- 216 M. Majavu. (2023). 'Toppling the Racist Anglo-Saxon Politics of Cecil Rhodes' in *The Palgrave Handbook on Rethinking Colonial Commemorations*. B. Carlson and T. Farrelly (eds.). London: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-28609-4_5; B. Johnson. (n.d.). *Cecil Rhodes*. Historic UK. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofEngland/Cecil-Rhodes/>; U Patnaik and P. Patnaik. (2021). *The Drain of Wealth. Colonialism before the First World War. Monthly Review*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/6023>
- 217 Anglo American. (4 de novembro de 2011). *Anglo American concorda com a aquisição da participação de 40% da família Oppenheimer na De Beers*. Acessado em 4 de novembro de 2024. Comunicado à imprensa. <https://www.angloamerican.com/media/press-releases/archive/2011/2011-11-04>
- 218 N. Behrmann e R. Block. (13 de julho de 2000). *A De Beers disse que abandonará seu monopólio de fornecimento de diamantes*. *The Wall Street Journal*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.wsj.com/articles/SB963436916393355234> [paywall]; S. Y. Chang et al. (2002) *The Global Diamond Industry*. Academia. Acessado em 14 de outubro de 2024. https://www.academia.edu/30608243/The_Global_Diamond_Industry; J. Roberts. (2007). *Glitter and Greed: The Secret World of the Diamond Cartel [Brilho e ganância: o mundo secreto do cartel de diamantes]*. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://books.google.hn/books?id=7hJPPwAACAAJ&source=gbs_book_other_versions_r&cad=4
- 219 D. Sullivan and J. Hickel. (2023). 'Capitalism and Extreme Poverty: A Global Analysis of Real Wages, Human Height, and Morality Since the Long 16th Century'. *World Development*. Acessado em 15 de outubro de 2024. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X22002169#b0490>
- 220 Ibid.
- 221 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 11. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 222 Banco de dados sobre desigualdade mundial. (2024). *França*. Acessado em 6 de agosto de 2024. <https://wid.world/country/france/>
- 223 P. E. Lovejoy. (1989). 'The Impact of the Atlantic Slave Trade on Africa: A Review of the Literature'. *The Journal of African History*, (3), 365-94. Acessado em 21 de novembro de 2024. <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-african-history/article/abs/impact-of-the-atlantic-slave-trade-on-africa-a-review-of-the-literature1/E319C7EACDB81E7B0CCABB16C424682A>
- 224 C. Titas e M. V. van Rossum. (2020). "Slave Trade and Slavery in Asia- New Perspectives" [Comércio de Escravos e Escravidão na Ásia - Novas Perspectivas]. *Journal of Social History*, 54(1), outono de 2020, 1-14. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://academic.oup.com/jsh/article/54/1/1/5901211>
- 225 A. Reséndez. (2016). *The Other Slavery: The Uncovered Story of Indian Enslavement in America [A outra escravidão: a história revelada da escravidão indígena na América]* (primeira edição). Houghton Mifflin Harcourt.
- 226 Por exemplo, no Congo. Ver: T. Smith. (2022). *Liberators or Perpetrators? Co-opting, Committing, and Condoning Sexual Violence against Women and Girls in the Early Belgian Congo*. *Slavery & Abolition*, 43(2), 366-93. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1080/0144039X.2022.2063235>
- 227 S. J. Micheletti et al. (2020). 'Consequências genéticas do comércio transatlântico de escravos nas Américas'. *The American Journal of Human Genetics [Jornal Americano de Genética Humana]*. 107(2), 265-77. Acessado em 22 de novembro de 2024. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32707084/>
- 228 P. Brandon and U. Bosma. (2021). 'Slavery and the Dutch Economy, 1750-1800'. *Slavery & Abolition*, 42(1), 43-76. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0144039X.2021.1860464>
- 229 D. Conn. (2023). *The British kings and queens who supported and profited from slavery [Os reis e rainhas britânicos que apoiaram e lucraram com a escravidão]*, op. cit.
- 230 N. K. R. Sehgal and A. R. Sehgal. (2024). 'Slaveholder Ancestry and Current Net Worth of Members of the United States Congress', op. cit. O limite para os 5% mais ricos é de US\$ 3,7 milhões, de acordo com o Federal Reserve <https://www.federalreserve.gov/publications/files/scf23.pdf>

- 231 J. Jasper. (18 de junho de 2020). *Barclays, HSBC e Lloyds entre os bancos do Reino Unido que tinham ligações com a escravidão*. *The Guardian*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.theguardian.com/business/2020/jun/18/barclays-hsbc-and-lloyds-among-uk-banks-that-had-links-to-slavery>
- 232 C. Hall et al. (2015). 'Legacies of British Slave-Ownership: Colonial Slavery and the Formation of Victorian Britain'. *The American Historical Review*, 120(1), 385. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1093/ahr/120.1.385a>
- 233 *The Washington Post*. (2005). *JP Morgan divulga ligações passadas com a escravidão*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.washingtonpost.com/archive/business/2005/01/21/jp-morgan-discloses-past-links-to-slavery/904ca93a-a6fa-4e8f-aece-be767c76591d/> [paywall]; JP Morgan Chase Bank, National Association. (2016). *Disclosure Statement and Affidavit [Declaração de divulgação e declaração juramentada]*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://cao-94612.s3.us-west-2.amazonaws.com/documents/JP-Morgan-Chase-Slavery-Era-Disclosure-2016.pdf>
- 234 NatWest Group. (n.d.). *Enslavement and Colonialism [Escravidão e Colonialismo]*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.natwestgroup.com/heritage/subjects/enslavement-and-colonialism.html>
- 235 ABN AMRO. (2022). *AMRO pede desculpas pelo envolvimento histórico com a escravidão*. Comunicado à imprensa. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.abnamro.com/en/news/abn-amro-apologizes-for-historic-involvement-in-slavery>
- 236 Banco da Inglaterra. (19 de junho de 2020). *Declaração em relação aos vínculos históricos do Banco com o comércio de escravos. Declaração do Banco da Inglaterra*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.bankofengland.co.uk/news/2020/june/statement-in-relation-to-the-banks-historical-links-to-the-slave-trade>
- 237 K. Fatah-Black, L. Lauret e J. van den Tol. (2023). *Servindo a cadeia?* Acessado em 11 de outubro de 2024. https://www.dnb.nl/media/k21bkwyh/slavernijverleden_en_2023_e.pdf; DW. (7 de janeiro de 2022). *Banco central holandês pede desculpas por seu papel no comércio de escravos*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.dw.com/en/dutch-central-bank-apologizes-for-role-in-slave-trade/a-62332332>
- 238 National Trust. (2020). *Interim Report on the Connections between Colonialism and Properties now in the Care of the National Trust, Including Links with Historic Slavery (Relatório provisório sobre as conexões entre o colonialismo e as propriedades atualmente sob os cuidados do National Trust, incluindo conexões com a escravidão histórica)*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://nt.global.ssl.fastly.net/binaries/content/assets/website/national/pdf/colonialism-and-historic-slavery-report.pdf>
- 239 Banco da Inglaterra. (2022). *The Collection of Slavery Compensation, 1835-43*. Acessado em 15 de outubro de 2024. <https://www.bankofengland.co.uk/working-paper/2022/the-collection-of-slavery-compensation-1835-43>
- 240 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 12. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 241 C. Hope e D. Gilbert. (2020). *Como o governo só terminou de pagar a dívida de escravidão do Reino Unido em 2015*. *The Telegraph*. Acessado em 15 de outubro de 2024. <https://www.telegraph.co.uk/news/2020/06/17/government-finished-paying-uks-slavery-debt-2015/> [paywall]
- 242 Comissão Nacional de Reparação Afro-Americana. (7 de outubro de 2021). *A vergonha colonial da Grã-Bretanha: Proprietários de escravos receberam enormes indenizações após a abolição*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://reparationscomm.org/reparations-news/britains-colonial-shame-slave-owners-given-huge-payouts-after-abolition/>
- 243 P. Farmer. (2006). *The Uses of Haiti*, op. cit; L. Bénistant. (2022). 'The Compensation of Slave Owners After the Abolition of Slavery in the French and British Colonies', op. cit; C. Porter et al. (20 de maio de 2022) *The Root of Haiti's Misery: Reparations to Enslavers*, op. cit.
- 244 D. Roy e R. C. Labrador. (2024). *Haití's Troubled Path to Development [O caminho conturbado do Haiti para o desenvolvimento]*. Conselho de Relações Exteriores. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.cfr.org/backgrounder/haitis-troubled-path-development>
- 245 W. De Jong e C. Houtekamer. (10 de novembro de 2023). *Como a Holanda indenizava os proprietários de escravos*. NRC. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.nrc.nl/nieuws/2023/11/10/how-the-netherlands-compensated-slave-owners-a4179456>
- 246 L. Bénistant. (2022). 'The Compensation of Slave Owners After the Abolition of Slavery in the French and British Colonies', op. cit.

- 247 W. De Jong and C. Houtekamer. (2023). *Como a Holanda indenizou os proprietários de escravos*, op. cit.
- 248 L. Lauret. (2024). 'No Emancipation without Compensation: Slave Owners' Petitions and the End of Slavery in the Netherlands, c. 1833-1873'. BMGN - *Revista Histórica dos Países Baixos*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://bmgn-lchr.nl/article/view/12783>
- 249 "O trabalho escravo é uma forma de contrato de trabalho em que os trabalhadores firmam um acordo oficial com seu empregador, certificando que trabalharão para ele por um período fixo de tempo ou até que uma dívida seja paga. Muitas vezes, os trabalhadores contratados fazem acordos de má vontade ou sem saber e são explorados por seus empregadores". S. P. Raikar. (2024). Citado a partir do verbete "Indentured labour" na *Encyclopaedia Britannica*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.britannica.com/topic/indentured-labor>.
- 250 R. B. Allen. (2017). 'Asian Indentured Labor in the 19th and Early 20th Century Colonial Plantation World'. *Oxford Research Encyclopaedia of Asian History*. Acessado em 19 de outubro de 2024. <https://oxfordre.com/asianhistory/view/10.1093/acrefore/9780190277727.001.0001/acrefore-9780190277727-e-33>.
- 251 N. S. Sylla et al. (2024). 'Global Reparations within Capitalism: Aspirations and Tensions in Contemporary Movements for Reparatory Justice'. *Development and Change*, 55(4), 560–600. Acessado em 22 de novembro 2024. <https://doi.org/10.1111/dech.12855>
- 252 N. S. Sylla et al. (2024). 'Global Reparations within Capitalism: Aspirations and Tensions in Contemporary Movements for Reparatory Justice'. *Development and Change*, 55(4), 560–600. Acessado em 22 de novembro 2024. <https://doi.org/10.1111/dech.12855>
- 253 N. S. Sylla et al. (2024). 'Global Reparations within Capitalism: Aspirations and Tensions in Contemporary Movements for Reparatory Justice'. *Development and Change*, 55(4), 560–600. Acessado em 22 de novembro 2024. <https://doi.org/10.1111/dech.12855>
- 254 The quantified harm for the enslavement and post-enslavement periods is estimated to be US\$77–108 trillion and US\$22.9 trillion, respectively. See: C. Bazelon et al. (2023). *Quantification of Reparations for Transatlantic Chattel Slavery*, op. cit.
- 255 W. Pavia. (2023) *Caribbean nations to seek 33 trillion in slavery reparations*, op. cit.
- 256 Including 3% interest rate as per: T. Craemer. (2015) *Estimating Slavery Reparations: Present Value Comparisons of Historical Multigenerational Reparations Policies*, op. cit. T and T. Craemer (2015) *Estimating Slavery Reparations: Present Value Comparisons of Historical Multigenerational Reparations Policies*. University of Connecticut. Acessado em 22 de outubro 2024. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ssqu.12151>
- 257 A. Enyia. (2024). 'Global Reparations Agenda for Afrodescendants: An Overview of Recent Developments and the Way Forward'. *Development and Change*, 55(4), 601–27. Acessado em 22 de novembro 2024. <https://doi.org/10.1111/dech.12849>
- 258 For example, UN. (2023). *Implementation of the International Decade for People of African Descent*. Report of the Secretary-General A/78/317. Geneva: United Nations. Acessado em 18 de novembro 2024. <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2F78%2F317&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>
- 259 CARICOM Reparations Commission. (2014). *CARICOM Ten Point Plan for Reparatory Justice*. Kingston: CARICOM. Acessado em 18 de novembro 2024. <https://caricom.org/caricom-ten-point-plan-for-reparatory-justice/>
- 260 N. S. Sylla et al. (2024). 'Global Reparations within Capitalism: Aspirations and Tensions in Contemporary Movements for Reparatory Justice', op. cit; K. Andrews. (2024). 'The Knife is Still in Our Backs: Reparations Washing and the Limits of Reparatory Justice Campaigns'. *Development and Change*, 55(4), 628–50. Acessado em 22 de novembro 2024. <https://doi.org/10.1111/dech.12848>
- 261 Estima-se que 56 milhões de indígenas morreram entre 1492 e 1600 após a conquista europeia das Américas. Veja: O. Milman. (31 de janeiro de 2019). *A colonização europeia das Américas matou tantos que esfriou o clima da Terra*. *The Guardian*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.theguardian.com/environment/2019/jan/31/european-colonization-of-americas-helped-cause-climate-change>; A. Koch et al. (2019). 'Earth System Impacts of the European Arrival and Great Dying in the Americas after 1492', op. cit.
- 262 Nos séculos XIX e XX, ocorreram sete pandemias de cólera (que ceifaram 48 milhões de vidas) e a "terceira praga" (que ceifou 12 milhões de vidas). Veja: Scalar. (2015). *Cholera: The Killer from Calcutta*. Universidade da Pensilvânia. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://scalar.usc.edu/works/the-voyages-of-the-clarence/index-3>; M. Prabhu and J. Gergen. (2021). *History's Seven Deadliest Plagues [As sete pragas mais mortais da história]*. Gavi. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.gavi.org/vaccineswork/historys-seven-deadliest-plagues>

- 263 Universidade de Newcastle (2022). *New Evidence Reveals Aboriginal Massacres Committed on Extensive Scale (Novas evidências revelam massacres de aborígenes cometidos em grande escala)*, op. cit. Sala de Imprensa; A. Brett. (2015). "The Miserable Remnant of this Ill-used People": Colonial Genocide and the Moriori of New Zealand's Chatham Islands", op. cit.
- 264 M. Adhikari. (2010). 'A Total Extinction Confidently Hoped for: the Destruction of Cape San Society under Dutch Colonial Rule, 1700-1795'. *Journal of Genocide Research*. 12(1-2), 19-44. Acessado em 22 de novembro de 2024. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20941880/>
- 265 N. Penn. (2013). 'The British and the "Bushmen": the Massacre of the Cape San, 1795 to 1828'. *Journal of Genocide Research*, 15(2), 183-200. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1080/14623528.2013.793081>
- 266 E. De Carvalho. (2023). *Migrantes e expatriados: Dois pesos e duas medidas ou colonialidade*. Série de documentos de trabalho Dipartimento Di Scienze Sociali Ed Economiche. N 07/2023. Sapienza, Universidade de Roma. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://web.uniroma1.it/disse/sites/default/files/DISSE_DeCarvalho_wp7_2023.pdf
- 267 J. L. Miège. (1993). *Migration and decolonization* [Migração e descolonização]. *European Review*, 1(1), 81-6. Acessado em 22 de novembro de 2024. <https://www.cambridge.org/core/journals/european-review/article/abs/migration-and-decolonization/2B9D65105692EA237FC0376289BC4E1E>
- 268 E. H. P. Frankema. (2005). The Colonial Origins of Inequality (As origens coloniais da desigualdade): Exploring the Causes and Consequences of Land Distribution". IAI Discussion Papers, No. 119. Universidade Georg-August Göttingen, Instituto Ibero-Americano de Pesquisas Econômicas (IAI), Göttingen. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/27410/1/504473565.PDF>
- 269 Pete Veit. (Março de 2011). *History of Land Conflicts in Kenya [História dos conflitos de terra no Quênia]*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://gatesopenresearch.org/documents/3-982/pdf>
- 270 Conselho de Diversidade da Austrália. (20 de julho de 2023). *First Nations facing increased discrimination & cultural load (Primeiras nações enfrentam aumento da discriminação e carga cultural)*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.dca.org.au/news/media-releases/first-nations-facing-increased-discrimination>
- 271 Instituto Australiano de Saúde e Bem-Estar. (n.d.). *Aboriginal and Torres Strait Islanders Health Performance Framework (Estrutura de desempenho da saúde dos aborígenes e das ilhas do Estreito de Torres)*, op. cit.
- 272 L. Iusitini, L. Meehan e G. Pacheco. (2024) *Gender and Ethnic Pay Gaps: An Industry-level Portrait of Aotearoa*. Instituto de Pesquisa de Políticas da Nova Zelândia. Acessado em 14 de novembro de 2024. https://www.aut.ac.nz/_data/assets/pdf_file/0011/929144/Gender-and-ethnic-pay-gaps-An-industry-level-portrait-of-Aotearoa.pdf
- 273 L. Angeles. (2005). *Income Inequality and Colonialism* (Desigualdade de renda e colonialismo). Documento de discussão econômica da Universidade de Manchester, EDP-0543. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://hummedia.manchester.ac.uk/schools/soas/economics/discussionpapers/EDP-0543.pdf>
- 274 L. De Vos and M. Willman. (2021). 'Settler Colonial Praxis and Gender in Contemporary Times'. *Settler Colonial Studies*, 11(2), 103-117. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2201473X.2021.1941673>
- 275 H. A. McKenzie et al. (2022). 'Indigenous Women's Resistance of Colonial Policies, Practices, and Reproductive Coercion' [Resistência das mulheres indígenas às políticas, práticas e coerção reprodutiva coloniais]. *Qualitative Health Research*, 32(7), 1031-54. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10497323221087526>
- 276 E. Bowyer. (2024). 'Women Contracting in Law c.1840-1920: Gender and Settler Colonialism in the Courts of Aotearoa New Zealand'. Universidade Victoria de Wellington. Acessado em 18 de novembro de 2024. https://openaccess.wgtn.ac.nz/articles/thesis/Women_Contracting_in_Law_c_1840-1920_Gender_and_settler_colonialism_in_the_courts_of_Aotearoa_New_Zealand/26210597?file=47507990
- 277 D. E. Amandor-Wilks. (2019). *Land, Labour and Gendered Livelihoods in a 'Peasant' and a 'Settler' Economy*. Acessado em 18 de novembro de 2024. https://feministafrica.net/wp-content/uploads/2019/10/fa12_feature_amanor-wilks.pdf
- 278 E. Klein. (2022). 'Stolenwealth: Examining the Expropriation of First Nations Women's Unpaid Care'. *Australian Feminist Studies*, 37(114), 442-57. Acessado em 22 de novembro de 2024. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08164649.2023.2241156>

- 279 L. Lenggenhager, L. Bloemertz and R. Nghiteveleka. (2021). 'Turning Land into Capital: Inequality and Reforms in Namibia'. *Review of Agrarian Studies*, 11(1). Acessado em 10 de outubro de 2024. https://ageconsearch.umn.edu/record/333705/files/Turning_Land_into_Capital_Inequality_and_Reforms_in_Namibia.pdf
- 280 Muhammed Khalid. (n.d.). *Economic Inequality in British Colonial Malaya [Desigualdade econômica na Malásia colonial britânica]*. História Econômica da Malásia (EHM). Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.ehm.my/publications/articles/economic-inequality-in-british-colonial-malaya>
- 281 L. Chancel et al. (2023). Income Inequality in Africa, 1990-2019: Measurement, Patterns, Determinants" [Desigualdade de Renda na África, 1990-2019: Medição, Padrões, Determinantes]. *World Development*, 163, março de 2023, 106162. Acessado em 22 de novembro de 2024. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08164649.2023.2241156>
- 282 Departamento de Estatística da África do Sul. (2020). *How Unequal is South Africa?* op. cit.
- 283 L. Findley and L. Ogbu. (2011). 'South Africa: From Township to Town'. *Places Journal*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://placesjournal.org/article/south-africa-from-township-to-town/>
- 284 M. Moyd. (2017). "Resistências e rebeliões (África) 1914-1918". Registro na *Enciclopédia Internacional da Primeira Guerra Mundial*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/resistance-and-rebellions-africa/>; N. Domingos, M. B. Jeronimo and R. Roque. (2019) *Resistance and Colonialism: Insurgent Peoples in World History [Resistência e Colonialismo: Povos Insurgentes na História Mundial]*. London: Palgrave Macmillan.
- 285 Por exemplo, na Argélia (começando com a resistência contra a colonização francesa por figuras como Emir Abdelkader e durando até a independência), a resistência mapuche à colonização espanhola, chilena e argentina e as guerras da Nova Zelândia - anteriormente chamadas de guerras maori. Veja: M. Emerit. (2024). *Abdelkader*. *Britannica*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.britannica.com/biography/Abdelkader>; S. López Vergara and J. A. Lucero. (2018). 'Wallmapu Rising: New Paths in Mapuche Studies' [Novos caminhos nos estudos mapuches]. *Latin American Research Review*, 53(3). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/wallmapu-rising-new-paths-in-mapuche-studies/B2A0F4EDD20A3B752643209E89FDC68F>; D. Keenan. (2022). *New Zealand Wars [Guerras da Nova Zelândia]*. TeAra: The Encyclopaedia of New Zealand. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://teara.govt.nz/en/new-zealand-wars/print>
- 286 Por exemplo, na Índia (os movimentos Brahma e Arya Samaj buscavam reformar o hinduísmo e fortalecer a sociedade indiana contra a hegemonia cultural britânica) e nos EUA (o movimento Ghost Dance, um movimento espiritual entre as tribos nativas americanas no século XIX que acreditava que, por meio de danças rituais, elas poderiam trazer de volta seus ancestrais, restaurar suas terras tradicionais e acabar com a dominação dos EUA; a reação do governo dos EUA contra esse movimento culminou no massacre de Wounded Knee). V. Narayanan e E. C. Dimock. (2024). "Hinduísmo". *Britannica*. Acessado em 22 de novembro de 2024. <https://www.britannica.com/topic/Hinduism>
- 287 Os boicotes a produtos britânicos surgiram em protesto contra suas políticas e práticas econômicas em contextos tão diversos quanto a Irlanda (de onde o termo se originou), os EUA (por exemplo, o Boston Tea Party) e a África do Sul (movimento anti-Apartheid).
- 288 Na Etiópia, o imperador Menelik II usou a diplomacia para garantir armas modernas e obter o reconhecimento internacional da soberania da Etiópia. Isso desempenhou um papel crucial na vitória da Etiópia sobre a Itália na Batalha de Adwa em 1896. Na Tailândia, o rei Rama V negociou tratados com a Grã-Bretanha e a França, evitando a colonização ao posicionar o Sião como um estado-tampão neutro entre suas colônias do Sudeste Asiático. RA Jonas (2011). *A Batalha de Adwa: African victory in the age of empire [A vitória africana na era do império]*. Belknap Press. R. Ashley e A. W. Shipper (2022). 'The Art of Thai Diplomacy: Parables of Alliance'. *Pacific Affairs*, 95(2). Acessado em 22 de novembro de 2022. https://pacificaffairs.ubc.ca/files/2023/04/pdfHollandShortlist2022_Ashley_Shipper.pdf
- 289 M. Avery. (2022). *Resistance to Colonization and Post-Colonial Economic Outcomes [Resistência à Colonização e Resultados Econômicos Pós-Coloniais]*. Manuscrito não publicado.
- 290 A. I. Nwabughuogu. (1982). From Wealthy Entrepreneurs to Petty Traders: the Decline of African Middlemen in Eastern Nigeria, 1900-1950" [De empresários ricos a pequenos comerciantes: o declínio dos intermediários africanos no leste da Nigéria, 1900-1950]. *The Journal of African History*, 23(3), 365-79. Acessado em 22 de novembro de 2024. <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-african-history/article/abs/from-wealthy-entrepreneurs-to-petty-traders-the-decline-of-african-middlemen-in-eastern-nigeria-19001950/AF389C8BB7B87CEB1E1475D404D3AFFA#>

- 291 C. Dejung, D. Motadel and J. Osterhammel. (2019). *The Global Bourgeoisie (A burguesia global)*, op. cit.
- 292 L. Palagashvili. (2018). 'African chiefs: comparative governance under colonial rule'. *Public Choice*, 174(3), 277–300, Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://ideas.repec.org/a/kap/pubcho/v174y2018i3d10.1007/s11127-018-0499-3.html>
- 293 T. Roy. (2018). *Inequality in Colonial India [Desigualdade na Índia Colonial]*. LSE Economic History Working Papers. No 286. Acessado em 30 de agosto de 2014. <https://eprints.lse.ac.uk/90409/1/WP286.pdf>
- 294 E. Peacock. (23 de janeiro de 2023). *The Effect of British Colonial Law and Rule on Gender Binaries and Sexual Freedoms*. Global Affairs Review: The Centre for Global Affairs, NYU. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://wp.nyu.edu/schoolofprofessionalstudies-ga_review/british-colonial-rule-gender-binaries/
- 295 A. Quijano and M. Ennis. (2000). 'Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America', op. cit.
- 296 Por exemplo, M. Burrows (1986) "Mission Civilisatrice": French Cultural Policy in the Middle East, 1860–1914', *The Historical Journal*, 29(1), pp. 109–135. doi:10.1017/S0018246X00018641.
- 297 Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá. *Honrando a Verdade, Reconciliando para o Futuro: Summary of the Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada [Resumo do Relatório Final da Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá]*. (2015) https://ehprnh2mwo3.exactdn.com/wp-content/uploads/2021/01/Executive_Summary_English_Web.pdf; Z. Fargher. (2013). 'The Unspoken Genocide: Canada's Residential Schools and Australia's Stolen Generation'. *Te Tai Haruru Journal*, 4, 57–78. Acessado em 29 de setembro de 2024. [https://www.auckland.ac.nz/assets/law/Documents/2021/our-research/Te-tai-haruru-journal/Vol4/Te%20Tai%20Haruru%20Journal%204%20\(2013\)%2057%20Fargher.pdf](https://www.auckland.ac.nz/assets/law/Documents/2021/our-research/Te-tai-haruru-journal/Vol4/Te%20Tai%20Haruru%20Journal%204%20(2013)%2057%20Fargher.pdf)
- 298 32,3%. Isso inclui 18,8% de inglês, 6,9% de espanhol, 3,4% de francês e 3,2% de português. Veja: CIA. (2022). 'Most Spoken Languages in the World' (Idiomas mais falados no mundo) em *The World Factbook*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/world/#people-and-society>
- 299 UNESCO. (2022). *Por que a educação baseada na língua materna é essencial*. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://www.unesco.org/en/articles/why-mother-language-based-education-essential>
- 300 UNESCO. (2024). *Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5, Liderança na Educação: Liderar para aprender*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391406>
- 301 S. Jones. (2024). *All the World's Endangered Languages, By Country [Todos os idiomas ameaçados de extinção no mundo, por país]*. Visual Capitalist. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://www.visualcapitalist.com/cp/all-the-worlds-endangered-languages-by-country>
- 302 UNESCO. (2003). *Language Vitality and Endangerment*. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://ich.unesco.org/doc/src/00120-EN.pdf>
- 303 A. Taneja. (2023). *The Right to Mother Tongue-based Education in Tribal India [O direito à educação baseada na língua materna na Índia tribal]: A Comparative Perspective*. Oxfam India. Acessado em 22 de outubro de 2024. <https://www.oxfamindia.org/knowledgehub/workingpaper/right-mother-tongue-based-education-tribal-india-comparative-perspective>
- 304 M. S. Bolabiza. (2024). *Europe's Original Sin: White Supremacy, Colonialism and Contemporary Racial Wealth Gap" [O pecado original da Europa: supremacia branca, colonialismo e diferença de riqueza racial contemporânea]*. Rede Europeia contra o Racismo. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.enar-eu.org/wp-content/uploads/Europes-Original-Sin-ENAR-Report.pdf>
- 305 C. J. Robinson. (2000). *Black Marxism: the Making of the Black Radical Tradition*, op. cit.; A. Bonds and J. Inwood. (2015) 'Beyond White Privilege: Geographies of White Supremacy and Settler Colonialism'. *Progress in Human Geography*, 40(6), 715–33. <https://doi.org/10.1177/0309132515613166>
- 306 G. C. Gree e C. J. Ford. (2011). 'Structural Racism and Health Inequities' [Racismo estrutural e desigualdades na saúde]. *Du Bois Review*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4306458/>; L. Darling-Hammond. (1998). *Unequal Opportunity: Race and Education*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.brookings.edu/articles/unequal-opportunity-race-and-education/>
- 307 Comitê de Mulheres e Igualdades da Câmara dos Comuns. (2023). *Black Maternal Health*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://committees.parliament.uk/publications/38989/documents/191706/default/>; MBRACE-UK. (2022). *State of the Nation Report on Perinatal Deaths of Babies Born in the UK in 2022 [Relatório do estado da nação sobre mortes perinatais de bebês nascidos no Reino Unido em 2022]*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://timms.le.ac.uk/mbrace-uk-perinatal-mortality/surveillance/>
- 308 A. Quijano and M. Ennis. (2000). 'Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America', op. cit.

- 309 Comitê de Desenvolvimento Internacional. (2022). *Racismo no setor de ajuda. Primeiro relatório da sessão 202-23*. Comitê da Câmara dos Comuns. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://publications.parliament.uk/pa/cm5803/cmselect/cmintdev/150/report.html>
- 310 P. Cullen, S. McCorrison and A. Thompson. (2021). 'The "Big Survey": Decolonisation, Development and the First Wave of NGO Expansion in Africa After 1945'. *The International History Review*, 44(4), 721–750. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1080/07075332.2021.1976810>
- 311 P. Pallister-Wilkins. (2021). 'Saving the Souls of White Folks: Humanitarianism as White Supremacy'. *Security Dialogue*, 52(1). Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1177/09670106211024419>
- 312 Obrigação. (17 de junho de 2021). *Racismo, poder e verdade. Experiences of people of color in development [Experiências de pessoas de cor no desenvolvimento]*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.bond.org.uk/resources/racism-power-and-truth/>
- 313 Um *filantropocapitalista* é uma pessoa ou organização que usa os princípios, ferramentas e métodos do capitalismo para atingir objetivos filantrópicos. Essa abordagem é caracterizada pelo foco no impacto mensurável, na escalabilidade e, muitas vezes, na função prática de gerenciar ou direcionar como os fundos são usados.
- 314 P. Buffett. (26 de julho de 2013). *The Charitable-Industrial Complex*. Acessado em 4 de novembro de 2024. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2013/07/27/opinion/the-charitable-industrial-complex.html> [paywall]; C. Jochnick. (1 August 2013). *Buffett Challenges Philanthropic Peers: Can the Giving Class Address Structural Inequalities?* Oxfam America. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/buffett-challenges-philanthropic-peers/>
- 315 J. Heymann et al. (2023). 'Race, Ethnicity, and Discrimination at Work: a New Analysis of Legal Protections and Gaps in all 193 UN Countries'. *Equality, Diversity and Inclusion*, 42(9), 16–34. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1108/EDI-01-2022-0027>
- 316 S. Chakravorty (6 de junho de 2019). *Os britânicos inventaram a casta na Índia? Sim, pelo menos como nós a vemos*. ThePrint. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://theprint.in/pageturner/excerpt/did-the-british-invent-caste-in-india-yes-at-least-how-we-see-it-now/245615/>
- 317 K. Muiga. (6 de agosto de 2019). *Os colonialistas não falharam em erradicar a política tribal da África. Eles a criaram*. African Arguments. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://africanarguments.org/2019/08/colonialism-tribal-ethnic-politics-africa/>
- 318 Encyclopedia.com. (n.d.). 'Christianity and Colonial Expansion in the Americas' in *Encyclopedia of Western Colonialism since 1450*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/christianity-and-colonial-expansion-americas>
- 319 U. Makdisi. (2017). *The Mythology of the Sectarian Middle East [A mitologia do Oriente Médio sectário]*. Academia Americana em Berlim. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.americanacademy.de/mythology-sectarian-middle-east/>
- 320 M. Lange, T. Jeong e E. Amasyali. (2021). "The Colonial Origins of Ethnic Warfare" (As origens coloniais da guerra étnica), op. cit.
- 321 M. Lugones. (2016). 'The Coloniality of Gender' in W. Harcourt (ed). *The Palgrave Handbook of Gender and Development*, 13–33. London: Palgrave Macmillan. . Acessado em 18 de setembro de 2024. https://doi.org/10.1007/978-1-137-38273-3_2; O. Oyewùmí. (1997). *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses [A invenção das mulheres: entendendo os discursos ocidentais sobre gênero]*. Minneapolis: University of Minnesota Press; A. V. Menon. (2023). *The Gender Binary is White Supremacy [O Binário de Gênero é Supremacia Branca]*. Migrants' Rights Network (Rede de Direitos dos Migrantes). Acessado em: 18 de setembro de 2024. <https://migrantsrights.org.uk/2023/07/14/the-gender-binary-is-white-supremacy>
- 322 Por exemplo, em Uganda. F. Meier Zu Selhausen e J. Weisdorf. (2016). 'African Gender Inequality' (Desigualdade de gênero na África). *The Economic History Review*, 69, 229–57. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1111/ehr.12120>
- 323 K. Sheldon. (2013). 'Women and Colonialism' (Mulheres e Colonialismo), op. cit.
- 324 E. Guarnieri and H. Rainer. (2021). 'Colonialism and Female Empowerment: A Two-sided Legacy'. *Journal of Development Economics*, 151. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387821000456>
- 325 P. G. Kameri-Mbote. (2002). 'Gender Dimensions of Law, Colonialism and Inheritance in East Africa', op. cit.
- 326 C. Voyageur. (2011). 'Female First Nations Chiefs and the Colonial Legacy in Canada', op. cit.

- 327 ILGA World (2023) *The impact of colonial legacies in the lives of LGBTI+ and other ancestral sexual and gender diverse persons*, op. cit.
- 328 E. Han and J. O'Mahoney. (2014). 'British Colonialism and the Criminalization of Homosexuality' (Colonialismo britânico e a criminalização da homossexualidade), op. cit.
- 329 C. Coffey et al. (2020). *Time to Care*, op. cit.
- 330 C. N. Haddad et al. (2024) *Inside the World Bank's new inequality indicator: O número de países com alta desigualdade*, op. cit.
- 331 D. Saloni et al. (2023) *Life Expectancy. Nosso mundo em dados*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://ourworldindata.org/life-expectancy>
- 332 Organização Mundial da Saúde. (2023). *Trends in maternal mortality 2000 to 2020: estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and UNDESA/Population Division [Tendências da mortalidade materna de 2000 a 2020: estimativas da OMS, UNICEF, UNFPA, Grupo Banco Mundial e UNDESA/Divisão de População]*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240068759>
- 333 R. F. Tusalem. (2016). 'The Colonial Foundations of State Fragility and Failure', op. cit. Esse artigo também destaca que o grau de fragilidade persistente varia consideravelmente entre as diferentes antigas potências coloniais.
- 334 S. Svendsen et al. (2019) *Inequality and Conflict [Desigualdade e conflito]*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://oxfam.dk/documents/noedhjaelp/peacebuilding/inequality_and_conflict_oxfam_ibis_brief_28feb2019.pdf
- 335 J. M. Aburto et al. (2023). 'A Global Assessment of the Impact of Violence on Lifetime Uncertainty' [Uma avaliação global do impacto da violência na incerteza da vida]. *Science Advances*, 9(5). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.add9038>
- 336 F. Amberg et al. (2023). Examining the Relationship Between Armed Conflict and Coverage of Maternal and Child Health Services in 35 countries in sub-Saharan Africa; a Geospatial Analysis" [Examinando a relação entre conflito armado e cobertura de serviços de saúde materno-infantil em 35 países da África Subsaariana; uma análise geoespacial]. *The Lancet Global Health*, 11(6). Acessado em 4 de novembro de 2024. [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(23\)00152-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(23)00152-3/fulltext)
- 337 N. A. Oladayo. (2018). "The Impact of Conflict on Health Outcomes: a Systematic Evidence from sub-Saharan Africa" [O impacto do conflito nos resultados de saúde: uma evidência sistemática da África Subsaariana]. *Mgbakoigba: Journal of African Studies*, 8(1). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.ajol.info/index.php/mjas/article/view/187375>
- 338 M. Hussain et al. (2023). 'Colonization and Decolonization of Global Health: Which Way Forward?' *Global Health Action*, 16(1). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1080/16549716.2023.2186575>
- 339 E. Amster. (2022). The Past, Present and Future of Race and Colonialism in Medicine" [O passado, o presente e o futuro da raça e do colonialismo na medicina]. *Jornal da Associação Médica Canadense*, 194(20). Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://www.cmaj.ca/content/194/20/e708>
- 340 J. Clark, R. Hurley and N. Ladher. (2023). 'What Next for Decolonising Health and Medicine?' *BMJ*, 2023(383), 2302. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.bmj.com/content/383/bmj.p2302>
- 341 M. Hussain et al. (2023). 'Colonization and Decolonization of Global Health: Which Way Forward?' op. cit.
- 342 B. Yanful et al. (2023). 'Decolonisation and Quality of Care' (Descolonização e qualidade do atendimento). *BMJ*, 2023, 380:e071585. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.bmj.com/content/380/bmj-2022-071585>
- 343 D. Matasci, M. B. Jerónimo and H. G. Dores. (2020). *Educação e desenvolvimento na África colonial e pós-colonial: Políticas, Paradigms, and Entanglements, 1890s–1980* (p. 321). Palgrave Macmillian Cham.
- 344 J. Ricart-Huguet. (2021). Colonial Education, Political Elites, and Regional Political Inequality in Africa" [Educação Colonial, Elites Políticas e Desigualdade Política Regional na África]. *Comparative Political Studies*, 54(14). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414021997176>
- 345 A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização intergovernamental com 38 países membros, em grande parte composta por países de alta renda.
- 346 PNUD. (2024). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/24*. Breaking the gridlock. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24reporten.pdf>

- 347 C. Morgan e R. A. Shahjahan. (2014). "A legitimação da governança educacional global da OCDE: Examining PISA and AHELO Test Production" [A legitimação da governança educacional global da OCDE: examinando a produção dos testes PISA e AHELO]. *Comparative Education*, 192–205. DOI: 10.1080/03050068.2013.834559
- 348 O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é uma avaliação padronizada global realizada pela OCDE que tem como objetivo fornecer dados comparáveis entre países para informar a política educacional e melhorar os resultados do ensino. Ele testa estudantes de 15 anos de idade nas principais disciplinas, concentrando-se em sua capacidade de aplicar conhecimentos e habilidades em situações da vida real.
- 349 V. d’Agnese. (2015). 'PISA's Colonialism: Success, Money, and the Eclipse of Education', *Power and Education*, 7(1), 56-72. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1177/1757743814567387>; L. Volante and P. Mattei. (2024). 'The Politicization of PISA in Evidence-based Policy Discourses' [A Politização do PISA nos Discursos de Políticas Baseadas em Evidências]. *Policy Futures in Education*, 22(8), 1554-69. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1177/14782103241227309>
- 350 S. Elks. (19 de fevereiro de 2020). *A escravidão ainda é legal em 94 países - como podemos mudar isso?* Fórum da WEF. Acessado em 29 de setembro de 2024. <https://www.weforum.org/agenda/2020/02/slavery-not-a-crime-in-half-the-countries-of-world-new-research/>
- 351 OIT, Walk Free e OIM. (2022). *Estimativas globais da escravidão moderna: Forced Labour and Forced Marriage (Trabalho forçado e casamento forçado)*. Genebra. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.ilo.org/publications/major-publications/global-estimates-modern-slavery-forced-labour-and-forced-marriage>
- 352 K. Sadiq e G. Tsourapas. (2023). "Labour Coercion and Commodification: from the British Empire to Postcolonial Migration States". *Journal of Ethic and Migration Studies*, 50(3). Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2023.2269778>
- 353 K. Robinson. (2022). *What is the Kafala System?* Conselho de Relações Exteriores. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.cfr.org/backgrounder/what-kafala-system>
- 354 G. Zampano. (2024). *A Itália enfrenta problemas crescentes de "escravidão moderna", dizem os especialistas, que exige uma abordagem sistêmica*. Agência Anadolu (AA). Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.aa.com.tr/en/europe/italy-faces-rising-problem-of-modern-slavery-experts-say-demands-systemic-approach/3291672>
- 355 C. Ruiz-Ramírez, J. Castillo-Rojas-Marcos e Y. Molinero-Gerbeau. (2024). *Essential But Invisible and Exploited: a Literature Review of Migrant Workers' Experiences in European Agriculture [Essencial, mas invisível e explorado: uma revisão da literatura sobre as experiências dos trabalhadores migrantes na agricultura europeia]*. Oxfam. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/10546/621604/20/rr-essential-but-invisible-and-exploited-050624-en-summ.pdf>
- 356 J. Hickel, M. Hanbury Lemos and F. Barbour. (2024). 'Unequal Exchange of Labour in the World Economy', op. cit.
- 357 D. Abed e F. Kelleher (2022). *The Assault of Austerity: How Prevailing Economic Policy Choices are a Form of Gender-based Violence [O ataque da austeridade: como as escolhas de políticas econômicas predominantes são uma forma de violência de gênero]*. Oxfam. Acessado em 23 de novembro de 2024. [https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-assault-of-austerity-how-prevailing-economic-policy-choices-are-a-form-of-g-621448/#:~:text=paper%20\(2%20MB\)-,Overview,austerity%20must%20be%20a%20priority](https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-assault-of-austerity-how-prevailing-economic-policy-choices-are-a-form-of-g-621448/#:~:text=paper%20(2%20MB)-,Overview,austerity%20must%20be%20a%20priority).
- 358 IOM UN Migration. (2024). *World Migration Report 2024*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://worldmigrationreport.iom.int/msite/wmr-2024-interactive/>
- 359 S. Anderson. (9 de julho de 2023). *65% das principais empresas de IA têm fundadores imigrantes*. Forbes. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.forbes.com/sites/stuartanderson/2023/07/09/65-of-top-ai-companies-have-immigrant-founders/>
- 360 Conselho Internacional de Enfermeiros. (2024). *Relatório do Conselho Internacional de Enfermeiros enviado à Organização Mundial da Saúde em julho de 2024 como parte da última rodada de relatórios sobre a implementação do Código de Prática Global da OMS sobre o Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.icn.ch/sites/default/files/2024-08/Reporting%20Round%20Global%20Code%20for%20the%20Recruitment%20of%20International%20Health%20Personnel.pdf>
- 361 F. Crépeau. (2014). *Relatório do Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes: Labour Exploitation of Migrants (Exploração do Trabalho dos Migrantes)*. Conselho de Direitos Humanos da ONU. Acessado em 5 de novembro de 2024. <https://www.refworld.org/reference/themreport/unhrc/2014/en/99699>
- 362 ILO. (2000). *Migrants face 'significant discrimination' in job markets*. Acessado em 5 de novembro de 2024. <https://www.ilo.org/resource/news/migrants-face-significant-discrimination-job-markets>

- 363 IOM UN Migration. (2024). *World Migration Report 2024*, op. cit.
- 364 E. Marks. (2024). *Migrant Workers in the Care Economy (Trabalhadores migrantes na economia do cuidado)*. ILO. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.ilo.org/publications/migrant-workers-care-economy>
- 365 WIEGO. (n.d.). *Domestic Workers*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.wiego.org/informal-economy/occupational-groups/domestic-workers>
- 366 F. Bonnet, F. Carre e J. Vanek. (2022). *Domestic Workers in the World (Trabalhadores domésticos no mundo): A Statistical Profile*. WIEGO. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/file/WIEGO_Statistical_Brief_N32_DWs%20in%20the%20World.pdf
- 367 G. B. Souza. (2009). 'Opium and the Company: Maritime Trade and Imperial Finances on Java, 1684–1796'. *Modern Asian Studies*, 43(1), 113–33. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1017/S0026749X0700337X>; A. Ghosh. (2024). *Smoke and Ashes: Opium's Hidden Histories*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- 368 Government Opium and Alkaloid Factories. (n.d.). *Government Opium Alkaloid Factories*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://goaf.gov.in/main/aboutus>
- 369 E. S. Garcia-Marcano. (2021). 'The Nineteenth-Century Anglo-Indian Opium Trade to China and its Lasting Legacy'. *Actualidad En Asia* 2021-1. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/map/article/download/7209/5314/23857>
- 370 A. Ghosh. (2024). *Smoke and Ashes: Opium's Hidden Histories*, op. cit.
- 371 J. Lehne. (2018). 'An Opium Curse? The Long-run Economic Consequences of Narcotics Cultivation in British India'. Cornell University. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://barrett.dyson.cornell.edu/NEUDC/paper_364.pdf
- 372 S. Berry. (2002). Debating the Land Question in Africa" [Debatendo a questão da terra na África]. *Comparative Studies in Society and History*, 44(4), 638-68. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history/article/abs/debating-the-land-question-in-africa/BDF29846398201C5829C260AA7843D27>
- 373 A. Ward and G. M. Baldinelli. (2020). *Uneven Ground: Land Inequality at the Heart of Unequal Societies. Research Findings from the Land Inequality Initiative Synthesis Report*. Coalizão Internacional da Terra e Oxfam. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.oxfam.org/en/research/uneven-ground-land-inequality-heart-unequal-societies>
- 374 Ibid.
- 375 C. McGreal. (7 de fevereiro de 2008). *Quem é o culpado? Depende de onde você começa a história*. *The Guardian*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.theguardian.com/world/2008/feb/07/kenya.chrismcgreal>;
- Banco Mundial. (n.d.). *Country Brief: Namibia*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099125103072236050/pdf/P16492705247f507f083f1036e5db61367b.pdf>
- 376 S. Errico. (2021). 'Women's Right to Land Between Collective and Individual Dimensions. Some Insights From sub-Saharan Africa'. *Frontiers Sustainable Food Systems*, 5. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://www.frontiersin.org/journals/sustainable-food-systems/articles/10.3389/fsufs.2021.690321/full>; I. Yngstrom. (2002). 'Women, Wives and Land Rights in Africa: Situating Gender Beyond the Household in the Debate Over Land Policy and Changing Tenure Systems'. *Oxford Development Studies*, 30(1), 21–40. <https://doi.org/10.1080/136008101200114886>
- 377 R. Willoughby and T. Gore. (2018) *Ripe for Change*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/research/ripe-change>
- 378 IPES-Food. (2024). *Land Squeeze: What is Driving Unprecedented Pressures on Global Farmland and What Can Be Done to Achieve Equitable Access to Land?* Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://ipes-food.org/wp-content/uploads/2024/05/LandSqueeze.pdf>
- 379 L. Allam e C. Wahluist. (23 de maio de 2021). *Um ano depois da destruição do desfiladeiro de Juukan, os locais sagrados aborígenes continuam desprotegidos*. *The Guardian*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.theguardian.com/australia-news/2021/may/24/a-year-on-from-the-juukan-gorge-destruction-aboriginal-sacred-sites-remain-unprotected>
- 380 J. Latimore. (2024). *How Indigenous people got zilch from a billion-dollar mining bonanza*. *The Age*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.theage.com.au/politics/victoria/how-indigenous-people-got-zilch-from-a-billion-dollar-mining-bonanza-20240425-p5fmh2.html>

- 381 O. Balch. (15 de novembro de 2013). *The mismatch between Indigenous communities and mining wealth [A incompatibilidade entre as comunidades indígenas e a riqueza da mineração]*. *The Guardian*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.theguardian.com/sustainable-business/mismatch-indigenous-mining-wealth-utopia>
- 382 Por exemplo, na Austrália. Veja: G. Barrie. (2021). 'Chapter 2: The MaboDecision and the "Discovery" of Native Title in Australia and Beyond'. Em *Litigating the Rights of Minorities and Indigenous Peoples in Domestic and International Courts*, 8-52. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://brill.com/edcollchap-oa/book/9789004461666/BP000002.xml?language=en>
- 383 Povos indígenas e comunidades locais (IPLCs) são, normalmente, grupos étnicos que descendem e se identificam com os habitantes originais de uma determinada região, em contraste com grupos que se estabeleceram, ocuparam ou colonizaram a área mais recentemente.
- 384 A. Larson et al. (2022). Capítulo 4: Direitos à Terra dos Povos Indígenas e Comunidades Locais. Em *The Land Gap Report*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://landgap.org/downloads/2022/Land-Gap-Report-Chapter-4.pdf>
- 385 Oxfam, Action Aid and Al Mezan. 2024. Compelled to flee: cycles of Israeli forced displacement of Palestinians. https://oxfam.dk/documents/analyser/noedhjaelp/compelled-to-flee_cycles-of-israelig-forced-displacement-of-palestinians_report_2024.pdf
- 386 United Nations (2024). *Legal analysis and recommendations on implementation of the International Court of Justice, Advisory Opinion, Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem*. Acessado em 10 de dezembro de 2024. <https://www.un.org/unispal/document/position-paper-commissionof-inquiry-18oct24/#:~:text=The%20Court%20concluded%20that%20all,assistance%20in%20maintaining%20the%20situation>
- 387 Adopted by a two-thirds majority in a recorded vote of 124 in favour to 14 against, with 43 abstentions. The text, titled "Advisory opinion of the International Court of Justice on the legal consequences arising from Israel's policies and practices in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and from the illegality of Israel's continued presence in the Occupied Palestinian Territory", welcomed that opinion, which was issued on 19 July, 2024. See, UN (2024) *Agenda item 5: Illegal Israeli actions in Occupied East Jerusalem and the rest of the Occupied Palestinian Territory*. Acessado em 9 de dezembro de 2024. <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FES-10%2FL.31%2FRev.1&Language=ES&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>
- 388 N. Singh. (2 de fevereiro de 2023). *Climate Justice in the Global South [Justiça climática no Sul Global]: Understanding the Environmental Legacy of Colonialism [Entendendo o legado ambiental do colonialismo]*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.e-ir.info/pdf/100404>
- 389 L. Jarosz. (2016). 'Definindo e explicando o desmatamento tropical: Shifting Cultivation and Population Growth in Colonial Madagascar (1896-1940)'. *Geografia Econômica*, 69, (4), 366-79. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://doi.org/10.2307/143595>
- 390 G. Ceballos et al. (2015). 'Accelerated Modern Human-induced Species Losses: Entering the Sixth Mass Extinction'. *Science Advances*, 1(5). Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.1400253>
- 391 M. Curtis. (2016). *The New Colonialism: Britain's Scramble for Africa's Energy and Mineral Resources*. War on Want. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://waronwant.org/sites/default/files/TheNewColonialism.pdf>
- 392 A disputa pela África foi a conquista e a colonização da maior parte da África por sete potências da Europa Ocidental entre 1833 e 1914.
- 393 J. Boafo et al. (2024). "The Race for Critical Minerals in Africa: A Blessing or Another Resource Curse?" (A corrida pelos minerais críticos na África: uma bênção ou outra maldição de recursos? *Resources Policy*, 93, 105046. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301420724004136>
- 394 J. Arvanitakis e M. Fredriksson. (2017). *Property, Place and Piracy [Propriedade, lugar e pirataria]*. Londres: Routledge. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.routledge.com/Property-Place-and-Piracy/Fredriksson-Arvanitakis/p/book/9781138745131>; R. Janna. (2016). *Biopiracy: when indigenous knowledge is patented for profit [Biopirataria: quando o conhecimento indígena é patenteado para obter lucro]*. The Conversation. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://theconversation.com/biopiracy-when-indigenous-knowledge-is-patented-for-profit-55589>
- 395 Comissão Europeia. (2023). *EPO aceita argumento de biopirataria e revoga patente*. Acessado em 15 de outubro de 2024. <https://cordis.europa.eu/article/id/23505-epo-accepts-biopiracy-argument-and-revokes-patent>

- 396 F. Nibbs. (2024). *O legado do colonialismo deixou as nações do Caribe muito mais vulneráveis a furacões*. MSN. Acessado em 5 de novembro de 2024. <https://www.msn.com/en-us/news/world/colonialism-s-legacy-has-left-caribbean-nations-much-more-vulnerable-to-hurricanes/ar-AA1slva9>
- 397 C. Aguilar et al. (2023). *Climate Equality (Igualdade climática): A Planet for the 99% [Um planeta para os 99%]*. Oxfam. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-equality-a-planet-for-the-99-621551/>
- 398 CCréditos de carbono: são permissões que permitem que o detentor emita uma determinada quantidade de dióxido de carbono ou outros gases de efeito estufa. Normalmente, um crédito permite a emissão de uma tonelada métrica de CO₂. Empresas ou países podem comprar esses créditos para cumprir os limites de emissão. Compensações de carbono: são reduções nas emissões de dióxido de carbono ou outros gases de efeito estufa feitas para compensar as emissões feitas em outro lugar. Por exemplo, uma empresa pode investir em um projeto de reflorestamento para compensar suas próprias emissões.
- 399 T. Arko. (2024). *Carbon markets and the new scramble for African land (Mercados de carbono e a nova disputa por terras africanas)*. Review of African Political Economy. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://roape.net/2024/10/30/carbon-markets-and-the-new-scramble-for-african-land/>
- 400 A. Sen e N. Dabi. (2021). *Tightening the Net: the Implications of Net Zero Climate Targets for Land and Equity [Apertando a Rede: as Implicações das Metas Climáticas Líquidas Zero para Terra e Equidade]*. Oxfam. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/research/tightening-net-implications-net-zero-climate-targets-land-and-food-equity>
- 401 T. Reeve e L. Walsh. (5 de dezembro de 2023). *Forgotten Frontlines: Looking at the Climate Finance Going to Fragile and Conflict Affected States in 2019-20 [Analisando o financiamento climático destinado a Estados frágeis e afetados por conflitos em 2019-20]*. Oxfam. Comunicado à imprensa. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/forgotten-frontlines-looking-climate-finance-going-fragile-and-conflict-affected>
- 402 N. Routley. (12 de janeiro de 2018). *Mapa: Todas as fronteiras do mundo por idade*. Visual Capitalist. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.visualcapitalist.com/map-worlds-borders-by-age/>
- 403 “Conferência de Berlim de 1884-1885. Reunião na qual as principais potências europeias negociaram e formalizaram reivindicações de território na África; também chamada de Conferência de Berlim sobre a África Ocidental”. Extraído de: E. Health. (2010). Encyclopaedia of Africa (Enciclopédia da África). Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.oxfordreference.com/display/10.1093/acref/9780195337709.001.0001/acref-9780195337709-e-0467>
- 404 Britannica. (n.d.). *Sykes-Picot Agreement*, 1916. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.britannica.com/event/Sykes-Picot-Agreement>; R. M. Kulik. (n.d.). *Partition of India [Partição da Índia]*. Britannica. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.britannica.com/event/Partition-of-India>
- 405 S. Ray. (2018). ‘Beyond Divide and Rule: Explaining the Link between British Colonialism and Ethnic Violence’. *Nationalism and Ethnic Politics*, 24(4), 367-88. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1080/13537113.2018.1522745>
- 406 R. F. Tusalem. (2016). ‘The Colonial Foundations of State Fragility and Failure’, op. cit.
- 407 S. Michalopoulos and E. Papaioannou. (2020). ‘Historical Legacies and African Development’. *Journal of Economic Literature*, 58(1), 53–128. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.20181447>
- 408 M. Lange, T. Jeong and E. Amasyali. (2021). ‘The Colonial Origins of Ethnic Warfare’ (As origens coloniais da guerra étnica), op. cit.
- 409 N. Cheeseman e F. Fisher. (31 de outubro de 2019). *Como o domínio colonial predispsôs a África a um autoritarismo frágil*. The Conversation. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://theconversation.com/how-colonial-rule-predisposed-africa-to-fragile-authoritarianism-126114>
- 410 F. D. Colburn. (2020). *Colonialism, Independence, and the Construction of Nation-States [Colonialismo, Independência e a Construção de Estados-Nação]*. Nova York: Palgrave Macmillan. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-54716-5>
- 411 M. Davis. (2000). *Late Victorian Holocausts*. London and New York: Verso. Accessed 4 November 2024; S. Ambirajan. (1976). ‘Malthusian Population Theory and Indian Famine Policy in the Nineteenth Century’. *Population Studies*, 30(1). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00324728.1976.10412717>

- 412 D. Sullivan and J. Hickel. (2023). 'Capitalism and Extreme Poverty', op. cit.
- 413 S. Mallik. (2023). *Colonial Biopolitics and the Great Bengal Famine of 1943 [Biopolítica colonial e a grande fome de Bengala de 1943]*. *GeoJournal*, 88(3), 3205-21. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10708-022-10803-4>
- 414 B. Kuchay. (1º de abril de 2019). *As políticas de Churchill são culpadas pela fome de Bengala em 1943: Study*. Al Jazeera. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.aljazeera.com/news/2019/4/1/churchills-policies-to-blame-for-1943-bengal-famine-study>
- 415 I. S. Mubin, F. Deek e A. Shaikh. (2022). 'The Susceptibility of South Asians to Cardiometabolic Disease as a Result of Starvation Adaptation Exacerbated During the Colonial Famines' [A suscetibilidade dos sul-asiáticos a doenças cardiometabólicas como resultado da adaptação à fome exacerbada durante as fomes coloniais]. *Endocrinology, Diabetes and Metabolism Journal*, 6(2), 1-9. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://researchopenworld.com/the-susceptibility-of-south-asians-to-cardiometabolic-disease-as-a-result-of-starvation-adaptation-exacerbated-during-the-colonial-famines/1>
- 416 D. Acemoglu, S. Johnson and J. A. Robinson. (2002). 'The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation'. *American Economic Review*, 91(5). Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.91.5.1369>
- 417 F. A. Fathimah. (2018). *As instituições extrativistas e o legado do colonialismo holandês na Indonésia: A Historical Case Study*. Uppsala Universitet. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1285721/FULLTEXT01.pdf>
- 418 A. Irarrázaval. (2020). *The Fiscal Origins of Comparative Inequality Levels: an Empirical and Historical Investigation [As origens fiscais dos níveis de desigualdade comparativa: uma investigação empírica e histórica]*. LSE Economic History Working Papers, no. 314, acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.lse.ac.uk/Economic-History/Assets/Documents/WorkingPapers/Economic-History/2020/WP314.pdf>
- 419 A. Irarrázaval. (2020). *The Fiscal Origins of Comparative Inequality Levels (As origens fiscais dos níveis de desigualdade comparativa)*, op. cit.
- 420 F. Cooper. (2002). *Africa since 1940*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 421 V. Saleh-Hanna. (2020). 'Colonialism, Crime, and Social Control'. *Criminology and Criminal Justice [Criminologia e Justiça Criminal]*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264079.013.650>
- 422 CIA. (n.d.). 'Field Listing – Legal system' in *The World Factbook*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/about/archives/2022/field/legal-system/>
- 423 K. McBride. (2016). Chapter 1: 'Colonialism and the Rule of Law' in *Mr. Mothercountry: The Man Who Made the Rule of Law*. Oxford: Oxford University Press.
- 424 M. Kanna. (2020). 'Promovendo a descolonização: Judicial Review of Colonial Criminal Law'. *Duke Law Journal*, 70(2) Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://scholarship.law.duke.edu/dlj/vol70/iss2/3/>
- 425 E. Bell. (2024). 'Normalising the Exceptional: British Colonial Policing Cultures Come Home'. *Mémoire(s), identité(s), marginalité(s) dans le monde occidental contemporain*. Acessado em 21 de outubro de 2024. <http://journals.openedition.org/mimmoc/1286>
- 426 F. Bobin. (2020). *Como o colonialismo moldou o policiamento na França*. Jacobin. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://jacobin.com/2020/07/police-racism-france-africans-colonialism>; M. Rigouste. (2022). *France: Police Violence as Part of Colonial History [A violência policial como parte da história colonial]*. *Orient XXI*. 21 de outubro de 2024. <https://orientxxi.info/magazine/france-police-violence-as-part-of-colonial-history,5726>
- 427 J. Go. (2023). *Policing Empires: Militarization, Race, and the Imperial Boomerang in Britain and the US [Militarização, raça e o bumerangue imperial na Grã-Bretanha e nos EUA]*. Oxford: Oxford University Press.
- 428 Under Chapter XI of the Charter of the United Nations, the Non-Self-Governing Territories are defined as 'territories whose people have not yet attained a full measure of self-government'. The General Assembly, by its resolution 66 (II) of 14 December 1946, noted a list of 72 Territories to which Chapter XI of the Charter applied. Dependent areas are territories governed by a sovereign state, but they are not part of the mainland and they often have a certain degree of autonomy represented by a local government. They do not possess full political independence or sovereignty as a state. See: Nations Online. (n.d.). *Dependent Areas*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://nationsonline.org/oneworld/territories.htm>

- 429 F. Kuwonu. (28 October 2020). *Four African countries at the founding of the UN in San Francisco in 1945*. Africa Renewal. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.un.org/africarenewal/magazine/october-2020/africa-countries-founding-un-san-francisco-1945>
- 430 UN. (n.d.). *Growth in United Nations membership*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.un.org/en/about-us/growth-in-un-membership>
- 431 1.75 million people. See: UN. (n.d.). *Non-Self-Governing Territories*. Acessado em 18 de novembro de 2024. <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/nsgt>
- 432 Britannica. (2024). *Decolonization*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.britannica.com/topic/decolonization>
- 433 J. Kumari. (1986). *Feminism and Nationalism in the Third World*. London: Zed Books.
- 434 C. Enloe. (2014). *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Oakland: University of California Press.
- 435 J. M. Alexander and C. T. Mohanty. (1997). *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. New York: Routledge.
- 436 G. Zhou. (2024). 'Rise of Global South and Changes in Contemporary International Order'. *China International Strategy Review*, 6, 58–77. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://doi.org/10.1007/s42533-024-00160-x>
- 437 The Non-Aligned Movement (NAM) is a forum of 120 countries that are not formally aligned with or against any major power bloc which was founded during the Cold War to advance the interests of the Global South. The Group of 77 is a coalition of 134 Global South countries in the UN designed to promote its members' collective interests.
- 438 UN. (1974). *Declaration on the Establishment of a New International Economic Order*. United Nations Digital Library. Acessado em 17 de setembro de 2024. <https://digitallibrary.un.org/record/218450?ln=en&v=pdf>
- 439 K. Gray and B. K. Gills. (2016). 'South–South Cooperation and the Rise of the Global South'. *Third World Quarterly*, 37(4), 557–574. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1128817>; S. Nicholls. (2024). 'Non-aligned Common Front: Strategic Imaginaries of the New International Economic Order (NIEO)'. *Development in Practice*, 1–11. Acessado em 23 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1080/09614524.2024.2400160>
- 440 UN. (14 December 2022). *General Assembly Takes Up Second Committee Reports, Adopting 38 Resolutions, 2 Decisions*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://press.un.org/en/2022/ga12482.doc.htm>
- 441 UN. (2022). *Towards a new international economic order: draft resolution / Pakistan [on behalf of the Group of 77 and China]*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://digitallibrary.un.org/record/3990396?ln=en&v=pdf>
- 442 Progressive International. (2024). *Havana NIEO Congress introduces roadmap for an insurgent Global South*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://progressive.international/wire/2024-05-02-havana-nieo-congress-introduces-roadmap-for-an-insurgent-global-south/en>
- 443 R. Siddiqui. (29 de março de 2024) *UN Security Council Reform: The Urgent Need to Decolonize* [A necessidade urgente de descolonizar]. *Diplomacia Moderna*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://moderndiplomacy.eu/2024/03/29/un-security-council-reform-the-urgent-need-to-decolonize/>
- 444 C. Mokhiber. (9 de setembro de 2024). *On the need to dismantle the Settler-Colonial Bloc at the UN [Sobre a necessidade de desmantelar o Bloco Colonizador-Colonial na ONU]*. *Counter Currents*. Acessado em 28 de agosto de 2024. <https://countercurrents.org/2024/09/on-the-need-to-dismantle-the-settler-colonial-bloc-at-the-un/>
- 445 L. Merling (2022) *No voice for the vulnerable: Climate change and the need for quota reform at the IMF (Mudanças climáticas e a necessidade de reforma das cotas no FMI)*. Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://www.bu.edu/gdp/2022/10/11/no-voice-for-the-vulnerable-climate-change-and-the-need-for-quota-reform-at-the-imf/>
- 446 JJ. Hickel. (26 de novembro de 2020). *Apartheid no Banco Mundial e no FMI*. Al Jazeera. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/11/26/it-is-time-to-decolonise-the-world-bank-and-the-imf>
- 447 A. Mohseni-Cheraghlo, (11 de abril de 2022). *Democratic challenges at Bretton Woods Institutions [Desafios democráticos nas instituições de Bretton Woods]*. The Atlantic Council. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/inequality-at-the-top-democratic-challenges-at-bretton-woods-institutions/>

- 448 Projeto Bretton Woods. (23 de julho de 2019). *O que é o “acordo de cavalheiros”?* Perguntas frequentes do Projeto Bretton Woods. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.brettonwoodsproject.org/2019/07/what-is-the-gentlemans-agreement/>; J. Saldanha e I. Fresnillo. (2 de março de 2023). *A nomeação de Banga tem o Império escrito por toda parte*. Eurodad. Acessado em 21 de outubro de 2024. https://www.eurodad.org/banga-nomination_wbg_empire
- 449 ONU. (2023). *Our Common Agenda Policy Brief 6: Reforms to the International Financial Architecture*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-international-finance-architecture-en.pdf>
- 450 N. Dearden. (2023). *Pharmanomics*. Londres e Nova York: Verso; P. Gupta. (3 de maio de 2023). *Uma OMC eficaz precisa ser equitativa e transparente*. Observer Research Foundation. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.orfonline.org/expert-speak/there-is-a-need-to-reform-wto-as-it-fails-to-represent-the-interests-of-the-global-south>
- 451 Y. Fukuda. (2010). ‘O regime da OMC como um novo estágio do imperialismo: Decaying Capitalism and its Alternative’. *World Review of Political Economy*, 1(3), 485–99. DOI: 10.2307/41931884
- 452 ONU. (14 de junho de 2022). *Especialista da ONU pede aos Estados que acabem com o apartheid de vacinas*. Comunicado à imprensa. Acessado em 24 de novembro de 2024. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/06/un-expert-urges-states-end-vaccine-apartheid> P. Ranald. (2022). *As regras comerciais frustraram os esforços globais para combater a Covid. A OMC deve apresentar uma isenção de PI para vacinas*. Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/feb/23/trade-rules-have-thwarted-global-efforts-to-fight-covid-the-wto-must-deliver-on-a-vaccine-ip-waiver>
- 453 Saúde Global 50/50. (2022). *Conselhos para todos? A Review of Power, Policy and People on the Boards of Organisations Active in Global Health (Uma análise do poder, da política e das pessoas nos conselhos de administração das organizações ativas na saúde global)*. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://globalhealth5050.org/wp-content/themes/global-health/reports/2022/media/Boards%20for%20All_Global%20Health%2050_50%20Report_OnlineMarch2022.pdf
- 454 M. J. Cohen, A. Croome e E. Nalbandian. (2024). *Veto à humanidade: How a few powerful nations hijacked global peace (Como algumas nações poderosas sequestraram a paz global)*. Oxfam. Acessado em 24 de novembro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/vetoing-humanity-how-a-few-powerful-nations-hijacked-global-peace-and-why-refor-621621/>
- 455 Ibid.
- 456 M. O. Baumann e S. Haug. (2024). *Financing the United Nations: Status Quo, Challenges and Reform Options (Situação atual, desafios e opções de reforma)*. Instituto Alemão de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://library.fes.de/pdf-files/international/21124.pdf>
- 457 Escritório do MPTF das Nações Unidas. (n.d.). *Quem financia a ONU? Funding Sources*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.financingun.report/un-financing/un-funding/funding-entity>
- 458 ITU. (n.d.). *List of all UN agencies, funds and Programmes [Lista de todas as agências, fundos e programas da ONU]*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.itu.int/online/mm/scripts/gense11?memb=UNSYSTEM>
- 459 Para obter os detalhes dos cálculos e uma explicação das categorias, consulte *Takers not Makers: Nota Metodológica*, estatística número 19. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 460 D. D. Reidpath e P. Allotey. (2019). The problem of “trickle-down science” from the Global North to the Global South” [O problema da “ciência do gotejamento” do Norte Global para o Sul Global]. *BMJ Global Health*, 2019;4:e001719. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2019-001719>; E. Culotta, S. Chakradhar e R. P. Ortega. (2024). ‘Remapping Science: Researchers Reckon with a Colonial Legacy’. *Science*, 385(6709). Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.science.org/content/article/scientists-confronting-lingering-imprint-colonialism>
- 461 E. Charani et al. (2022). ‘Fundlers: The Missing Link in Equitable Global Health Research’. *PLOS Global Public Health*, 3;2(6). Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10021882/>
- 462 V. Amarante et al. (2021). ‘Underrepresentation of Developing Country Researchers in Development Research’ [Sub-representação de pesquisadores de países em desenvolvimento na pesquisa sobre desenvolvimento]. *Applied Economics Letters*, 29(17), 1659–64. <https://doi.org/10.1080/13504851.2021.1965528>
- 463 C. György. (2024). Mapping the Geography of Editors-in-Chief” [Mapeando a geografia dos editores-chefes]. *Journal of Data and Information Science*, 9(1), 124–37. <https://doi.org/10.2478/jdis-2024-0002>

- 464 R. C. Briggs e S. Weathers. (2016). "Gender and Location in African Politics Scholarship: The Other White Man's Burden?". *African Affairs*, 115(460), 466-89. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1093/afraf/adw009>
- 465 M. Imberg e M. Shaban. (2022). *University Alumni Report 2022: Rankings of the Wealthy and Influential [Relatório de ex-alunos de universidades 2022: classificações dos ricos e influentes]*. Altrata. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://info.altrata.com/university-alumni-2022>
- 466 Wealth-X. (2018). *Billionaire Census 2018 (Censo de bilionários 2018)*. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://thehometruster.com/wp-content/uploads/2018/06/Wealth-X_Billionaire_Census_2018.pdf
- 467 N. Hillman. (2017). *UK is (just) number 1 for educating the world's leaders*, op. cit.
- 468 S. Edwards. (2023). *The Chile Project: The Story of the Chicago Boys and the Downfall of Neoliberalism [O Projeto Chile: A História dos Chicago Boys e a Queda do Neoliberalismo]*. Princeton: Princeton University Press.
- 469 G. K. Bhambra. (2021). "Relations of Extraction, Relations of Redistribution: Empire, Nation, and the Construction of the British Welfare State". *The British Journal of Sociology*, 73, 4-15. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9306532/pdf/BJOS-73-4.pdf>
- 470 A. Gwaindepi (2023). O sistema tributário africano continua injusto desde a época colonial. Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.diis.dk/en/research/african-taxation-system-remains-unfair-since-colonial-times>
- 471 M. Keen e J. Slemrod. (2021). *Rebellion, Rascals, and Revenue: Tax Follies and Wisdom Through the Ages*. Princeton: Princeton University Press; D. Brautigam e O-H. Fjeldstad e M. Moore. (2008). *Taxation and State-Building in Developing Countries - Capacity and Consent [Tributação e construção do Estado em países em desenvolvimento - Capacidade e consentimento]*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 472 Ibid.
- 473 Universidade de Direito de Nalsar. (2023). *Third World Approaches to International Taxation I: Understanding the History of Double Taxation Avoidance Agreements (Abordagens do Terceiro Mundo à Tributação Internacional I: Entendendo a História dos Acordos para Evitar a Dupla Tributação)*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://ctl.nalsar.ac.in/2023/10/06/third-world-approaches-to-international-taxation-i-understanding-the-history-of-double-taxation-avoidance-agreements/>
- 474 Tax Justice Network. (n.d.). *Where are tax havens located?* Acessado em 28 de agosto de 2024. <https://taxjustice.net/faq/where-are-tax-havens-located/>
- 475 M. B. Mansour. (22 de novembro de 2023). *A ONU adota planos para uma reforma tributária histórica*. Rede de Justiça Tributária. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://taxjustice.net/press/un-adopts-plans-for-historic-tax-reform/>; B. Medina. (23 de agosto de 2024). *ONU vota para adotar roteiro para convenção tributária global*. International Consortium of Investigative Journalists [Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos]. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.icij.org/news/2024/08/un-votes-to-adopt-roadmap-for-global-tax-convention>
- 476 J. E. Stiglitz. (2024). *The International Tax System is Broken [O sistema tributário internacional está quebrado]: But the UN can fix it - if Washington gets out of the way" [O sistema tributário internacional está quebrado: mas a ONU pode consertá-lo - se Washington sair do caminho]*. Foreign Affairs. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.foreignaffairs.com/world/international-tax-system-broken>
- 477 G20 (2024) G20 Rio De Janeiro Leaders' Declaration. Acessado em 28 de novembro de 2024. <https://www.g20.org/en/documents/g20-rio-de-janeiro-leaders-declaration#:~:text=The%20Rio%20de%20Janeiro%20Leaders,the%20reform%20of%20global%20governance> Oxfam (2024) Oxfam reaction to the Rio de Janeiro G20 Ministerial Declaration on International Tax Cooperation " " this is serious global progress". Comunicado à imprensa. Acessado em 28 de novembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-rio-de-janeiro-g20-ministerial-declaration-international-tax>
- 478 Bilaterals.org. (30 de maio de 2023). *How colonialism shaped free trade agreements: from colonies to neoliberalism (Como o colonialismo moldou os acordos de livre comércio: das colônias ao neoliberalismo)*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.bilaterals.org/?how-colonialism-shaped-free-trade-48362>
- 479 TNI. (2021). *Foresti vs. África do Sul: Medidas para remediar a discriminação e as desigualdades*. Plataforma ISDS. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://isds.bilaterals.org/?foresti-vs-south-africa-measures>
- 480 Instituto de Estudos de Políticas. (2024). *The Corporate Assault on Honduras [O ataque corporativo a Honduras]*. Acessado em 16 de outubro de 2024. https://ips-dc.org/wp-content/uploads/2024/10/honduras_isds_full_report.pdf

- 481 OHCHR. (20 de outubro de 2023). *Os acordos de disputa entre investidores e Estados têm consequências catastróficas para o meio ambiente e os direitos humanos: Especialista da ONU*. Comunicado à imprensa. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/10/investor-state-dispute-settlements-have-catastrophic-consequences>
- 482 R. H. Xiao. (8 de março de 2022). *Por que os bancos britânicos dominaram os mercados financeiros coloniais por tanto tempo*. Blog da LSE. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://blogs.lse.ac.uk/economicshistory/2022/03/08/why-british-banks-dominated-colonial-financial-markets-for-so-long/>
- 483 O Dow Jones Industrial Average (DJIA) e o Standard and Poor's 500 (S&P 500) são dois dos mais importantes índices do mercado de ações do mundo. Eles acompanham o desempenho das maiores empresas listadas nas bolsas de valores dos EUA.
- 484 G. Krozewski e T. Nyamunda,. (2023). "Money for Africa and Money in Africa: Colonial Currencies and the Making of Economies and States, 1860s-1960s". *African Studies Review*, 66(3). Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://doi.org/10.1017/asr.2023.26>
- 485 F. Pigeaud e N. S. Sylla. (2020). *A última moeda colonial da África: The CFA Franc Story*. Londres: Pluto Press.
- 486 F. Pigeaud. (26 de janeiro de 2021). *Franc FCA: le silence complice des progressistes francais*. Blog [francês]. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://blogs.mediapart.fr/fanny-pigeaud/blog/260121/franc-cfa-le-silence-complice-des-progressistes-francais>
- 487 N. S. Sylla. (12 de julho de 2017). *O Franco CFA: O imperialismo monetário francês na África*. Blog da LSE. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2017/07/12/the-cfa-franc-french-monetary-imperialism-in-africa/>
- 488 N. S. Sylla. (2023). "The French "Guarantee" of CFA Franc Convertibility: Political and Economic Aspects of a Myth". *Contemporary Issues in African Trade and Trade Finance (CIAT)*, 8(1), 20–36. Acessado em 14 de novembro de 2024. https://media.afreximbank.com/afrexim/CIAT_VOLUME_8_NUMBER_1_2023.pdf
- 489 BCEAO. (2023). *Etats Financiers de la BCEAO exercise clos le 31st Decembre 2023*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.bceao.int/sites/default/files/2024-04/BCEAO-Etats%20financiers%20au%2031%20de%CC%81cembre%202023.pdf>
- 490 N. S. Sylla. (2023). "The French "Guarantee" of CFA Franc Convertibility: Political and Economic Aspects of a Myth", op. cit.
- 491 A. Siripurapu and N. Berman. (2023). *The Dollar: The World's Reserve Currency*. Conselho de Relações Exteriores. Acessado em 24 de agosto de 2024. <https://www.cfr.org/background/dollar-worlds-reserve-currency>; FMI. (n.d.). *Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves [Composição das Reservas Oficiais de Câmbio]*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://data.imf.org/?sk=e6a5f467-c14b-4aa8-9f6d-5a09ec4e62a4>
- 492 Ibid.
- 493 M. Ali. (3 de fevereiro de 2022). *Dominância aguda do dólar*. Phenomenal World. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.phenomenalworld.org/analysis/acute-dollar-dominance/>
- 494 R. Bems e R. Moussa. (2023). *Emerging market economies bear the brunt of a stronger dollar (Economias de mercados emergentes sofrem o impacto de um dólar mais forte)*. Blog do FMI. Acessado em 29 de setembro de 2024. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/07/19/emerging-market-economies-bear-the-brunt-of-a-stronger-dollar>
- 495 Instituto para a Justiça e a Democracia no Haiti. (n.d.). *Restitution of Haiti's Independence Debt from France [Restituição da dívida de independência do Haiti com a França]*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.ijdh.org/our-work/accountability/economic-justice/restitution-of-haitis-independence-debt-from-france>
- 496 A Indonésia herdou cerca de US\$ 3 bilhões do governo holandês na independência, incluindo 4,5 bilhões de florins holandeses e mais US\$ 100 milhões. N. J. White (2017). "The Settlement of Decolonization and Post-colonial Economic Development: Indonesia, Malaysia and Singapore Compared". *Journal of the Humanities and Social Sciences of Southeast Asia (Jornal de Ciências Humanas e Sociais do Sudeste Asiático)*. Acessado em 10 de outubro de 2024. https://brill.com/view/journals/bki/173/2-3/article-p208_3.xml?language=en. Em 1950, um dólar americano custava 1,7 florins holandeses. O índice de preços ao consumidor (CPI) dos EUA foi usado para calcular o valor em dólares atuais, ou seja, dívida herdada em dólares * CPI (2024/1950). Em 1950, o IPC dos EUA era de 24 e, em 2024, de 312.

- 497 Justiça da dívida. (2023). *The Colonial Roots of Global South Debt: a Tale of Plunder, Exploitation and Resistance [As raízes coloniais da dívida do Sul Global: uma história de pilhagem, exploração e resistência]*. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/09/The-colonial-roots-of-global-south-debt.pdf>
- 498 M. Kremer and S. Jayachandran. (2003). *Odious Debt: When Dictators Borrow, Who Repays the Loan?* Brookings Institution. Acessado em 16 de outubro de 2024. <https://www.brookings.edu/articles/odious-debt-when-dictators-borrow-who-repays-the-loan>
- 499 Justiça da dívida. (2023). *Juros pagos por países de baixa e média renda sobre o pagamento da dívida externa soberana de 1970 a 2023*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/09/Interest-paid-by-global-south-countries-on-sovereign-external-debt-repayments-from-1970-2023.pdf>
- 500 A. Tiftik, K. Mahmood e R. Aycok (2023). *Global Debt Monitor in Search of Sustainability (Monitor da dívida global em busca de sustentabilidade)*. Instituto de Finanças Internacionais. Acessado em 16 de outubro de 2024. https://www.iif.com/portals/0/Files/content/Global%20Debt%20Monitor_Sept2023_vf.pdf
- 501 D. A. Oberdabernig. (2010). *The Effects of Structural Adjustment Programs on Poverty and Income Distribution [Os efeitos dos programas de ajuste estrutural sobre a pobreza e a distribuição de renda]*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://wiiw.ac.at/the-effects-of-structural-adjustment-programs-on-poverty-and-income-distribution-paper-dlp-2017.pdf>
- 502 UNESCO. (1995). *Effects of structural adjustment programmes on education and training*, op. cit.
- 503 M. Thomson, A. Kentikelenis e T. Stubbs. (2017). 'Structural Adjustment Programmes Adversely Affect Vulnerable Populations' (Programas de ajuste estrutural afetam negativamente as populações vulneráveis), op. cit.
- 504 Oxfam. (13 de abril de 2023). *Para cada US\$ 1 que o FMI incentivou um conjunto de países pobres a gastar em bens públicos, ele lhes disse para cortar quatro vezes mais por meio de medidas de austeridade*, op. cit.
- 505 UNCTAD. (4 de junho de 2024). *Dívida pública global atinge recorde de US\$ 97 trilhões em 2023, ONU pede ação*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://unctad.org/news/global-public-debt-hits-record-97-trillion-2023-un-urges-action>
- 506 D. Archer & R Saalbrink (2021) *The Public versus Austerity: Why Public Sector Wage Bill Constraints must end*. Acessado em 26 de novembro de 2024. <https://actionaid.org/publications/2021/public-versus-austerity-why-public-sector-wage-bill-constraints-must-end#downloads>
- 507 S. Spiegel e O. Schwank. (8 de junho de 2022). *Bridging the 'great finance divide' in developing countries*. Brookings. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.brookings.edu/articles/bridging-the-great-finance-divide-in-developing-countries>
- 508 A financeirização é o domínio crescente de motivos financeiros, atores de mercados e instituições na economia. Ela afeta os setores público e privado.
- 509 R. Riddell et al. (2023). *Inequality Inc.*, op. cit.
- 510 B. Goodair e A. Reeves. (2024). *The Effect of Health-care Privatisation on the Quality of Care* [O efeito da privatização do setor de saúde na qualidade do atendimento]. *The Lancet Public Health*, 9(3), e199 - e206. Acessado em 11 de outubro de 2024. [https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667\(24\)00003-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667(24)00003-3/fulltext)
- 511 Eurodad. (1 de dezembro de 2022). *History RePPPeated II - Why Public-Private Partnerships are not the solution [História Repetida II - Por que as Parcerias Público-Privadas não são a solução]*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.eurodad.org/historyrepppeated2>; OMS. (n.d.). *Addressing the international migration of health workers [Abordando a migração internacional de profissionais da saúde]*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.who.int/activities/addressing-thhistory-migration-of-health-workers>
- 512 A. Taneja e A. Sarkar. 2023. *First, Do No Harm: Examining the Impact of the IFC's Support to Private Healthcare in India [Primeiro, não cause danos: examinando o impacto do apoio da IFC à saúde privada na Índia]*. Oxfam. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/research/first-do-no-harm-examining-impact-ifcs-support-private-healthcare-india>
- 513 K. Malouf Bous e J. Farr. (2019). *False Promises (Falsas promessas): How Delivering Education Through Public-Private Partnerships Risks Fueling Inequality Instead of Achieving Quality Education For All [Como a oferta de educação por meio de parcerias público-privadas pode alimentar a desigualdade em vez de alcançar uma educação de qualidade para todos]*. Oxfam. Acessado em 21 de outubro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/false-promises-how-delivering-education-through-private-schools-and-public-priv-620720/>

- 514 Projeto Bretton Woods. (21 de julho de 2022). *A IFC do Banco Mundial encerra o financiamento de escolas de ensino fundamental e médio pagas*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.brettonwoodsproject.org/2022/07/world-banks-ifc-ends-funding-for-fee-paying-primary-and-secondary-schools/>
- 515 P. Nogueues-Marco. (2020). *Measuring Colonial Extraction: The East India Company's Rule and the Drain of Wealth* (27571858). Centre for Economic Policy Research Discussion paper series. DP 15431. Acessado em 30 de agosto de 2024. <http://www.piketty.pse.ens.fr/files/NoguesMarco2020.pdf>
- 516 L. O'Rourke. (2016). *The U.S. tried to change other countries' governments 72 times during the Cold War*. *The Washington Post*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/12/23/the-cia-says-russia-hacked-the-u-s-election-here-are-6-things-to-learn-from-cold-war-attempts-to-change-regimes/> [paywall]
- 517 P. Gleijeses. (1991). *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944–1954*. Princeton: Princeton University Press.
- 518 P. Kornblug. (2013). *The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability*. New York: The New Press.
- 519 V. Gerrard-Burnett. (2009). Greg Grandin. 'Empire's Workshop: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism'. *The American Historical Review*, 114(1), February 2009, 184–85, <https://doi.org/10.1086/ahr.114.1.184-a>
- 520 N. Chomsky. (2003). *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance*. New York: Metropolitan Books. Acessado em 30 de agosto de 2024. https://ia803409.us.archive.org/21/items/ManufacturingConsent_201408/Hegemony%20or%20Survival.pdf
- 521 W. Dalrymple and O. Fraser. (2022). *The Anarchy; The East India Company, Corporate Violence, and the Pillage of an Empire*, op. cit.
- 522 No direito internacional, uma concessão é um território dentro de um país que é administrado por uma entidade que não é o estado que detém a soberania sobre ele.
- 523 S. Lowes e E. Montero. (1 de novembro de 2021). *Efeitos duradouros da exploração de recursos da era colonial no Congo: Concessões, violência e governo indireto*. VoxDev. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://voxdev.org/topic/institutions-political-economy/lasting-effects-colonial-era-resource-exploitation-congo>; S. Lowes e E. Montero. (2020). *Concessions, Violence, and Indirect Rule: Evidence from the Congo Free State*. National Bureau of Economic Research. Documento de trabalho 27893. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.nber.org/papers/w27893>
- 524 Zero Carbon Analytics. (9 de fevereiro de 2024). *Desenvolvimento dos recursos minerais da África: What needs to happen*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://zerocarbon-analytics.org/archives/netzero/developing-africas-mineral-resources-what-needs-to-happen>
- 525 IEA. (2021). *Africa Energy Outlook 2022: Key Findings*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022/key-findings>
- 526 Publique o que você paga. (4 de setembro de 2024). *Briefing: Como a África pode tirar o máximo proveito de seus minerais de transição?* Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://pwwp.org/briefing-how-can-africa-make-the-most-of-its-transition-minerals/>
- 527 Banco Mundial. (2022). *World Integrated Trade Solutions*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://wits.worldbank.org/>
- 528 R. Riddell et al. (2023). *Inequality Inc.*, op. cit.
- 529 P. Aghion, C. Antonin e S. Bunel. (11 de maio de 2021). *Barreiras à entrada como outra fonte de desigualdade de renda superior*. Promarket. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.promarket.org/2021/05/11/barriers-entry-income-inequality-lobbying/>
- 530 UFC Guatemala. (2024). *The United Fruit Company and the 1954 Guatemalan Coup*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://ufcguatemala.voices.wooster.edu/>
- 531 Public Eye. (22 de agosto de 2024). *Após denúncia criminal da Public Eye: Glencore condenada após negócios corruptos em minas na RDC*. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.publiceye.ch/en/topics/commodities-trading/after-criminal-complaint-by-public-eye-glencore-convicted-following-corrupt-mine-deals-in-the-drc>

- 532 S. Kedem. (30 de março de 2023). *Apesar dos lucros industriais recordes, os mineradores de cobalto da RDC caem ainda mais na pobreza*. Acessado em 30 de agosto de 2024. African Business. <https://african.business/2023/03/resources/drcs-cobalt-miners-fall-further-into-poverty>
- 533 CompaniesMarketCap. (n.d.). *Market capitalization of Glencore (Capitalização de mercado da Glencore)*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://companiesmarketcap.com/eur/glencore/marketcap>
- 534 A Glencore se juntou à Fair Cobalt Alliance em agosto de 2020. Veja: Fair Cobalt Alliance. *Glencore*. Acessado em 24 de novembro de 2024. <https://www.faircobaltalliance.org/supply-chain-wide-collaboration/our-members/glencore/>
- 535 Glencore. (2023). *Resultados preliminares da Glencore em 2022*. Comunicado à imprensa. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.glencore.com/.rest/api/v1/documents/7ce9527cb786528b7016cd495780a4af/GLEN-2022-Preliminary-Results.pdf>
- 536 J. Jolly. (3 de novembro de 2022). *Tribunal de Londres força Glencore a pagar recorde de £ 281 milhões por suborno na África*. *The Guardian*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.theguardian.com/business/2022/nov/03/london-court-forces-glencore-to-pay-record-281m-for-bribery-in-africa>
- 537 L. Cohen. (28 de fevereiro de 2023). *A Glencore foi condenada a pagar US\$ 700 milhões nos EUA após declaração de culpa por suborno*. Reuters. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.reuters.com/legal/glencore-sentenced-pay-700-mln-us-after-bribery-guilty-plea-2023-02-28/>
- 538 B. Ndemo. (2024) *Addressing digital colonialism: A path to equitable data governance (Um caminho para a governança equitativa de dados)*. Laboratório de Políticas Inclusivas da UNESCO. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://en.unesco.org/inclusivepolicylab/analytics/addressing-digital-colonialism-path-equitable-data-governance>
- 539 M. Silva. (2024). *Como os bilionários da tecnologia estão matando a Internet para todos. Estudo de caso: O poder de monopólio das grandes empresas de tecnologia*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.somo.nl/how-tech-billionaires-are-killing-internet-for-all/>
- 540 U. A. Mejias. (8 de setembro de 2020). *Para combater o colonialismo de dados, precisamos de um Movimento Tecnológico Não-Alinhado*. Al Jazeera. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/9/8/to-fight-data-colonialism-we-need-a-non-aligned-tech-movement>
- 541 M. Kwet (13 de março de 2019). *O colonialismo digital está ameaçando o Sul Global*. Al Jazeera. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://www.aljazeera.com/opinions/2019/3/13/digital-colonialism-is-threatening-the-global-south/>
- 542 Diferentes pesquisadores usaram diferentes agrupamentos de países para suas análises. Muitos se concentram na extração de países pobres para países ricos, em vez de usar categorias geográficas. Usamos essas estimativas, embora reconhecendo que os países do Sul Global têm grande probabilidade de serem pobres.
- 543 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 1. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf> G. Nieves e A. Sodano. (2024). *Has the US Exorbitant Privilege Become a Rich World Privilege?* World Inequality Lab. Documento de trabalho 24/14. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://prod.wid.world/www-site/uploads/2024/04/WorldInequalityLab_WP2024_14_Has-the-US-exorbitant-privilege-become-a-rich-world-privilege_Final.pdf.
- 544 OCDE. (11 de abril de 2024). *A ajuda internacional aumenta em 2023 com maior apoio à Ucrânia e às necessidades humanitárias*. Press release. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/04/international-aid-rises-in-2023-with-increased-support-to-ukraine-and-humanitarian-needs.html>
- 545 Esse é o processo pelo qual os países ricos e as corporações monopolistas usam seu poder para baratear os preços dos recursos e da mão de obra no Sul Global, em nível nacional e em cadeias de suprimentos específicas. Isso significa que os países do Sul Global precisam exportar muito mais para pagar pelas importações do Norte, que têm preços muito mais altos.
- 546 J. Hickel et al. (2022). 'Imperialist Appropriation in the World Economy: Drain From the Global South Through Unequal Exchange, 1990-2015'. *Global Environmental Change* 2022, 73:102467. Acessado em 24 de novembro de 2024. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>
- 547 Os salários do sul são 87% menores para mão de obra altamente qualificada, 93% menores para mão de obra de média qualificação e 95% menores para mão de obra de baixa qualificação. J. Hickel, M. Hanbury Lemos e F. Barbour. (2024). "Unequal Exchange of Labour in the World Economy", op. cit.

- 548 Apropriação de mão de obra refere-se ao processo pelo qual a mão de obra dos trabalhadores, principalmente nos países mais pobres, é extraída e explorada para gerar riqueza para os países mais ricos, muitas vezes sem compensação justa. Esse conceito está ligado à forma como o capitalismo global funciona, em que as disparidades de salários e direitos trabalhistas resultam na transferência de valor daqueles que produzem bens e serviços para aqueles que controlam o capital e os mercados.
- 549 J. Hickel et al. (2022). *'Imperialist Appropriation in the World Economy'* (Apropriação imperialista na economia mundial), op. cit.
- 550 S. Amo-Agyei. (2020). *The Migrant Pay Gap: Understanding Wage Differences Between Migrants and Nationals* [A diferença salarial entre migrantes e nacionais]. ILO. Acessado em 10 de outubro de 2024. <https://www.ilo.org/resource/brief/migrant-pay-gap-understanding-wage-differences-between-migrants-and>
- 551 Consulte *Takers not Makers: Nota metodológica*, estatística número 13. <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Davos-2025-Methodology-Note.pdf>
- 552 C. Pamreiter, L. Steinwarder e K. Kolhoff. (2024). *Uneven Development through Profit Repatriation: How Capitalism's Class and Geographical Antagonisms Intertwine* (Como os antagonismos geográficos e de classe do capitalismo se entrelaçam). Antipode: John Wiley & Sons Ltd.
- 553 Rede de Justiça Tributária. (2023). *The State of Tax Justice 2023* (O Estado da Justiça Tributária 2023). Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2023/>
- 554 OECD. (2023). *OECD Development Assistance 2023*. AAcessado em 21 de outubro de 2024. <https://www.oecd.org/en/topics/policy-issues/official-development-assistance-oda.html>
- 555 A. Mold. (2023). *Why South-South trade is already greater than North-North trade – and what it means for Africa*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.brookings.edu/articles/why-south-south-trade-is-already-greater-than-north-north-trade-and-what-it-means-for-africa>
- 556 BRICS is an intergovernmental organization named after the acronym for Brazil, Russia, India, China and South Africa. It was expanded in 2024 to include Iran, Egypt, Ethiopia and the United Arab Emirates to form BRICS Plus.
- 557 D. Azevedo et al. (29 April 2024). *An Evolving BRICS and the Shifting World Order*. Boston Consulting Group. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.bcg.com/publications/2024/brics-enlargement-and-shifting-world-order>
- 558 A. Afota et al. (2024). *Expansion of BRICS: what are the potential consequences for the global economy?* Banque de France. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.banque-france.fr/en/publications-and-statistics/publications/expansion-brics-what-are-potential-consequences-global-economy>
- 559 World Bank Group. (2021). *A Changing Landscape: Trends in Official Financial Flows and the Aid Architecture*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/9eb18daf0e574a0f106a6c74d7a1439e-0060012021/original/A-Changing-Landscape-Trends-in-Official-Financial-Flows-and-the-Aid-Architecture-November-2021.pdf>
- 560 The United Nations Office for South-South Cooperation defines SSC as 'a common endeavour of peoples and countries of the South, born out of shared experiences and sympathies, based on their common objectives and solidarity, and guided by, inter alia, the principles of respect for national sovereignty and ownership, free from any conditionalities: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n16/461/65/pdf/n1646165.pdf>. Different regions have different ideas of the scope of SSC. Latin America and the Caribbean's focus is on capacity-strengthening and the development of common frameworks; in Asia, the focus is on trade, investment and economic cooperation: https://unctad.org/system/files/official-document/ser-rp-2019d2_en.pdf
- 561 Y. Sperlich and S. Sperlich. (2014). 'Income Inequality in the South-South Integration'. *Journal of Economic Integration*, 29(4), 726-58. Acessado em 11 de outubro de 2024. https://www.e-jei.org/upload/JEI_29_4_726_758_2013600060.pdf
- 562 The Reality of Aid Network. (2023). *On South-South Cooperation: Assessing its political relevance and envisioning a future beyond technical cooperation*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://realityofaid.org/reality-check-ssc/>
- 563 E. Mawdsley. (2023). 'South-South Cooperation and Decoloniality' in *Challenging Global Development*. H. Melber et al. (eds.). Palgrave Macmillan Cham. Acessado em 11 de outubro de 2024. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-30308-1_11
- 564 E. Hogan and S. Patrick. (2024). *A Closer Look at the Global South*. Carnegie Endowment for International Peace. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://carnegieendowment.org/research/2024/05/global-south-colonialism-imperialism?lang=en>

- 565 O índice de Palma é uma medida de desigualdade de renda que se concentra nos extremos da distribuição de renda em uma população. Ele foi introduzido pelo economista Gabriel Palma e enfatiza as disparidades entre ricos e pobres, ao contrário de outras medidas, como o coeficiente de Gini, que analisa a desigualdade em todo o espectro de renda. A. Kamande. (2023) What is the Palma Ratio? op. cit.
- 566 R. Riddell et al. (2024) *Inequality Inc.*, op. cit.
- 567 Britannica. (2024). *Bandung Conference*. *Encyclopedia Britannica*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.britannica.com/event/Bandung-Conference>
- 568 African Institutions Support Group. (2024). *AU Unveils Bold 2025 Theme*, op. cit.
- 569 UN Department of Economic and Social Affairs. (2024). *UN to hold 'Second World Summit for Social Development' in 2025*, op. cit.
- 570 M. Cabe. (2023). *How Rhodes Must Fall Amplified Calls to Decolonize*. *New Internationalist*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://newint.org/features/2023/08/21/how-rhodes-must-fall-amplified-calls-decolonize>
- 571 For example, the National Association for the Advancement of Coloured People. Acessado em 24 de novembro de 2024. <https://naacp.org/>
- 572 G. L. X. Woo. (2013). 'Decolonization and Canada's "Idle No More" Movement'. *Arctic Review on Law and Politics*, 4(2), 181–206. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.jstor.org/stable/48710182>
- 573 A. Fricker and B. Fricker. (2022). 'Decolonising' classrooms could help keep First Nations kids in school and away from police. *The Conversation*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://theconversation.com/decolonising-classrooms-could-help-keep-first-nations-kids-in-school-and-away-from-police-188067>;
- T. Jones, C. Dowling and S. Cox. (2023). 'Realising Decolonising Spaces: Relational Accountability in Research Events'. *AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples*, 19(1). Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/11771801221144640?icid=int.sj-full-text.similar-articles.3>;
- C. Wahlquist. (28 May 2021). 'The right thing to do': restoring Aboriginal place names key to recognising Indigenous histories. Acessado em 4 de novembro de 2024. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/australia-news/2021/may/29/the-right-thing-to-do-restoring-aboriginal-place-names-key-to-recognising-indigenous-histories>;
- Merri-bek City Council. (n.d.). *Renaming Merri-bek*. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.merri-bek.vic.gov.au/my-council/about-council/renamingmerri-bek/>
- 574 Oxfam. (n.d.). *Women defenders of the land and the environment: silenced voices*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/women-defenders-land-and-environment-silenced-voices>
- 575 Projeto Bretton Woods. (23 de julho de 2019). *O que é o "acordo de cavalheiros"?* op. cit.
- 576 M. J. Cohen, A. Croome and E. Nalbandian. (2024). *Vetoing Humanity*, op. cit.
- 577 D. Abed and F. Kelleher. (2022). *The Assault of Austerity: How Prevailing Economic Policy Choices are a Form of Gender-based Violence*, op. cit.
- 578 ONU. (2023). Capítulo XVIII: *Artigos 108 e 109 - Carta das Nações Unidas - Repertório de Práticas dos Órgãos das Nações Unidas - Publicações da Divisão de Codificação*. Acessado em 4 de novembro de 2024. https://legal.un.org/repertory/art108_109.shtml
- 579 H. Aly, B. Mofya e A. Bummel. (23 de setembro de 2024). *The UN Charter needs rewriting (A Carta da ONU precisa ser reescrita)*. Al Jazeera. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://www.aljazeera.com/opinions/2024/9/23/the-un-charter-needs-rewriting#ixzz8q6tiJXGw>
- 580 A lista de antigas potências coloniais pode ser extraída da lista da ONU de estados administradores de antigos territórios sob tutela e não autônomos. ONU (nd) List of former Trust and Non-Self-Governing Territories. Acessado em 28 de novembro de 2024. <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/history/former-trust-and-nsgts>
- 581 D. Jacobs. (2024). *Beyond Crises: The Future of Special Drawing Rights as a Source of Development and Climate Finance*. Oxfam. Acessado em 4 de novembro de 2024. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/beyond-crises-the-future-of-special-drawing-rights-as-a-source-of-development-a-621605/>
- 582 Organizações conjuntas da sociedade civil. (2022). *Declaração sobre a ISDC e o clima*. Acessado em 14 de novembro de 2024. <https://sites.google.com/view/isds-and-climate/en?pli=1>
- 583 Veja: Comissão de Reparações da CARICOM. (n.d.). *10-Point Reparation Plan (Plano de Reparação de 10 Pontos)*. Acessado em 11 de outubro de 2024. <https://caricomreparations.org/caricom/caricoms-10-point-reparation-plan/>
- 584 Centro Internacional para Justiça Transicional. (2016). *Reparations (Reparações)*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.ictj.org/reparations>

- 585 Isso deve ir além de uma declaração de arrependimento, mas sim de um pedido de desculpas. Um pedido de desculpas pode ou não implicar a aceitação da responsabilidade pelo que ocorreu, enquanto uma expressão de arrependimento é puramente uma expressão de tristeza. Por exemplo, Australian Commission on Safety and Quality in Health Care. (2013). *Saying Sorry: a Guide to Apologising and Expressing Regret in Open Disclosure (Pedindo desculpas: um guia para pedir desculpas e expressar arrependimento em divulgação aberta)*. ACSQHC, Sydney. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.safetyandquality.gov.au/sites/default/files/migrated/Saying-sorry-A-guide-to-apologising-and-expressing-regret-during-open-disclosure.doc>
- 586 International Center for Transitional Justice. (2016). *Reparations*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.ictj.org/reparations>
- 587 S Austin (1º de setembro de 2024) Legisladores da Califórnia aprovam projetos de lei históricos para expiar o racismo, mas adiam o fundo para tomar medidas. AP News. Acessado em 28 de novembro de 2024. <https://apnews.com/article/california-reparations-black-african-american-slavery-62fe50116b04f1d4e4a0bf6a434f87bc>
- 588 ONU. (n.d.). *The United Nations and Decolonization*. Acessado em 28 de setembro de 2024. <https://www.un.org/dppa/decolonization/en>
- 589 A. Gentleman. (17 de novembro de 2023). *Nações africanas e caribenhas concordam em buscar reparações pela escravidão*. *The Guardian*. Acessado em 30 de agosto de 2024. <https://www.theguardian.com/world/2023/nov/17/african-and-caribbean-nations-agree-move-to-see-reparations-for-slavery>
- 590 G20 (2024) G20 Rio De Janeiro Leaders' Declaration. Acessado em 28 de novembro de 2024. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-rio-de-janeiro-g20-ministerial-declaration-international-tax>
- 591 ICJ. (2024). *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)*. Acessado em 29 de setembro de 2024. <https://www.icj-cij.org/case/192>

© Oxfam Internacional Janeiro de 2025

Para informações sobre os temas abordados neste relatório, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

Esta publicação está protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de advocacy, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja devidamente citada. O titular dos direitos autorais solicita que todo uso dessa natureza seja registrado para fins de avaliação de impacto. Para cópias em outras circunstâncias, reutilização em outras publicações ou para tradução ou adaptação, é necessário obter permissão, e uma taxa pode ser cobrada: <https://policy-practice.oxfam.org/copyright-permissions>

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

Oxfam

A Oxfam é uma confederação internacional composta por 21 organizações que trabalham com parceiros e aliados, alcançando milhões de pessoas ao redor do mundo. Juntos, enfrentamos as desigualdades para acabar com a pobreza e a injustiça, tanto no presente quanto a longo prazo, por um futuro igualitário. Por favor, entre em contato com qualquer um dos escritórios para mais informações ou visite www.oxfam.org

Oxfam America (www.oxfamamerica.org)
Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Australia (www.oxfam.org.au)
Oxfam-in-Belgium (www.oxfamsol.be)
Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)
Oxfam Canada (www.oxfam.ca)
Oxfam Colombia (lac.oxfam.org/countries/colombia)
Oxfam France (www.oxfamfrance.org)
Oxfam Germany (www.oxfam.de)
Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam IBIS (Denmark) (www.oxfamibis.dk)
Oxfam India (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermón (Spain) (www.oxfamintermon.org)
Oxfam Ireland (www.oxfamireland.org)
Oxfam Italy (www.oxfamitalia.org)
Oxfam Mexico (www.oxfammexico.org)
Oxfam Novib (Netherlands) (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Québec (www.oxfam.qc.ca)
Oxfam South Africa (www.oxfam.org.za)
KEDV (www.kedv.org.tr)